

As próximas eleições autárquicas no Algarve

Dezembro próximo representa, para a CDU, não só a confirmação e reforço das maiorias alcançadas em Câmaras e Juntas de Freguesia mas progressos eleitorais que nos permitam ganhar novas maiorias.



■ Carlos Luís Figueira Pág. 20

A Constituição no seu estado actual

A Constituição da República Portuguesa foi sendo sucessivamente amputada, ao longo das suas quatro revisões, de traços e conteúdos essenciais que constituíam parte do património identificador do 25 de Abril. Depois de tantas e profundas alterações, é legítimo perguntar: que Constituição é esta? Qual é o seu sentido?

■ João Amaral Pág. 21

Política Comum de Pescas

Uma proposta perigosa e inaceitável

Págs. 22 e 23

ÚLTIMAS

PCP reclama Aumento substancial das pensões

Pág. 32

AUTÁRQUICAS

MAJORIAS CDU no distrito de Lisboa

Para fazer o que é preciso

CDU

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 2 de Outubro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1244 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalho em Vila Nova de Gaia

CDU um justo prestígio

«Aqueles que nos conhecem mais de perto, aqueles que conhecem a nossa gestão autárquica, sabem que a CDU tem uma obra imensa realizada no Poder Local e os seus eleitos, tanto em maioria como em minoria, conquistaram merecidamente o respeito e um reconhecido prestígio assente no trabalho, honestidade e competência. Em todo o País desempenham um reconhecido papel na fiscalização, na gestão, na intervenção construtiva, isto é, na resolução dos problemas das populações.»

Págs. 5 e 6



Privatizar a Telecom sai caro ao País

Centrais

Serviço Público ou lucro privado?



Carlos Carvalho na Amadora num encontro da CDU sobre as comunidades emigrantes

RESUMO

24 Quarta-feira

Os sindicatos dos funcionários públicos dizem que as propostas salariais apresentadas pelo Governo são «inaceitáveis» ■ A Federação Internacional dos Pilotos considera «chocante e verdadeiramente negligente» a portaria sobre o aumento dos tempos de voo assinada por João Cravinho ■ Dois membros da ETA são mortos pela polícia espanhola em Bilbao, no dia em que os nacionalistas bascos anunciam a ruptura das negociações com o Governo sobre o Orçamento de Estado ■ O EIS, braço armado do FIS, afirma querer o fim da violência na Argélia ■ O Conselho da Europa condena o fabrico, o uso e a armazenagem de minas antipessoal.

25 Quinta-feira

O processo do ex-corretor Pedro Caldeira é adiado ■ O Conselho da Europa afirma-se contra o embargo norte-americano a Cuba e a lei Helms-Burton ■ A Frente Polisário e Marrocos aceitam a realização de um referendo sobre a autodeterminação do Sahara Ocidental em meados de 1998 ■ O governo israelita decide aumentar os colonatos judeus na Cijordânia, sob fortes protestos dos palestinos ■ As densas nuvens provocadas por um gigantesco incêndio que lavra na Indonésia estendem-se por milhares de quilómetros na Ásia.

26 Sexta-feira

Carlos Carvalho participa no IX Congresso sobre o Alentejo ■ O Tribunal de Monsanto atribui penas efectivas a 35 dos 65 arguidos do caso «Colômbia Connection» e condena o líder da rede a 20 anos de prisão ■ O Ministério da Saúde proíbe os delegados de informação médica de ir às urgências dos hospitais ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico confirma ter congelado dois contratos militares com a Indonésia, devido à violação dos Direitos Humanos ■ Dois sismos abalam o centro de Itália, provocando oito mortes e danos irreparáveis no património ■ A polícia palestina prende 27 presumíveis militantes do Hamas ■ A GIA reivindica os massacres ocorridos na Argélia e ameaça a França com novos atentados ■ Mais de 200 pessoas morrem na Indonésia, na sequência de um desastre aéreo.

27 Sábado

Carlos Carvalho desloca-se à Amadora para participar num

encontro sobre a CDU e as comunidades emigrantes ■ Mais de dez mil pessoas manifestam-se em Paris contra a Frente Nacional, o racismo e a xenofobia ■ Em Espanha, ocorrem vários incidentes no País Basco após os funerais dos etarras mortos pela polícia ■ A Conferência Internacional de Apoio ao Referendo no Sahara Ocidental termina em Tinduf ■ A FIS apela a tréguas e a uma amnistia geral para pôr fim à violência que marca o dia-a-dia da Argélia.

28 Domingo

Carlos Carvalho acusa o aparelho de Estado de estar ao serviço dos candidatos socialistas às autárquicas, num comício em Gaia ■ Um barco de pesca artesanal português é apesado pelas autoridades marroquinas ■ Os suíços pronunciam-se em referendo contra a redução dos subsídios de desemprego, medida em vigor desde o princípio do ano ■ O primeiro-ministro de Israel aceita retomar as negociações com a Autoridade Palestiniana e entregar metade dos fundos que estão retidos nos cofres israelitas.

29 Segunda-feira

É anunciado que o desemprego aumentou 3,6 por cento nos meses de Verão, apesar do efeito sazonal ■ Termina a III Cimeira Luso-Marroquina em Rabat ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas prorroga por mais um mês o prazo dado à UNITA para o cumprimento das cláusulas decretadas em Agosto ■ Iniciam-se negociações entre todas as partes envolvidas nas conversações multipartidárias sobre a Irlanda do Norte ■ A Comissão Europeia Emma Bonino é detida em Cabul, no Afeganistão.

30 Terça-feira

Os trabalhadores da Gás Portugal iniciam uma greve que se prolonga até sexta-feira ■ É feita a maior apreensão de sempre de cocaína em Portugal: 1835 quilos ■ O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, garante que a libra não integrará o pelotão da frente da moeda única ■ Chuvas torrenciais matam cinco pessoas em Alicante e provocam grandes estragos materiais ■ São noticiados novos massacres na Argélia, ocorridos no domingo e segunda-feira, que vitimaram 67 pessoas ■ Morre com 73 anos, Roy Lichtenstein, pintor norte-americano ligado à Pop Art.

EDITORIAL

Batalhas do futuro

A margem da propaganda governamental, das intrigas e falsas guerrilhas políticas da oposição de direita, das negociatas mais ou menos escabrosas e obscuras mas apresentadas com sensacionalismo e de outras operações mediáticas para desviar as atenções do que é essencial, há quem se empenhe sem grande alarde em batalhas do presente que são autênticas batalhas onde se joga o futuro do País.

A conferência de imprensa do PCP, da passada quinta-feira, sobre as alterações à actual política comum de pescas, onde estiveram presentes Carlos Luís Figueira, da Comissão Política, Honório Novo, deputado no Parlamento Europeu, e Rodeia Machado, deputado na Assembleia da República, revelou alguns aspectos de uma dessas batalhas.

Trata-se do Relatório de Iniciativa que tem estado a ser elaborado na Comissão de Pescas do Parlamento Europeu para fixar orientações para a Política Comum de Pescas após 2002.

«Este Relatório tem uma importância vital para Portugal» - foi afirmado na conferência de imprensa.

Em conformidade com esta avaliação de que se aperceberam desde o primeiro momento, os deputados comunistas no Parlamento Europeu, apoiados por estruturas partidárias e em diálogo com os sectores representativos das pescas no nosso país, desenvolveram os maiores esforços para que no Relatório, a cargo de uma deputada espanhola, fossem salvaguardados os interesses portugueses.

O grande perigo era o de que o Relatório viesse a confirmar ou mesmo a aprofundar as orientações que têm vigorado na actual Política Comum e que têm tido as mais ruinosas consequências para o sector das pescas e das conservas do nosso país, agravando ainda mais a penosa situação que se regista desde a adesão às Comunidades Europeias.

O ponto capital residia em garantir que o mar territorial, na distância mínima de 12 milhas, permanecesse no exclusivo usufruto nacional, afastando a ameaça da sua invasão pelas restantes frotas comunitárias, especialmente pela frota espanhola, a que se mostra mais sequiosa.

À data da conferência de imprensa, este objectivo ainda não estava atingido e por isso ele aparece no texto da conferência de imprensa como a primeira exigência dos deputados comunistas portugueses.

Neste momento, a confirmar que a luta não foi em vão, essa e outras alterações defendidas pelo PCP já foram acolhidas no Relatório.

A luta vai ter que continuar até à aprovação da nova Política Comum de Pescas. Mas para já deu-se um avanço em termos das recomendações do relatório da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu.

Outra inquestionável batalha do futuro é o IX Congresso do Alentejo que decorreu nos passados dias 26, 27 e 28 de Setembro, em Estremoz.

Para quem ainda duvidasse dos sentimentos dos alentejanos em relação à regionalização aí está a «Proclamação» do Congresso a afirmar com toda a clareza: «O Alentejo com os seus 47 municípios deverá tornar-se em uma Região Administrativa no continente português.»

O Congresso denunciou os abandonos a que a região tem sido votada pelos sucessivos governos, incluindo pelo actual, a discriminação de que tem sido vítima em matéria de fundos nacionais e comunitários, a gestão excessivamente centraliza-

da destes últimos e a forma deficiente como têm sido utilizados na região. Mas não ficou por aqui: reclamou «a prática de políticas específicas para o Alentejo, debatidas e acordadas previamente com os seus principais agentes políticos, económicos e sociais», a serem consideradas pelo Estado português e no quadro da União Europeia.

Ao visitar diversos actos inaugurativos do Congresso e ao participar num jantar de confraternização dos Congressistas, Carlos Carvalho, à frente de uma delegação do PCP, exprimiou de forma muito concreta o alto apreço dos comunistas por esta nona edição de uma instância de debate e busca de orientações tão importante como têm sido os Congressos do Alentejo para o futuro da região.

Este IX Congresso apresentou, aliás, uma perspectiva clara ao proclamar: «O empreendimento de Alqueva e a instituição da Região Administrativa, em tempo útil, constituirão os motores de desenvolvimento.»

Fundamental batalha do futuro é, sem dúvida, todo o trabalho que visa o fortalecimento do PCP e o sucesso eleitoral CDU, de imediato nas autárquicas do próximo mês de Dezembro. Aqui reside a esperança de uma nova política.

Faz agora precisamente dois anos que o PS ganhou às eleições legislativas e se tornou Governo. Esta vitória traduziu uma grande vontade de mudança que se foi instalando no País na luta contra os desmandos e as injustiças da governação cavaquista. O governo PS foi acolhido por um generalizado sentimento de esperança. Passados dois anos tornou-se claro para a grande maioria dos portugueses, incluindo os que votaram PS, que a vontade de mudança foi iludida e que a esperança foi defraudada. A governação PS nas questões fundamentais e estruturantes continuou a governação do PSD e quase sempre em aliança com ele.

Como salientou Carlos Carvalho, ao discursar no passado domingo, em Gaia,

«o protesto, o desencanto e o desacordo já atingiram tal extensão que no Governo e no PS do que se fala agora é da remodelação governamental».

Mas a par disto, o PS não hesita em deitar mão do aparelho e dos recursos financeiros do Estado para apoiar a sua campanha autárquica e empurrar os seus candidatos pior colocados.

São as visitas ministeriais (um jornal titulava «meio governo a trabalhar para as autárquicas» e pecava por defeito), os cheques ao domicílio, a nomeação de candidatos para cargos públicos que lhe dêem notoriedade, o silenciamento de irregularidades em câmaras PS, ao mesmo tempo que se procurou forçar inquéritos e processos às câmaras da CDU.

Além disso, o PS não hesita também em recorrer às mais obscuras e invias alianças com a direita. Há aparentes alianças de listas trocadas entre o PSD e o PP, como acontece, por exemplo, em Mértola, que só podem ter como objectivo favorecer a candidatura do PS.

É tudo isto que mais e mais tem que ser desmascarado numa campanha em que o trabalho de esclarecimento é essencial e em que o contacto directo com as populações pode ser feito em condições especialmente alargadas pelo grande número de candidatos que intervêm na campanha.

A CDU oferece às populações, como uma grande experiência testemunha, trabalho, honestidade e competência e oferece igualmente ao País a esperança de uma nova política, que será maior ou menor consoante os seus próprios resultados.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapala Nova
Capa Rosa - Linho - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Terceira bola de neve

Dois bolas de neve estão a rolar pelo espaço central do espectro político-partidário.

Uma rola na área do PS e chama-se remodelação ministerial.

Outra rola na área do PSD e chama-se regresso de Cavaco Silva.

Figuras gradas de cada um dos partidos deram significativos empurrões nas respectivas bolas de neve.

No caso do PS foi Jorge Coelho. No caso do PSD foi Marques Mendes.

Diz-se que ambas as figuras teriam pecado por incontinência verbal (um mal que se generaliza na «classe», pelos vistos) ao mordem o isco que lhes foi lançado pelos jornalistas.

Mas não se estará a pecar por ingenuidade ao pensar assim?

De qualquer maneira Guterres e Marcelo estão a demonstrar evidentes dificuldades em travar a progressão das bolas nas respectivas áreas e o pior, para eles, é que elas mexem com as ambições autárquicas de cada um dos partidos.

O ministro Jorge Coelho ligou expressamente a remodelação governamental às eleições autárquicas, ao sentenciar: «no meio das legislativas nomeadamente quando há

eleições autárquicas, é preciso tirar conclusões».

A ministerial reflexão lembra uma tendência, muitas vezes verificada, quando as autárquicas se realizam a meio da legislatura, que é a do seu resultado penalizar o partido que está no Governo.

Com tantas promessas por cumprir e tantas esperanças defraudadas o principal «pivot» da ligação Governo-aparelho do PS não se sente com a consciência tranquila e como que se sangra em saúde.

Mas o mais curioso foi a intranquilidade e a desestabilização que provocou no interior do Governo entre os ministros remodeláveis e na bancada parlamentar e outras instâncias do PS entre os militantes que se têm por ministeriáveis.

Guterres bem grita que remodelação é só com ele, mas o reboliço não pára.

Muito pior é, no entanto, a situação de Marcelo. As capciosas aparições de Cavaco já faziam estremecer a sua frágil liderança. As declarações da grada figura, em sentido político já se vê, do seu líder parlamentar puseram-na na completa dependência dos resultados das autárquicas, que nada indica que sejam bons e que neste

quadro podem ser piores, como Marcelo bem percebeu.

Na verdade, Marques Mendes não se limitou a conferir uma alta probabilidade ao regresso de Cavaco à liderança do partido, mostrou-se feliz com essa circunstância e despoletou um acesso de sebastianismo nas hostes laranja.

Para desviar a concorrência, Marcelo proclamou que Cavaco era o seu candidato às presidenciais. Mas não se vê que Cavaco venha dizer que Marcelo é o seu candidato à liderança do partido.

O que é fundamental no meio disto tudo é que o país não fique a ver passar as bolas.

Nas autárquicas é preciso aproveitar todas as dificuldades da direita e do PS para ampliar as possibilidades da CDU.

No plano social, é preciso pôr a rolar uma terceira bola de neve: a do movimento reivindicativo por aumentos de salários e pensões que atenuem o aprofundamento das desigualdades verificado nos últimos anos.

A conjuntura pré-eleitoral que vivemos é favorável à progressão desta terceira bola de neve.

■ Carlos Brito

Poetas do porvir

É difícil definir o que é um poeta. Ou descrever o que é a poesia. Tão difícil como dizer como uma pessoa se torna comunista. As respostas podem ser múltiplas, diversas, como variadas as razões que fazem atravessar a barreira, vencer a cegueira das convenções impostas no dia-a-dia, assimilar as fulgurantes ideias que fazem encarar um rasgo de infinito em cada lanço de caminho percorrido.

Vem isto a propósito de um filme que está em cartaz faz neste mês dois anos: "O carteiro de Pablo Neruda".

Vivia o carteiro numa ilha de pescadores pobres, em Itália. Diziam-lhe que era inculco e parvo. Olhava para os que lho diziam e não entendia. Porque sabia ver o mar, interpretar os sons da natureza, perceber as estrelas, indagar o luar. E imaginar o mundo com a incrível ternura de quem o quer sempre cada vez melhor.

Deram-lhe como emprego mal pago ir entregar a correspondência de Neruda, naquele tempo exilado na ilha. Gostou do trabalho. Contava cuidadosamente os envelopes e pacotes que tinha de levar, lia todos os nomes dos remetentes e sempre o do único destinatário.

Mal sabia ler e escrever. Mas começou a ler os livros do poeta. Depois, a tentar inventar também tons e sons que significavam para ele uma magia, uma fresta que se abria, uma aresta que o feria ou o deixava estonteado de alegria. Foi assim que descobriu o amor. Foi assim que iniciou a sua breve poesia.

Tornou-se comunista como o poeta. Foi assassinado pela polícia num comício do seu partido, quando ia subir à tribuna para ler um poema seu.

Esta a história simples do carteiro.

Mas o que importa apreender dela não é apenas a forma como um pescador se transforma em poeta. Como passou a compreender, a sentir, que há coisas que não são apropriáveis individualmente: o amor, a beleza,

a própria dor, a felicidade, o futuro. Que têm a sua parte individual, mas só colectivamente alcançam a plena dimensão.

Valerá também a pena reflectir no que tem levado este filme a manter-se dois anos no cartaz. O que encantou a plateia e a tem feito rir, chorar, por vezes espontaneamente aplaudir.

Talvez a razão final seja a de que, quando um homem imagina um mundo novo, essa ideia possa tornar-se contagiante para muitos outros, projectando-os no caminho fascinante de um melhor e colectivo futuro.

Porque a grande descoberta do carteiro não foi escrever poesia, foi descobrir que a poesia não pertence a quem a escreve, pertence a quem ela é útil, a todos os que possam entendê-la e vivê-la. Foi perceber a beleza, a novidade, o progresso como patrimónios humanos. Porque foi tocado por um relâmpago que ainda desconhecia, que o fez ganhar uma outra mais ampla e completa condição e dimensão humana, abrindo-lhe a possibilidade de mais plena realização das suas potencialidades.

A adesão alcançada por este filme prova que, ao contrário do que afirmam pessimistas resignados às condições que nos são impostas, as grandes causas, as descobertas para as levar a bom termo, os projectos justos, são altamente contagiantes. Prova que muita, muita gente - a grande maioria, certamente - pode tornar-se um poeta do devir. E lutando pelas grandes e tão urgentes aspirações da humanidade, alterar o mundo e dizer como Neruda: "Confesso que vivi."

Atenção ao contágio dos poetas e dos comunistas!

Atenção à poesia do porvir.

■ Aurélio Santos



Foto: Jorge Caria

Monumentos - Cada governo tem os que merece

COMBATER

A política de Netanyahu

A situação no Médio-Oriente foi sempre mais ou menos explosiva. É uma das regiões mais ricas do mundo em petróleo e um ponto de confluência de três continentes. Com a Guerra do Golfo e com o desaparecimento da URSS, os EUA "assenhorearam-se" da região. No quadro de uma nova situação mundial e regional puseram em marcha um processo de negociações que começou em Madrid e se prolongou até Oslo. Apesar das inúmeras e significativas concessões por parte da direcção palestina, o processo foi duramente combatido pelos partidos extremistas de Israel. Nesse contexto de fanatismo foi assassinado Isac Rabin e o partido da direita militante de Benjamin Netanyahu ganhou as eleições. Uma nova fase se abriu em toda a região. Netanyahu tem vindo, dia após dia, a enterrar os acordos alcançados nas negociações com os palestinos, com os sírios e os libaneses. A retirada das tropas israelitas de algumas cidades palestinas e o estabelecimento da Autoridade Palestiniana em Ramalá funcionou para Israel como o fim do processo em vez de ser o início de um processo de paz justa e duradoura que levasse ao reconhecimento dos direitos nacionais palestinos e à retirada das tropas dos territórios árabes ocupados depois de 1967. Netanyahu paralisou o processo de retirada das tropas israelitas da chamada zona B, agravou de um modo perigosíssimo a situação social e económica nos territórios geridos pela Autoridade Palestiniana, mesmo Israel como o demonstraram as recentes greves de mais de meio milhão de trabalhadores, bloqueou várias vezes as cidades palestinas por longos períodos impedindo os palestinos de trabalhar. Reiniciou o estabelecimento dos colonatos em Jerusalém Leste com o objectivo estratégico de expulsar os árabes da cidade e alterar radicalmente a situação demográfica, de modo a que os palestinos fiquem em minoria e compartimentados entre si pelos novos e velhos colonatos. Não admira a ninguém e muito menos aos círculos dirigentes israelitas que nesta situação tenham lugar ações como as dos atentados suicidas levadas a cabo por forças de feição integrista islâmica como é o caso do Hamas e da Jihad que durante anos e anos cresceram sob o olhar cúmplice da Mossad.

Com a Síria, durante o governo de Isac Rabin, houve avanços. Segundo a direcção síria o problema é Netanyahu querer começar tudo do ponto zero. Os sírios querem continuar a partir dos pontos acordados com Israel. Com os libaneses os israelitas esforçam-se para chegar a um acordo separado da Síria a fim de isolar os sírios e os palestinos. Mesmo com os jordanos que há muito colaboram com Israel, Netanyahu não tem cumprido as promessas de fornecimento de água do Jordão.

Esta política de Netanyahu só é possível graças ao apoio da Administração Clinton. A viagem de Madeleine Albright, face a este panorama, não alterou nada. Israel continua diariamente a espezinhar o direito internacional, agindo como um Estado fora da lei. As conversações nos EUA mantêm até agora toda a situação no mesmo impasse.

O bloqueio ao Iraque que retirou do Kuwait e não ocupa um centímetro de qualquer território vizinho, o embargo à Líbia sem qualquer justificação, e a violação permanente de Israel do direito internacional são exemplos perfeitos de que a "nova ordem" está ao serviço dos EUA e seus aliados.

É entretanto de assinalar a aliança da Turquia com Israel. Sem qualquer justificação e contra resoluções das Nações Unidas, a Turquia mantém há 23 anos a ocupação do norte do Chipre. A semana passada invadiu o Iraque tendo atravessado por uma faixa da Síria num clima de autêntica provocação.

Todo um novo mapa se está a desenhar no Médio Oriente no qual potências regionais como a Turquia e Israel se querem impor à força e com o apoio dos EUA, impedindo os povos da região de poderem dispor livremente dos seus territórios e do seu futuro.

Cabe pois às forças de esquerda dar um novo impulso na pressão sobre a política de Israel e da Turquia. Aos comunistas cabe actuar com maior empenho para ganhar mais gente por causas tão justas como as dos povos vítimas das agressões imperialistas em todo o Médio Oriente.

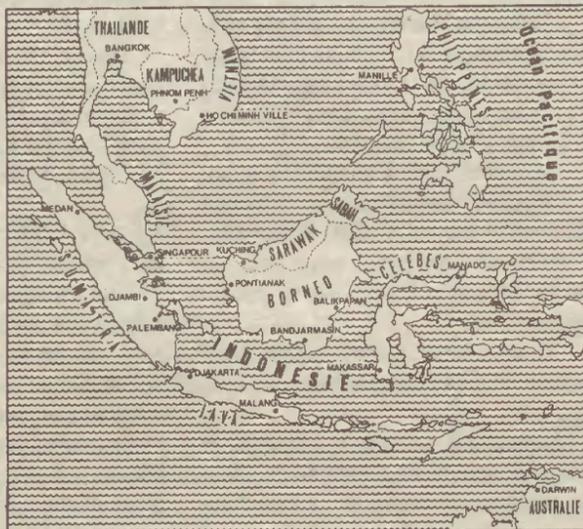
■ Domingos Lopes

SEMANA

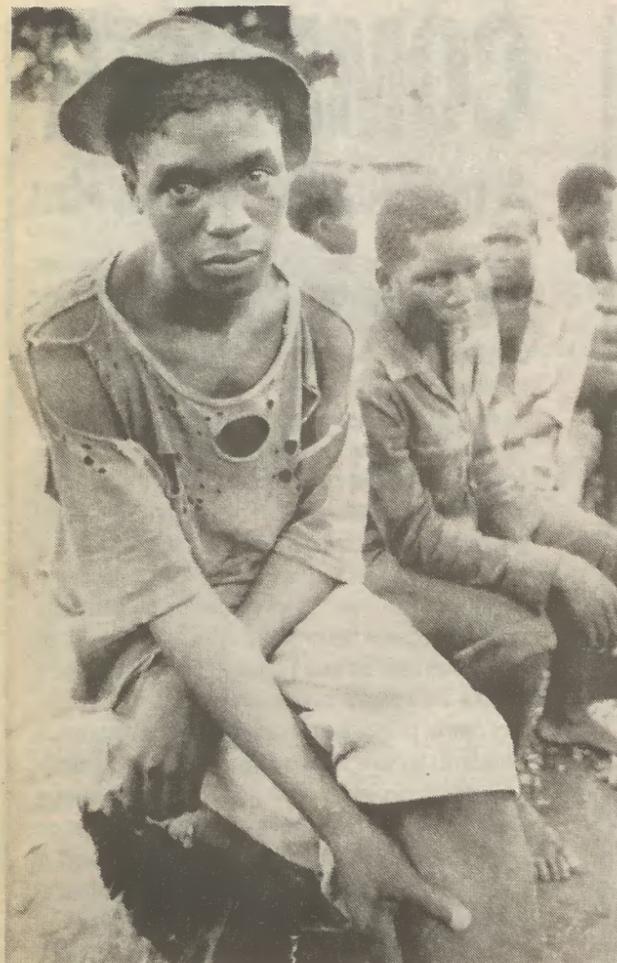
Desastre ecológico na Indonésia

Continua o fogo incontrolável na floresta indonésia, que há mais de dois meses está a consumir duas ilhas do vasto arquipélago deste país, lançando para o ar uma nuvem de fumo com uma extensão que já ultrapassa o equivalente ao território europeu. Este desastre ecológico está a ameaçar toda a região e já atingiu dimensões que irão necessariamente afectar todo o planeta. Segundo Marita Mangula, uma responsável do World Fund for Nature (WWF), já arderam 800 mil hectares de floresta, 60 mil dos quais são consideradas áreas protegidas. Esta dirigente do WWF atribuiu responsabilidades pelos incêndios às grandes empresas agro-alimentares que operam na Indonésia de Suharto, acusando-os de terem assim encontrado uma forma «barata» de limpar terrenos que pretendem utilizar nas

suas produções agrícolas, acrescentando que «é tempo de todas as organizações não-governamentais de defesa da natureza existentes na Indonésia e no mundo juntarem esforços para



pressionar o Governo» de Suharto a tomar medidas. Entretanto, o denso fumo sobre a região, além da ameaça à saúde de dezenas de milhões de pessoas, já provocou um desastre aéreo com 234 vítimas mortais e um choque entre dois navios.



ONU protela sanções à UNITA

O Conselho de Segurança das Nações Unidas prorroga, por mais um mês, o prazo dado à UNITA para o cumprimento das cláusulas decretadas em 28 de Agosto último, nas quais se exige que a UNITA cumpra com o que se comprometeu nos Acordos de Lusaka, nomeadamente no desarmamento e acantonamento das suas tropas e o abandono da ocupação em proveito próprio de vastas zonas do território angolano. O Conselho de Segurança afirma ter deliberado

esta prorrogação do prazo em função do relatório do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e de informações sobre a UNITA, mantendo a imposição de sanções adicionais caso as resoluções não sejam acatadas pela UNITA até expirar este novo prazo de 30 de Outubro. Esta decisão do Conselho de Segurança da ONU surge na sequência da atitude, no mesmo sentido, definida pela tróica de observadores - Portugal, EUA e Rússia - tornando-a vinculativa.

Preços da gasolina por enquanto na mesma

Os preços dos combustíveis deverão permanecer inalterados nos tempos mais próximos, caso se confirme a intervenção governamental a baixar o imposto dos produtos petrolíferos, de modo a evitar o aumento em um

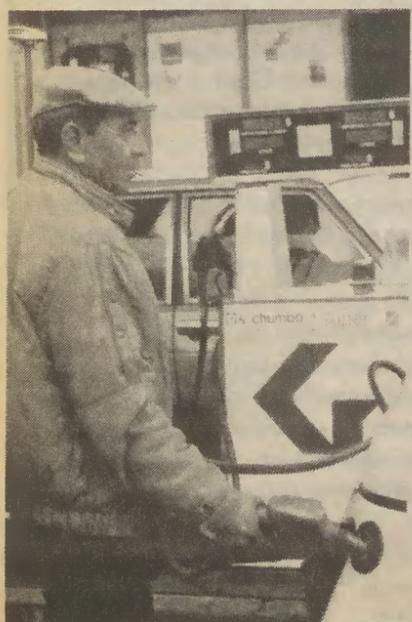
escudo por litro, já a partir de segunda-feira, e que decorreria da aplicação automática da fórmula de preços adoptada no nosso país. A verificar-se esta intervenção do Governo, os preços manter-se-ão inalterados pelo menos

nos próximos 15 dias, embora não se saiba o que acontecerá posteriormente, pois esta «absorção» dos aumentos significa um rombo substancial de muitos milhões de contos nas receitas a cobrar pelo Estado neste sector.

Comissária Bonino detida pelos taliban

«É um exemplo da forma como as pessoas vivem - sob um regime de terror.» Foi desta forma que a comissária europeia Emma Bonino comentou a sua detenção em Cabul, durante algumas horas, ordenada pelo regime dos taliban durante uma visita oficial à capital do Afeganistão. O insólito episódio ocorreu durante uma deslocação de Bonino e da sua comitiva a um hospital de Cabul e, segundo Haji Habibullah, o taliban responsável pela segurança, a detenção deveu-se ao facto de haver jornalistas na comitiva de Bonino que «fotografaram e filmaram mulheres, infringindo as nossas leis e regulamentos e foi por essa razão que foram

detidos». Bonino afirmou que, durante a detenção, foi ameaçada com uma Kalachnikov e que várias pessoas da delegação foram agredidas com coronhadas nas costas. A comissária, encarregada da ajuda humanitária na Comissão Europeia, deslocou-se a Cabul a convite oficial do regime dos taliban e era acompanhada por uma delegação que incluía órgãos de Comunicação Social, tendo a sua deslocação por objectivo avaliar as necessidades que vive a capital afegã devastada pela guerra e, ainda, abordar com as novas autoridades de Cabul «a situação dos homens, das mulheres e dos direitos humanos».

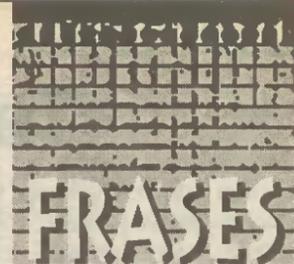


Doença das «vacas loucas» ameaça de facto os humanos

Segundo resultados a publicar, hoje, na revista britânica Nature, a chamada «doença das vacas loucas» é comprovadamente transmissível aos seres humanos, o que levanta graves apreensões, conforme assinala o Público: será que vai haver uma epidemia humana da nova variante da doença de

Creutzfeldt-Jakob causada pela epidemia da «doença das vacas loucas»? Quantas pessoas estarão já infectadas sem o saber? Haverá milhões de infectados anónimos a incubar a doença ou, pelo contrário, restringir-se-ão a algumas dezenas, o que circunscreveria a doença a um fenómeno marginal?

Ninguém tem resposta para estas perguntas, havendo apenas uma certeza, agora cientificamente comprovada: a «doença das vacas loucas» é transmissível ao homem, ao contrário do que as autoridades britânicas pretendiam fazer crer desde a primeira detecção da doença, já lá vão 10 anos.



“Admito que (Cavaco Silva) possa encarar novamente a hipótese de se recandidatar à liderança do PSD.”

(Marques Mendes, actual líder da bancada parlamentar do PSD - «Diário de Notícias», 24.09.97)

“A remodelação (do Governo) é matéria que, para mim, não tem relevância.”

(Augusto Mateus, actual Ministro da Economia - «Diário Económico», 25.09.97)

“Ministro Carrilho é o delegado de propaganda “media” do Governo”

(João Botelho, realizador, citado em «Público», 27.09.97)

“A vida política má-me imenso gozo. Gosto de ir a debates e discutir. Dá-me gozo dar entrevistas. Adoro passar as minhas ideias e as ideias da JC. Mas, para fazer política é necessária muita liberdade. (...) é muito giro fazer política, mas há sempre pressões.”

(Pedro Mota Soares, Juventude Centrista - «Revista 20 Anos», Outubro)

“Não percebo por que é que elas (as mulheres) não aparecem mais. Atribuo a falta de luta por parte delas a um problema de maternidade mal resolvia.”

(Jorge Moreira da Silva, Juventude Social-Democrática, idem)

“Se dizem que existe violência nos desenhos animados, também não vou dizer que não, pois vê-se que têm um pouco, mas nos nossos antepassados - no tempo dos reis - não havia desenhos animados e o que é que houve? Houve guerras, violência e mortes por todo o lado!”

(Ana Malhoa - «Notícias Magazine», 28.09.97)

“Sou louca por botas, tenho botas de todos os tamanhos e feitios. O meu próximo exemplar vai ser umas botas que estão à venda em Espanha e são um aquário na sola de 20 cm, com peixinhos de plástico”

(Idem)

“Manuel Damásio já demonstrou enorme capacidade de sobrevivência”

(Santana Lopes - «A Bola», 24.09.97)

“Têm medo de mim”

(Jonas Savimbi - «Revista Expresso», 27.09.97)

Carlos Carvalho em Vila Nova de Gaia

Na intervenção no comício de Vila Nova de Gaia (de que se transcrevem extractos), o Secretário-geral do PCP, considerando que o quadro político geral também influencia as eleições autárquicas, chamou a atenção para o crescente protesto gerado pela política do PS que, em dois anos de governação, continua a gorar as expectativas dos portugueses que nele votaram.

«(...) A CDU granjeou um justo prestígio nas autarquias.

Aqueles que nos conhecem mais de perto, aqueles que conhecem a nossa gestão autárquica sabem que a CDU tem uma obra imensa realizada no Poder Local e, os seus eleitos, tanto em maioria como em minoria conquistaram merecidamente o respeito e um reconhecido prestígio assente no traba-

mas opções e até o mesmo estilo que o povo na sua grande maioria combateu e condenou.

O protesto, o desencanto e o desacordo já atingiu tal extensão que no governo, e no PS do que se fala agora é da remodelação governamental, de uma recauchutagem, antes ou após as eleições, de uma operação de cosmética que procure dar a ideia de que algo vai



CDU - um justo prestígio

ho, honestidade e competência. Em todo o país desempenham um reconhecido papel na fiscalização, na gestão, na intervenção construtiva, isto é, na resolução dos problemas das populações.

O lema de que a CDU é obra traduz uma realidade que é reconhecida muito para além das fronteiras da coligação. Obra em relação à cultura, à defesa e valorização do património e do ambiente, obra em relação ao desenvolvimento, obra em relação à fiscalização, obra nas mais diversas esferas da intervenção autárquica, quer em maioria quer em minoria.

Nas eleições autárquicas o que conta no fundamental são os candidatos, o projecto, o conhecimento dos problemas, os programas e as garantias dadas para o seu cumprimento.

Mas o quadro político geral também influencia.

Passados dois anos de um governo PS em que tantos portugueses depositaram esperanças, o que temos é, no essencial, as mesmas respostas, as mes-

mas opções e até o mesmo estilo que o povo na sua grande maioria combateu e condenou.

O protesto, o desencanto e o desacordo já atingiu tal extensão que no governo, e no PS do que se fala agora é da remodelação governamental, de uma recauchutagem, antes ou após as eleições, de uma operação de cosmética que procure dar a ideia de que algo vai

Remodelação de fachada

E fala-se de remodelação porque o Governo e muitos ministros já "estão queimados". É a tentativa de salvar e desculpabilizar o Primeiro-Ministro e todo um governo. **Mas não é com operações de remodelação de fachada, mantendo a mesma política que se dá resposta aos graves problemas da sociedade portuguesa.**

As mesmas políticas têm as mesmas consequências sejam elas concretizadas pelo PSD ou pelo PS.

A substituição crescente da produção nacional pela estrangeira, a acentuação das posições de dependência e de subcontratação têm conduzido muitas empresas a uma grave situação. E este quadro é ainda agravado pelo completo falhanço do chamado **Plano Mateus**, que o governo anunciou com trombetas mas que

agora tudo faz para que os seus resultados sejam silenciados.

E, por exemplo, o mesmo silêncio se vê depois da Daewoo ter desmentido o Ministro da Economia sobre o seu interesse em investir na fábrica da Renault em Setúbal e depois da Toyota ter batido com a porta precisamente duas semanas antes da visita oficial deste Ministro ao Japão! Silêncio também sobre as ameaças que pesam o acesso futuro ao Fundo de Coesão e sobre as pesadas multas do chamado Pacto de Estabilidade.

Silêncios úteis, propaganda, manobristo e eleitoralismo expresso também agora, em relação ao Orçamento de Estado.

O governo já afirmou que o próximo Orçamento vai continuar a navegar com a bandeira de Maastricht. E o PP, que viabilizou os últimos Orçamentos feitos a régua e esquadro para abrirem a porta à moeda única, vem agora dizer que não o votará porque está contra a moeda única. Grande coerência.

Por sua vez, o PS defende a aprovação do Orçamento de Estado depois das eleições autárquicas, para não pagar as consequências do aumento de impostos e do aperto do cinto e o PSD, que no essencial está de acordo com a política económica, orçamental e europeia do governo opõe-se à sua aprovação após as eleições apenas por razões eleitoristas...

Mas agora, segundo a comunicação social, o Eng. Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa vão-se encontrar, a solo, para negociar a aprovação do Orçamento. Afinal sempre estão de acordo. Depois há que encenar as grandes divergências sobre o acessório, a grande gritaria oposicionista.

A demagogia soma e segue. Demagogia que também se evidencia no não cumprimento das promessas.

(...) É aliás significativo que tenha sido com um governo PS que define a sua política como "política de mercado com rigor social" que no ano passado, **pela primeira vez desde 1989, o peso dos salários no PIB tenha sido menor do que os lucros!** O que significa que os ganhos da produtividade têm revertido para o grande capital. Magnífico rigor social!

E agora o governo reincide na apresentação de uma tabela para os trabalhadores da Função Pública que é uma vergonha e uma afronta a quem tem vindo mês a mês a perder poder de compra. A taxa de inflação oficial é uma ficção. Cada um que faça contas.

Também as reformas que eram sagradas, no dizer do Primeiro-Ministro e que iam ter aumentos condignos, tiveram aumentos de 45\$00 e 50\$00 por dia, o que não dá sequer para mais um café diário!

Mas para a alta finança e para as actividades especulativas, os favores do governo e os benefícios fiscais estão sempre à mão. Vejam as inúmeras negociações, todas de milhões que foram encher os cofres de meia dúzia de famílias.

E se a manta é curta para se cumprir os critérios de Maastricht - é aliás significativo que um membro do governo venha agora dizer que os ditos critérios «têm muito pouco a ver com a convergência real das economias», mais curto se torna para a saúde, a educação e a habitação social.

A desresponsabilização do Estado das suas funções sociais, vai a par

com o crescente negociismo nestas áreas e com os interesses dos grandes senhores do dinheiro. Isto é inaceitável.

É assim em relação às políticas sectoriais como o é em relação às promessas, como o é em relação à **Regionalização, bandeira que vai levantar até Dezembro, para depois com grande probabilidade entrar no jogo do "passa culpas" através da embrulhada e da trapalhada que deixou no articulado da vergonhosa revisão constitucional.**

As voltas e reviravoltas são de tal ordem que as garantias e as juras do PS mesmo as formuladas a alto nível permitem ao PSD responder **ironicamente "que quando o PS diz que qualquer questão é fechada, normalmente é fechada apenas por seis meses!"**

Nós responsabilizamos o PS pelos obstáculos e manobras de diversão que o PSD e o PP venham a levantar à concretização da regionalização, como a que já se verificou em relação às percentagens relativas aos referendos "cozinhados" pelo PS com o PSD e também o PP.

Com este quadro pouco abonatório para o Governo que sofre a contestação crescente de militantes e até de dirigentes do próprio partido que o suporta e em que um ministro adjunto já diz publicamente que é preciso arrear caminho, **o PS sentindo-se inseguro em vez de alterar o seu comportamento opta pela utilização de todos os meios para conservar o poder, mandando às «malvas» o que criticava e o que defendia quando era oposição.**

Ao estilo cavaquista

Na verdade depois de tanto criticarem o PSD no governo pela utilização abusiva do aparelho de Estado aí temos agora o PS a ultrapassar tudo o que se podia imaginar.

Ele são as visitas e "visitas" de ministros e mais ministros e de secretários de Estado, numa roda-viva, ele são os membros do governo, apresentados como membros do governo a abrilhantar a apresentação de candidatos, ele são os cheques e os sacos azuis utilizados pelos governadores civis em autêntica campanha do PS, ele são a lei do funil, veja-se por exemplo, o caso da Câmara

PS e PSD com nota negativa

A CDU realizou, no passado domingo, no Jardim do Morro, em Vila Nova de Gaia, um grande comício-festa em que participaram centenas de pessoas. Para além de Carlos Carvalho, que encerrou o comício, entrevistaram também na ocasião Antero Pires e David Soares, respectivamente candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal de Gaia.

Para Antero Pires, o PS e o PSD «merecem uma tremenda assobiadela», por não terem sabido transformar o concelho numa terra com qualidade de vida, que, de uma vez por todas, deixe de ser «um mero depósito de cidadãos».

Dá-lhes assim nota «claramente negativa», ao PSD pelo passado, ao PS por, na actual gestão, se ter limitado «a gerir casuisticamente o concelho», «esquecendo» a resolução dos grandes problemas do município.

A falta de espaços verdes e a poluição das praias, o mau estado de estradas e habitação social, o saneamento básico, a reduzida rede de pré-escolar e a degradação do parque escolar, a degradação do centro histórico, o mau funcionamento do serviço hospitalar de urgências, o elevado índice de desemprego, a falta de qualidade e operacionalidade dos transportes foram problemas levantados, para os

quais Antero Pires apresentou as soluções defendidas pela CDU.

A não apresentação em tempo útil das propostas do município «no quadro do projecto do metro ligeiro de superfície e da nova ponte sobre o rio Douro», nem da candidatura do centro histórico de Gaia a património Mundial da Humanidade, são outros factos que reforçam a convicção de Antero Pires de que a gestão PS não serve e, «se os gaieses querem viver com dignidade e com qualidade de vida», é na CDU que têm a alternativa.

David Soares, por sua vez, garante que a CDU parte para as eleições «com muita confiança e determinação». Confiança no trabalho realizado, nas suas capacidades e nas suas propostas, determinação em demonstrar que essas propostas «assentam no conhecimento da realidade e não estão sujeitas a interesses escuros e duvidosos». Por isso, para este candidato, o voto útil é na CDU, cujos eleitos «não cedem a pressões de grupos económicos ou de especulação imobiliária», realizando uma política de desenvolvimento que tem em conta, «acima de tudo, as pessoas e o seu quotidiano».

A encerrar o comício, Carlos Carvalho fez uma importante intervenção de fundo, que ao lado se transcreve.

Carlos Carvalhas em Vila Nova de Gaia CDU – Um justo prestígio

da Amadora e o caso da Câmara de Almodôvar em que o ministro Cravinho reteve durante 14 meses no seu gabinete o relatório do IGAT sobre as ilegalidades desta Câmara, que poderão levar à sua dissolução...

Os títulos de imprensa: “meio governo a trabalhar para as autárquicas” diz tudo sobre o estilo e isenção do executivo em relação às eleições. A **confusão entre aparelho de Estado é tal que não se sabe onde começa a comissão eleitoral do PS e acaba o governo, onde começa o orçamento eleitoral do PS e onde acaba o Orçamento de Estado.**

A desvergonha e a desfaçatez é tal, ou talvez não, que até anunciam candidatos depois de os terem nomeado ou com a promessa de promoções ou de um “tacho” compensador. A não ser que seja tudo obra do acaso...

Algumas das nomeações e das promoções são tão próximas com a aceitação e o anúncio das candidaturas que qualquer insinuação, qualquer “semelhança com a realidade é mesmo... pura fantasia”!

Vejamos então:

A título de exemplo, cito apenas alguns casos em que a aceitação de candidatura e a anterior nomeação ou promoção pelo governo PS, é apenas pura coincidência, puro acaso, puro cruzamento de linhas do destino e nada mais mesmo quando essas nomeações foram feitas já no segundo trimestre deste ano!

Assim, Adérito Pires, cabeça de lista do PS à Câmara de Mirandela, foi nomeado, em Julho deste ano, adjunto do Governo Civil de Bragança. Pura coincidência! (DR n.º 151, de 3/7/97)

– José Ernesto Oliveira, cabeça de lista do PS à Câmara de Évora, foi

promovido em Julho, a Presidente da Comissão Coordenadora Regional do Alentejo. Não há dúvida que há nomeações e promoções que vêm mesmo a calhar! (D.R. n.º 156, de 9/7/97)

– João Ferreira, cabeça de lista do PS à Câmara de Silves, antigo funcionário do Ministério da Agricultura, foi promovido pelo novo governo do PS. É claro que aqui o que contou foi a antiguidade. Quando o PSD era governo ainda não tinha antiguidade suficiente. Assim, em Agosto do ano passado, foi nomeado subdirector do Algarve do Ministério da Agricultura e agora é candidato pelo PS. (DR n.º 183, de 8/8/96)

– Amílcar Santos, cabeça de lista do PS à Câmara de Portalegre, foi nomeado, em Julho de 97, director do Instituto de Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) em Portalegre. Qualquer conexão com as autárquicas não há dúvida que só pode ser um processo de intenções... (D.R. n.º 159, de 11/7/96)

– José Miguel Leal da Silva, cabeça de lista do PS à Câmara do Barreiro, foi nomeado, em Junho do ano passado, para a Comissão de Acompanhamento do Instituto Geológico e Mineiro. Nada estranho, nada de mais normal... (D.R. n.º 130, de 6/6/96)

– José Miguel Medeiros, cabeça de lista pelo PS à Câmara de Anciães, tinha sido nomeado pelo novo Governador Civil seu adjunto no fim do ano (12/12/96) o que é também perfeitamente natural.

– Joaquim Ventura Leite foi, com o novo governo PS, nomeado, em Julho de 96, director do Serviço Sub-Regional de Setúbal da Segurança Social, agora é cabeça de lista pelo PS

à Câmara de Grândola. (D.R. n.º 157, de 9/7/96)

E em Alcácer do Sal, coincidência das coincidências, praticamente ao mesmo tempo em que Duarte Lynce de Faria aceitava a candidatura pelo PS à Câmara Municipal, era nomeado adjunto do Governador Civil de Setúbal.

É um fartote de “boys candidatos”. Como se vê também neste estilo o PS parece não querer ficar atrás do PSD.

Deixamos estes exemplos, como poderíamos ter escolhido outros com situações e coincidências pouco abonatórias, porque entendemos que devemos continuar a pugnar pela democraticidade dos actos eleitorais e a condenar as várias instrumentalizações do aparelho de Estado ao serviço das candidaturas do PS.

Por uma intervenção séria e honesta ao serviço das populações

A demagogia e a politiquerice só afastam os portugueses e as portuguesas da participação e do exercício dos direitos de cidadania.

As pessoas querem respostas concretas para os problemas e não o blá-blá de promessas e mais promessas.

As pessoas querem o debate sério das questões e não a política espectáculo ou a gritaria sobre o acessório para desviar as atenções dos problemas.

As pessoas querem que se honre os compromissos, que se preste contas e não que se meta na gaveta, tudo aquilo



por que se disse ir lutar, logo no dia seguinte às eleições.

Contem connosco.

Não vos prometemos tachos mas trabalho, muito trabalho.

Não vos prometemos facilidades, mas sim empenho, persistência e perseverança.

Não vos prometemos uma fiscalização passiva e uma participação política remetida para a altura das eleições, mas sim uma acrescida intervenção quotidiana e, convosco, uma intervenção participada quer no controlo quer na proposta quer na concretização de medidas.

Estamos aqui para avançar e para servir a população com a população.

Nós não precisamos das pré-campanhas eleitorais para nos lembrarmos e lutarmos pelas justas reivindicações das populações ou, para nos lembrarmos do caos urbanístico, ou das acessibilidades.

A solução para os problemas do concelho não está no rotativismo, não está em o PSD suceder ao PS e o PS suceder ao PSD, alterando-se as caras para que tudo o que é essencial se mantenha.

A solução está numa política alternativa, num projecto participado e humanizador da vida da cidade.

A solução não está em pretensos “braços de ferro mediáticos”, numa teatral comédia acerca de quem é o candidato de tal ou tal força política, nem em quem tem mais “outdoors”.

A opção não está em quem tem mais dinheiro para gastar na campanha eleitoral, que pela ostentação que alguns assumem é uma autêntica afronta às dificuldades do quotidiano de tantas e tantas famílias.

Aliás, estas forças partidárias o que demonstram no cinema que estão a fazer quanto ao anúncio de candidaturas e nos nomes que já chegaram a ser apontados para candidatos: Menezes/Cervan; Leonor Beleza; Torres

Couto; Narciso; é que para estes, o que conta não é o conhecimento dos problemas de Gaia, nem o empenho na sua resolução, mas sim o estrelato, a escolha de uma figura conhecida que através da política-espectáculo conquiste o poder. O poder não para servir o povo mas para dele se servirem.

Muitos cidadãos poderão cair no engodo de toda esta pressão mediática, mas serão também cada vez mais os que consideram que tudo isto é uma grande “fantochada”, que não serve a população de Gaia, nem dá nenhuma saúde à democracia.

Pela nossa parte procuraremos fazer uma campanha digna, serena, de proposta e projecto, de debate de ideias, com grande determinação e confiança.

Os votos na CDU não cairão em cesto roto. Serão votos ao serviço do concelho, serão votos ao serviço de uma gestão com as populações e pelas populações.

Estas são umas eleições que exigem o empenho e a contribuição militante de todos e de cada um.

Há sólidas razões para partirmos para esta batalha com determinação e confiança e para reforçarmos a CDU em todo o país.

Porque o reforço da CDU é a direcção certa e segura para se ter uma outra política.

Porque o reforço da CDU significa dar força e voz a todos os que se indignam com as prepotências e as injustiças sociais.

Porque o reforço da CDU significa dar mais força e voz aos ventos de mudança e da esperança, ou seja a todos os que entendem que é necessário por termo à degradação e à especulação da área urbana.

Porque o reforço da CDU significa dar força e voz a todos os que querem uma cidade de Gaia mais ordenada e mais bela e “para se fazer aquilo que é preciso”(...).

Maia

CDU junta vontades e esforços

Também em Maia, a CDU fez a apresentação pública dos seus candidatos aos órgãos municipais, num almoço-convívio que no fim-de-semana passado realizou no Forum de Maia, com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Durante o almoço, Serafim Nunes, candidato à presidência da Câmara Municipal da Maia, referiu que os objectivos que a CDU persegue, pela sua importância, e por algumas dificuldades que o processo eleitoral tem defrontado, exige que se juntem «todas as vontades» e «todos os esforços». «O que é fundamental», disse Serafim Nunes, «é fazer regressar à Câmara Municipal um vereador da CDU. É reforçar o número dos nossos eleitos na Assembleia Municipal. É fazer eleger candidatos da CDU no maior número possível de freguesias.» E, referindo-se à aliança PSD e PP - forçada pelos «sinais de erosão e angústia» que a maioria dirigida por Vieira de Carvalho apresenta -, disse ser esta uma aliança «sem princípios». Depois de oito anos a «zurzirem forte e feio uns nos outros», prosseguiu, «logo se unem quando sentem perigar o seu poder».

Depois de alertar para o «ridículo e patético frene-sim deste fim de mandato», e de chamar a atenção para a candidatura do PS - demonstrativa da sua «incapacidade e fraqueza» no concelho -, Serafim Nunes denunciou o comportamento deste partido que «foi sempre cúmplice na política desenvolvida pelo dr. Vieira de Carvalho» e agora ensaia um processo de branqueamento com um candidato que não é da Maia.

César Príncipe, mandatário da CDU à Câmara da Maia, considerou, por sua vez, que «é tempo de repensar o poder continuado e centralizado exercido na Maia:

um poder de cariz faraónico, com pirâmides, torres, esfinges escultóricas, marchas de exaltação ao imperador, lápides de bronze e mármore endeusando o sobreiro por estádios, pontes, colectividades, centros de saúde». Fenómeno que, em sua opinião, não se coaduna com «um modelo democrático adulto».

«À sombra de um poder totalizante, assente nalguma indiscutível obra, mas sobretudo numa propaganda intensa e intencional, à custa de dinheiros públicos e com o empenho de beneficiários do sistema, a Maia cresce sem equilíbrio urbanístico, sem brio paisagístico, sem programação cultural e sem paixão social», prosseguiu César Príncipe, lembrando que «a CDU tem sobre a Maia uma concepção avançada de política local, que se traduz num projecto que harmonize a eficácia dos serviços e dialogue permanentemente com os cidadãos».

Entretanto, nas breves palavras que proferiu, Carlos Carvalhas disse crer que a CDU, «pela sua coerência, pelo seu projecto, pela sua intervenção construtiva e fiscalizadora» está em condições de travar com êxito a batalha das autárquicas. Uma batalha que «mesmo só como batalha política é da máxima importância pelas possibilidades que temos de contactar com milhares de cidadãos e de lançarmos sementes para o presente e para o futuro».

«Nós não trabalhamos só com os olhos no curto prazo», sublinhou Carvalhas. «Trabalhamos para hoje, para amanhã com determinação e confiança. Tanto nos concelhos em que estamos em maioria como nos que estamos em minoria, devemos procurar fazer uma campanha voltada para fora.»



PCP recebe Ordem dos Médicos

Uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalhas, Secretário-geral, Edgar Correia, da Comissão Política, e o professor doutor Rui Pinhão, da Comissão Nacional do PCP para as Questões da Saúde, recebeu uma delegação da Ordem dos Médicos, dirigida pelo seu bastonário, professor doutor Carlos Ribeiro.

Área Metropolitana de Lisboa

Imigrantes – problemas e aspirações

Promovido pelo Grupo de Trabalho para as Questões da Imigração e das Minorias Étnicas, juntamente com a DORL e a DORS do PCP, realizou-se no passado sábado, em instalações do Edifício-Sede da Câmara da Amadora, o Encontro «A CDU e as Comunidades Imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa.»

Cerca de centena e meia de participantes (autarcas, candidatos, quadros e apoiantes da CDU, ligados a esta área), com destaque para um elevado número de membros das comunidades imigrantes - cabo-verdiana, angolana, moçambicana, são-tomense, guineense, timorense, brasileira - debateram no Encontro os problemas, a situação e as aspirações das comunidades imigrantes na AML; analisaram criticamente a política do Governo nesta área; valorizaram o trabalho da CDU nas autarquias em relação a estas comunidades (destacando naturalmente o positivo trabalho nesta matéria do Município anfitrião) e a actividade e iniciativa coerentes do PCP em defesa dos imigrantes, com expressão mais recente na sua proposta de lei para eliminar as discriminações no trabalho; apontaram propostas e orientações a defender pela CDU na campanha eleitoral.

Os trabalhos do Encontro

tiveram, como introdução ao debate, uma intervenção de Henrique de Sousa, do Secretariado do PCP e responsável pela área das Migrações no Partido, e foram encerrados, em sessão pública, com intervenções de Fernanda Sanches (candidata da CDU à Câmara da Amadora, independente e ligada à comunidade cabo-verdiana do concelho) que apresentou uma síntese das principais ideias e orientações colhidas no Encontro e do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que produziu uma significativa intervenção com uma larga abordagem dos problemas da imigração na sociedade portuguesa e das posições do PCP nesta matéria.

A Mesa que coordenou os trabalhos do Encontro foi constituída por Pedro Santarém, da CC Barreiro e dirigente do movimento associativo das comunidades africanas; André Moreira, dirigente associativo da comunidade cabo-verdiana e

membro da AM do Seixal pela CDU, independente; Justino da Silva, candidato da CDU à Câmara de Oeiras, de origem guineense; Manuel Correia, do Comité Central, dirigente do movimento anti-racista e de ori-

gem cabo-verdiana; Fernanda Sanches, animadora social, independente, candidata pela CDU à Câmara da Amadora, de origem cabo-verdiana; Orlando Almeida, Presidente da Câmara da Amadora e de novo candida-

to pela CDU à Presidência do Município; Júlio Filipe, do CC e da DORL do PCP; Henrique de Sousa, do Secretariado do CC; Carlos Carvalhas, S.-Geral do PCP.

Participaram também nos tra-

balhos do Encontro o deputado e membro do CC, António Filipe (que no Grupo Parlamentar é responsável por esta área de intervenção) e o candidato da CDU à Presidência da Câmara de Sintra, Lino Paulo.

Carlos Carvalhas

Para uma integração harmoniosa

Na intervenção de que se transcreve extractos, feita no Encontro realizado pela CDU para discutir os problemas, a situação e as aspirações dos imigrantes, Carlos Carvalhas considerou que o elevado número de candidatos ligados a estas comunidades propostos para as listas CDU, longe de corresponder a uma medida eleitoralista, é antes expressão de um trabalho continuado no plano social e político.

«(...) Como é sabido e como aqui foi afirmado é na Área Metropolitana de Lisboa que se concentra a grande maioria dos imigrantes que, sobretudo originários dos países de língua portuguesa, buscam em Portugal uma vida melhor. É, portanto, plenamente justificada e oportuna a realização deste Encontro e aqui na Amadora, onde se verifica a maior concentração de imigrantes.

E creio que é de justiça destacar a actividade do Município da Amadora como exemplo do modo como os autarcas e as autarquias CDU procuram dar resposta e trabalham em prol dos direitos dos imigrantes e da sua integração, no respeito pelas suas identidades culturais próprias e pelas suas opções.

O direito conquistado pelos cidadãos imigrantes de, na base do princípio da reciprocidade, poderem participar de pleno direito das eleições autárquicas constitui uma positiva novidade política das próximas eleições de Dezembro para a qual o PCP se orgulha de ter contribuído, quer na aprovação e melhoria da respectiva lei, quer no ulterior esforço de mobilização cívica para o recenseamento eleitoral, quer agora pelo movimento de participação nas listas da CDU de cidadãos profundamente ligados às comunidades imigrantes de que este Encontro é também expressão.

Os cidadãos imigrantes, fundamentalmente de nacionalidade cabo-verdiana e também brasileiros, que assim vão poder exercer o direito de candidatura e de voto, com responsabilidades e liberdade na formação das suas opções, estamos certos que saberão recusar e condenar a demagogia dos que apenas se lembram dos imigrantes para lhes instrumentalizar o voto ou que pretendem passar para cima das autarquias as decisivas responsabilidades do Governo quanto aos problemas essenciais com que se debatem os imigrantes na sociedade portuguesa. E temos boas razões para confiar que muitos saberão reconhecer com o seu apoio à CDU que esta força que no passado no presente e no futuro mais coerente e determinadamente defende na luta das ideias, no plano da política nacional e no plano autárquico, a integração harmoniosa dos imigrantes na sociedade portuguesa, com direitos efectivos e sem discriminações.

O elevado número de candidatos ligados às comunidades imigrantes, designadamente a numerosa comunidade cabo-verdiana, já propostos para as listas da CDU na Área Metropolitana de Lisboa, são expressão não de uma qualquer apressada e eleitoralista medida de última hora, mas de continuado trabalho, nas autarquias e no plano social e político, de defesa, pelo PCP e pela CDU, os direitos dos imigrantes. São a demonstração de que existem, nestas comunidades, cada vez mais cidadãos que se identificam com o projecto da CDU de defesa do poder local democrático. E, finalmente, são a prova de que nas comunidades imigrantes no nosso país existem cidadãos capacitados e disponíveis para, nas autarquias locais reforçarem a atenção aos problemas das comunidades de que são originários, mas sabendo também assumir-se como autarcas de corpo inteiro, ao serviço da totalidade das populações que nessa qualidade vão representar. Estamos certos que o seu contributo vai enriquecer a actividade e o contributo da CDU para uma gestão democrática, transparente e participada no poder local.

Portugal, país de emigrantes espalhados pelo Mundo, tomou-se sobretudo depois do 25 de Abril e acentuadamente a partir dos anos 80, também um país de acolhimento de imigrantes, nomeadamente originários dos países de língua portuguesa, que em Portugal procuram uma vida melhor para si e para os seus, como o mesmo sentido afinal dos portugueses que demandam os caminhos do estrangeiro. Esta dupla condição de Portugal, hoje, como país de emigração e de imigração, legítima a confiança de que existem condições na sociedade portuguesa para se compreender a necessidade e se promover uma mais harmoniosa integração e participação das comunidades imigrantes e para a valorização do seu contributo para a construção de um Portugal mais justo, mais desenvolvido, mais democrático e mais solidário. Acreditamos que há condições e há forças em Portugal para ven-

cer os preconceitos e as discriminações de carácter xenófobo e racista, para enfrentar as graves carências sociais, de emprego, de habitação, de protecção social, de saúde, de educação e de segurança.

Mas o vemos porém da parte do actual Governo quanto aos problemas da imigração em Portugal? Em teoria boas palavras, muita propaganda do diálogo e muitas operações de relações públicas.

Na prática, vemos um processo extraordinário de legalização de imigrantes que, nove meses depois de encerrado, apenas possibilitou ainda a entrega de títulos de residência a pouco mais de metade dos cerca de 35 000 requerentes.

Na prática vemos uma proposta de lei do Governo entregue na Assembleia da República, que mantém e aperfeiçoa mecanismos de discriminação dos imigrantes nas relações de trabalho, em flagrante contraste com aquilo por que os nossos próprios emigrantes portugueses lutam lá fora e que é o tratamento igual em direitos e deveres com os demais trabalhadores.

Na prática, vemos como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não ultrapassa ainda o domínio da ficção e dos discursos, quando deveria progredir decididamente no plano da harmonização de direitos e no tratamento mais favorável dos cidadãos destes países que tivesse em conta a especificidade dos nossos laços históricos, culturais e linguísticos, quando deveria avançar no plano das medidas concretas quanto à cooperação no plano da difusão da língua portuguesa, no plano económico, político, social e cultural.

Na prática, finalmente, o que vemos da parte deste Governo é uma subserviente adesão e obediência aos Acordos Schengen, assumidos como orientações gerais da União Europeia a partir da Cimeira de Amsterdão com o seu voto favorável e que traduzem o objectivo de uma Europa fortaleza fechada ao diálogo e à comunicação com os povos do chamado 3º Mundo, com evidentes consequências negativas na política de imigração do Governo e no relacionamento com os povos de língua portuguesa.

Acreditamos que existem, de facto, condições e forças capazes, se mobilizadas, para construir em Portugal uma mais justa e mais solidária. Que possibilite a harmoniosa integração com direitos, das comunidades imigrantes. Que trave o desenvolvimento de concepções racistas e xenófobas.

Para isso, é preciso atacar corajosamente as causas económicas e sociais do desemprego, da precariedade, das crescentes injustiças e desigualdades que penalizam todos os trabalhadores - imigrantes e não imigrantes! - para benefícios de alguns que engordam à custa dos baixos salários e do trabalho clandestino e sem condições de segurança.

É preciso promover decididamente o emprego com direitos e sem discriminações, a educação, a formação cívica contra o racismo e de valorização e diálogo das diferentes identidades culturais.

E pensamos que é preciso combater decididamente as teses xenófobas e racistas, a começar na escola, que pretendem apresentar as comunidades imigrantes como culpadas do desemprego ou responsáveis pelos problemas da criminalidade, quando estes problemas sociais são frutos directos da exclusão e das desigualdades e injustiças sociais crescentes na sociedade portuguesa e quando, o que é verdade, é que também os cidadãos imigrantes estão interessados como a generalidade dos portugueses, na segurança, na paz, na tranquilidade e no bem-estar das suas famílias e dos bairros onde habitam e em que sejam respeitados os seus direitos básicos, como aliás aqui foi afirmado.

Pela nossa postura de sempre, pelo nosso trabalho, coerência e seriedade, creio que estamos em condições de travar com êxito batalha das autárquicas, apesar da demagogia e da utilização abusiva do aparelho de Estado pelo partido do governo.

Demagogia com as promessas; demagogia praticada pelos governadores civis, com os sacos azuis, com a utilização do Orçamento de Estado, com as ridículas inaugurações.

Permitam-me um exemplo recente: ainda há cerca de quinze dias o nó de Belas, que fica inteirinho no concelho da Amadora, foi inaugurado - pasme-se - pelo Secretário de Estado das Obras Públicas com a Edite Estrela, sem qualquer convite ao Presidente da Câmara da Amadora.

Que o eng. Cravinho se tenha mostrado muito surpreendido ou que não conheça os limites do concelho de Sintra, ainda se pode desculpar... Mas que a Presidente da Câmara de Sintra quatro anos após a sua tomada de posse, ainda os desconheça é que já não tem desculpa... Mas a questão não está nos limites do concelho, está sim, no abuso da utilização do aparelho de Estado para a promoção de candidatos do partido do governo!

(...)



Convívio em Alhandra para apresentação de candidatos

Mais de setecentos militantes e activistas da CDU participaram, no sábado passado, no jantar-concelho que esta Coligação realizou na Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, para apresentação dos seus candidatos aos órgãos municipais e dos cabeças de lista às 11 freguesias do concelho de Vila Franca de Xira.

Carlos Carvalhas integrava a mesa que presidiu ao jantar - constituída por autarcas, dirigentes comunistas e activistas da CDU -, onde, entre outros, se contavam ainda Daniel Branco, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, José Ernesto Cartaxo, presidente da Assembleia Municipal, Marília Vilaverde Cabral, do Comité Central do PCP, José Alberto Pitacas, membro da Assembleia Municipal de Vila Franca e da Assembleia Metropolitana de Lisboa, Sónia Bastos, da JCP e tesoureira da Junta de Freguesia de Cachoeiras.

Depois de Sónia Bastos falar sobre a participação da juventude nas listas da CDU, e de José Alberto Pitacas abordar a importância da Assembleia Municipal e da experiência impar no País de descentralização deste órgão com sessões ordinárias em todas as freguesias do concelho, interveio Daniel Branco que relembrou e enalteceu a obra da CDU no desenvolvimento do município.

Por fim, Carlos Carvalhas chamou a atenção dos presentes para as principais carências do concelho - escassez de policiamento, falta de novas esquadras, de centros de saúde e de escolas, desemprego e emprego precário -, todas da responsabilidade do poder central. E, denunciando os que acusam a CDU daquilo que eles não fizeram enquanto deputados do partido do Governo, referiu-se à falta de rigor e à confusão entre funções governativas e partidárias que reina nas hostes socialistas.

Imigrantes nas listas de Lisboa

O Encontro da «CDU e as Comunidades Imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa» valorizou a «expressiva e ímpar participação» de candidatos ligados às comunidades imigrantes nas listas da Coligação, que atingem neste momento cerca de oitenta. Salientando que os programas e campanhas da CDU devem dar voz às justas aspirações e abordar os problemas dos imigrantes, o encontro definiu várias orientações e propostas que apontam, designadamente, para a criação de conselhos municipais das comunidades imigrantes e étnicas e para criação de apoios ao movimento associativo. Por outro lado, a CDU condena quaisquer discriminações no acesso à habitação e afirma a necessidade de contrariar soluções de realojamento que se traduzam na criação de novos guetos sociais. Ao mesmo tempo defende uma maior intervenção das autarquias na área da cultura e do ensino, numa perspectiva intercultural, atribuindo grande importância aos programas dirigidos aos jovens e às crianças da segunda e terceira gerações. O encontro apoiou ainda a constituição de conselhos municipais de segurança dos cidadãos que permitam um relacionamento e coordenação de esforços entre autarquias, associações, forças policiais e cidadãos na defesa da tranquilidade das populações e no combate à criminalidade, objectivo no qual estão tão interessadas as comunidades imigrantes com a restante população.

CDU/Covilhã apoia crianças carenciadas

A CDU acusa a Câmara da Covilhã de negar a centenas de crianças carenciadas do concelho os subsídios a que têm direito para despesas de alimentação, livros, material escolar e equipamento contra chuva e frio. A Coligação afirma que, desde 1990/91, a autarquia deixou de dar seguimento aos pedidos depois de o Presidente da Câmara, então Carlos Pinto do PSD, ter retirado as funcionárias da organização dos processos para posterior pagamento. Muitas famílias de poucos recursos vêm-se assim privadas, há sete anos, de um subsídio que lhe é devido, facto que tem sido criticado severamente pela CDU. De resto foi graças à insistência da Coligação, designadamente junto do vereador do Pelouro, que no ano lectivo de 1996/97 a autarquia retomou o envio dos processos de candidatura às escolas do concelho. Apesar disso, até hoje ainda nada foi pago. Nem no início nem no final do período escolar.

Encontro propõe novas freguesias

O encontro da CDU realizado recentemente em S. Domingos de Rana considerou inevitável uma nova divisão administrativa do concelho de Sintra e da Freguesia. O encontro admitiu a divisão de S. Domingos de Rana em duas freguesias, eventualmente Tires e Abóboda, decidindo lançar um amplo debate com as populações sobre a matéria e depois formular uma proposta a ser apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República. Na iniciativa em que participaram cerca de uma centena de pessoas, foi ainda debatida a necessidade de apoios da Câmara para a resolução dos problemas dos bairros de génese clandestina, designadamente legalização e requalificação urbanística.

Coimbra cultural

Os candidatos da CDU ao município de Coimbra promoveram na passada segunda-feira uma conferência de imprensa para divulgação das principais prioridades culturais da coligação para o concelho. Entre estas, destacam-se as actividades destinadas às crianças e aos jovens, que passam pela criação de novos centros em particular na periferia e nas zonas rurais, pelo desenvolvimento de programas nos domínios do teatro, fotografia, cinema, música, artes plásticas, entre outros. A CDU defende igualmente a formação de animadores culturais; uma adequada política de subsídios; a criação de novos espaços culturais e o melhoramento dos existentes; um plano de desenvolvimento museológico; apoios aos Encontros de Fotografia de Coimbra e aos grupos de teatro profissional de qualidade; bem como a discussão pública dos grandes projectos urbanísticos de modo a assegurar não só as valências e espaços culturais mas também os valores ligados às tradições locais.

Transportes públicos em Cantanhede

No passado sábado, os candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Cantanhede efectuaram diversas viagens de autocarro e uma de comboio, no percurso Coimbra - Pampilhosa - Cantanhede, com o objectivo de recolher opiniões dos utentes sobre o serviço que lhes é prestado, bem como possíveis soluções para os graves problemas sentidos. A iniciativa continuou à noite com um participado debate que encheu a Casa Municipal da Cultura. Na iniciativa, para além de Amaldo Carvalho e José Vieira, cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal, estiveram Jorge Simões, membro da Comissão de Trabalhadores da CP, Artur Reis, do Sindicato Rodoviário, Américo Leal, da Federação dos Ferrovários, e Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP.

Prosegue a bom ritmo a apresentação pública de candidatos CDU aos diferentes órgãos autárquicos, momento que tem sido aproveitado para levantar os problemas locais e divulgar as propostas da Coligação.

AMARANTE



António Magalhães Duarte

«Isenção nas atitudes e resoluções, honestidade no exercício das funções, trabalho e empenhamento para a satisfação dos interesses do concelho» são princípios que orientam a CDU em Amarante, onde António Magalhães Duarte encabeça a lista à Câmara e Joaquim Ribeiro a lista à Assembleia Municipal.

Para o candidato à Câmara, as maiorias absolutas, do PSD durante 13 anos, e do PS nos últimos oito, não têm ajudado ao desenvolvimento do concelho, onde indústria e agricultura passam enormes dificuldades, permanecem problemas nas acessibilidades e grandes carências ao nível de infra-estruturas na área do ambiente e saneamento básico.

Magalhães Duarte tem 35 anos de idade, é delegado de vendas e há muito que está ligado à actividade desportiva. Primeiro como atleta do Amarante Futebol Clube e, ultimamente, representando a colectividade como dirigente, atleta e treinador. Tem um papel destacado na dinamização do desporto amador organizado pela FADA, entidade que é responsável pela movimentação de cerca de um milhar de jovens.

Participou ainda na organização de outras actividades culturais, e tem sido candidato nas listas CDU, como militante do PCP, à Junta de Freguesia de Telões e à Câmara Municipal de Amarante.

Joaquim Pereira Ribeiro tem 57 anos, é empregado de escritório e mediador de seguros. Foi membro da Assembleia Municipal de Amarante, eleito em dois mandatos e é militante do PCP.

ANGRA DO HEROÍSMO

Os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo são, respectivamente, António Cardoso Nunes e Manuel da Silva Melo. O candidato à Câmara tem 46 anos, é tipógrafo e membro da DORAA do PCP. Manuel Melo, tem 44 anos, é independente e técnico de

Candidatos CDU

Artes Decorativas e Ornamentais do Centro de Restauro. É ainda presidente do conselho de arbitragem da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

CARTAXO



Orlando Santos

A Coordenadora do Cartaxo da CDU decidiu apresentar as candidaturas de Orlando Santos à Câmara e de Rogério Mendes Coito à Assembleia Municipal. Orlando Santos é licenciado em Sociologia, tem 55 anos de idade, é membro da Comissão Concelhia do Cartaxo e da Comissão Coordenadora da Junta de Freguesia de Valada. Rogério Coito é licenciado em História, tem 60 anos e é membro da Assembleia Municipal, eleito como independente nas listas CDU.

FLORES



Dora Valadão

Dora Valadão e Fernando Pereira são, respectivamente, cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores. Dora Valadão é empresária agrícola, membro do Conselho Regional do PCP e vereadora na Câmara Municipal de Santa Cruz. Fernando Pereira é bancário, candidata-se como independente, sendo o actual presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores, eleito pelo PSD.

GRACIOSA

Apresentados recentemente, Hélio Manuel Picanço e Valdemiro Melo Santos encabeçam, respectivamente, as listas da



SERTÃ



Albino Martins

CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa. Hélio Picanço tem 33 anos de idade, independente, e é funcionário da EDA na Graciosa. Valdemiro Santos tem 44 anos, independente, é funcionário público e dirigente sindical.

A CDU do distrito de Castelo Branco anunciou à imprensa o nome do seu cabeça de lista à Câmara da Sertã. Trata-se de Albino de Jesus Martins, de 49 anos de idade, industrial de transportes, antigo activista das estruturas unitárias de trabalhadores da Quimigal e cabeça de lista da CDU à autarquia nas eleições de 1993.

PONTA DELGADA



Mário Abrantes

Mário Abrantes da Silva e Emanuel Jorge Botelho são respectivamente os candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada. O cabeça de lista à Câmara tem 47 anos de idade, é licenciado em Sivilicultura, dirigente regional do PCP, e vogal na Assembleia Municipal de Ponta Delgada. Emanuel Botelho, candidato independente, tem 47 anos de idade, é licenciado em Ciências Políticas-Sociais, professor, poeta e escritor.

SEVER DE VOUGA



Décio Rodrigues

A CDU divulgou recentemente os nomes dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Sever de Vouga, Décio Rodrigues, de 62 anos, agricultor e membro da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro, encabeça a lista à Câmara, enquanto Ana Paula Almeida, de 36 anos, bancária, é a primeira na lista à Assembleia Municipal.

Santa Maria da Feira O futuro da terra com as pessoas

A CDU da Santa Maria da Feira inicia durante este mês um ciclo de iniciativas denominado «debater o Futuro com as Pessoas da Terra». Os debates vão ter lugar no Espaço CDU, criado em Julho com o trabalho de muitos militantes e simpatizantes, estando já marcadas duas realizações: «As mulheres e o Direito a uma Cidadania Participadas nas Autarquias», no dia 24 de Outubro, com a presença de Fernanda Mateus, membro da Comissão Política do PCP, e «Regionalização, Planeamento e Desenvolvimento Local», no dia 8 de Novembro, com a participação de Luís Sá, deputado e membro da Comissão Política do PCP. Outras sessões estão em fase adiantada de programação e em breve serão anunciadas.

Depois de recuperadas as instalações da CDU no concelho foram palco de diversas iniciativas que, direccionadas para os mais jovens, permitiram o encontro e convivência de gerações diferentes. Foi o caso da exibição de «A Fuga», que contou com a presença do real inspirador do filme, António Dias Lourenço. Também ali se realizou um festival de canção de intervenção, em que participaram dezenas de jovens músicos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Declaração Política

O que preocupa o governo são os números

No início da terceira sessão legislativa, que coincide com a segunda metade do mandato do Governo, Octávio Teixeira não poupou críticas às políticas que têm vindo a ser seguidas, e que, porque as expectativas criadas estão hoje "completamente goradas", levam o próprio governo PS a "significar a intenção de alterar alguma coisa para que tudo permaneça igual".

Em Declaração Política lida na Sessão Plenária de 24 de Setembro, o líder do Grupo Parlamentar do PCP procedeu a uma desmontagem sistemática

do que tem sido a actividade governamental nestes dois últimos anos e referiu, em particular, a revisão constitucional, os obstáculos levantados à concre-

tização da regionalização "enquanto forma estrutural capaz de potenciar o desenvolvimento regional equilibrado e de contribuir eficazmente para combater e reduzir as assimetrias regionais", o prosseguimento das mesmas orientações da política económica e social "designadamente o fundamentalismo do Governo quanto à participação de Portugal na moeda única".

No que se refere à revisão constitucional, Octávio Teixeira

sublinhou que o Grupo Parlamentar do PCP irá combater firmemente "as intenções de uma alteração do sistema eleitoral que, quer pela redução do número de deputados, quer pela instituição de círculos uninominais, visa pura e simplesmente potenciar administrativamente uma bipartidarização do sistema político que garanta a alternância no Governo assente nas mesmas políticas".

A actual política económica e social é alvo de profunda crítica. "Contrariamente ao propagandeado, o que preocupa o Governo são de facto os números, e não as pessoas" - afirma Octávio Teixeira, que cita os números do INE. "É lamentável, é indesculpável, e é simultaneamente significativo, que o Governo do PS tenha conseguido a triste proeza de, em 1996, e pela primeira vez na década de 90, a parte do Rendimento nacional afecta às remunerações do trabalho (incluindo as contribuições patronais para a Segurança Social) tenha sido inferior à parcela apropriada pelo excedente bruto de exploração".

"Não vamos entrar numa nova fase de governação" - sublinha-se na Declaração

Política. Antes vai prosseguir:

- "o sentido único de um Governo que se compraz com a evolução macroeconómica, desdenha o «pequeno pormenor» de estar a agravar a já forte injustiça preexistente na distribuição funcional e pessoal do rendimento, e não mostra preocupação com o mais que provável recrudescimento do desemprego no final do primeiro trimestre de 1998";

- "uma política de rendimentos em que o Governo propõe que a evolução salarial se faça ao nível da inflação espe-

rada, sendo a totalidade dos ganhos de produtividade apropriada pelos lucros";

- a inexistência de "vontade política para impôr a efectiva redução do horário de trabalho semanal que ele próprio prometeu";

- o cumprimento "do critério nominal do défice orçamental" sacrificando "a execução do Quadro Comunitário de Apoio".

Uma política que se verá confrontada, por parte do grupo parlamentar do PCP, "com a permanência da nossa oposição".



Jovens em luta por uma outra política socioeconómica

Projecto de Lei A participação dos pais na escola

Criar uma situação legal que "permita aos pais e encarregados de educação das crianças e jovens das nossas escolas melhorar as condições para a sua participação na vida das escolas e para o acompanhamento da situação escolar dos seus filhos e educandos" é o objectivo do Projecto de Lei agora apresentado pelo PCP, e que corresponde a uma já antiga reivindicação das associações de pais e encarregados de educação.

Em causa estão, nas palavras do deputado do Grupo Parlamentar do PCP, António Filipe, duas situações de injustiça.

A primeira, diz respeito "a todos os que trabalham e têm filhos na escola".

A realidade actual é conhecida. "Para os trabalhadores sujeitos a regimes de flexibilização de horários de trabalho e à desregulamentação das relações de trabalho a que as políticas neoliberais têm conduzido, estar com os filhos e acompanhar o seu percurso escolar, é um desejo cada vez mais difícil de cumprir, por cansaço, ou pura e simplesmente por ausência", constatou António Filipe, na sessão plenária da Assembleia da República.

Uma outra situação de injustiça diz respeito aos membros dos corpos gerentes de associações de pais e de outros cidadãos que representem pais e encarregados de educação em diferentes organismos.

Neste caso, como sublinhou o deputado comunista, "a lei atribui direitos e impõe deveres de participação aos pais e encarregados de educação. Mas se os pais e encarregados de educação forem trabalhadores por conta de outrem vêm negada na prática a possibilidade de exercerem esses direitos ou de cumprirem os correspondentes deveres".

Em síntese, às exigências de participação não correspondem mecanismos legais que incentivem ou sequer permitam essa participação.

As propostas do PCP

* "que as faltas ao trabalho que sejam dadas pelos pais e encarregados de educação, por motivo de comprovadas necessidades de acompanhamento escolar dos seus filhos e educandos, sejam consideradas justificadas, ainda que tenham de implicar a perda da retribuição correspondente".

* "que sejam consideradas justificadas as faltas ao trabalho dadas por motivos inadiáveis relacionados com as actividades das associações de pais e respectivas estruturas federativas ou de coordenação nacional ou regional, ou com a presença em reuniões de órgãos de direcção, administração ou gestão das escolas em que os pais e encarregados de educação devam legalmente estar representados, e que se assegure, através do Ministério da Educação, uma forma de compensação de prejuízos eventualmente sofridos em função do cumprimento desses deveres de participação".

Finanças dos Partidos Políticos É inaceitável o financiamento por empresas

«Para o PCP, o financiamento da vida política por empresas é inaceitável e deve ser inequivocamente proibido. Quer se trate de empresas públicas como privadas, nacionais ou estrangeiras.» Deste modo se pronunciou Octávio Teixeira na quinta-feira passada na Assembleia da República.

Esta tomada de posição do líder da bancada comunista foi produzida no decorrer do debate sobre o financiamento da actividade dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. Estavam em apreciação projectos de lei do PCP, do PS, do PSD e do PP.

O projecto dos comunistas explica no preâmbulo que «visa dois objectivos essenciais, que já em anteriores projectos foram defendidos pelo PCP»: 1º «proibir o financiamento dos partidos políticos por empresas»; 2º «reduzir o montante máximo de despesas eleitorais legalmente admissível».

Os outros partidos alegaram necessidade de maior transparência como razão motora das

suas iniciativas legislativas. O que é estranho é que sendo essa a motivação não concordem com a proibição do financiamento por empresas. Pois, como também salientou Octávio Teixeira, «um dos principais elementos, se não o principal, gerador de suspeição popular é o da eventual existência de relações ilícitas e promíscuas entre os partidos políticos e o poder económico.»

E acrescentou mais à frente: «quando pessoas da chamada "classe política" ou partidos políticos caem nas malhas da justiça atolados na trama de financiamentos ilícitos e de pagamentos ilegais, do outro lado estão sempre as empresas».

Esclareça-se que os projectos do PS e do PP, que mantêm a proibição de financiamentos de empresas públicas, também mantêm, se é que não ampliam, as condições de financiamento por parte das empresas privadas aos partidos políticos e às campanhas eleitorais.

Por sua vez, o projecto do PSD mantém a proibição em relação às empresas públicas e põe restrições aos financiamentos das empresas privadas que seriam canalizados para um fundo a gerir, entre outros, pela Assembleia da República.

Tem que se considerar pelo menos curioso que esta preocupação parta do PSD que foi o partido que durante os dez anos de cavaquismo mais terá beneficiado (diz-se que em proporções gigantescas) do financiamento das empresas privadas. Foram as lições da experiência que levaram o PSD às preocupações agora manifestadas? Como a vida política nacional beneficiaria do conhecimento dessa experiência! Seja como for, não pode deixar de registar que o PSD não teve, ainda assim, a coragem de propor, como desde sempre faz o PCP, a proibição dos financiamentos por parte das empresas privadas.

Outra batalha travada de há muito pelos comunistas, de novo retomada no debate de quinta-feira passada, refere-se à redução do montante máximo das despesas eleitorais legalmente admissível que deve baixar para limites compatíveis com as realidades económicas e sociais do nosso país.

Para o PCP esses limites deviam ser fixados nos seguintes termos:

- Na campanha para Presidência da República, 4 800 salários mínimos mensais nacionais, acrescidos de 1 600 no caso de se proceder a segunda volta;

- Na campanha para a Assembleia da República, 30 salários mínimos mensais nacionais por cada candidato efectivo;

- Na campanha para as Assembleias Legislativas Regionais, 20 salários mínimos mensais nacionais por cada candidato efectivo;

- Na campanha para as autarquias locais, um quinto do salário mínimo mensal nacional por cada candidato efectivo;

- Na campanha para o Parlamento Europeu, 160 salários mínimos mensais nacionais por cada candidato efectivo.

O debate prossegue na Assembleia da República agora em comissão especialidade onde todos os projectos baixaram para apreciação em concreto e eventual elaboração de um texto alternativo.

Firme nas suas posições e desassombrado na crítica aos projectos e no combate às práticas dos outros partidos, o PCP não transige, no entanto, com demagogias populistas, salientando, como fez Octávio Teixeira, a importância dos partidos políticos «insubstituíveis enquanto elementos fundamentais do exercício, consolidação e aprofundamento da democracia política».

CDU

Em final de mandato Câmara de Setúbal privatiza serviços

A concessão por um período de 25 anos do sistema de captação, tratamento e distribuição de água no concelho de Setúbal foi considerada por Ruben de Carvalho, candidato da CDU à presidência da autarquia «como uma medida reveladora da incapacidade do actual executivo municipal».

Para o candidato, a privatização dos SMS «resulta da situação de falência a que a gestão municipal os conduziu» constituindo assim «uma assunção clara da incapacidade da actual maioria para gerir as estruturas necessárias à vida do concelho».

Por outro lado, Ruben de Carvalho lembra que as experiências conhecidas quer no estrangeiro quer em Portugal não se traduziram em qualquer melhoria substantiva dos serviços prestados mas antes geraram crescentes dificuldades dos poderes públicos para coordenarem e planificarem a sua acção em função dos interesses das populações e não da obtenção de lucros pelos capitais privados.

O cabeça de lista da CDU sublinha ainda que a privatização dos serviços «constitui um atentado contra os direitos dos trabalhadores», cuja transferência para a empresa privada concessionária «retira-lhes regalias e garantias inerentes à sua situação de funcionários da Administração Local e, a médio prazo abre portas a despedimentos e requalificações».

Os contornos «pouco claros» que desde o início marcam o processo e motivaram denúncias dos mais variados sectores incluindo do Partido Socialista, são também evocados por Ruben de Carvalho que recorda o afastamento da EPAL do concurso de concessão e o facto de todos os concorrentes preteridos recorrerem da decisão final que beneficia a empresa Luságua. Acresce que a decisão tomada «não garante sequer as promessas feitas quanto ao embaratecimento do abastecimento de água em Setúbal».

A dois meses de um acto eleitoral, a CDU sublinha que «não é aceitável que a actual maioria municipal se precipite para fazer aprovar uma medida que compromete o Município por um período de um quarto de século».

Listas CDU juntam meio milhar na Marinha Grande

Cerca de meio milhar de comunistas e apoiantes da CDU estiveram no passado sábado na sessão pública de apresentação das listas de candidatos da CDU à Câmara Municipal da Marinha Grande, que contou com a presença de Álvaro Cunhal.

A lista à Câmara, como referiu João Gabriel, candidato à presidência, é constituída por «pessoas já conhecidas pelo muito que têm dado a este concelho, quer pelas suas actividades políticas e cívicas quer pelas suas actividades profissionais e sociais».

O candidato criticou a actual maioria municipal do PS, acusando-a de não cumprir as promessas que fez ao eleitorado. «Esgotaram as verbas, delapidaram o património municipal e os resultados não se vêem», afirmou João Gabriel para em seguida perguntar: «Onde estão o pavilhão gimnodesportivo, as piscinas cobertas da Marinha e da Vieira, a requalificação urbana do Casal da Malta, o centro de saúde a funcionar e o hospital, os edifícios das juntas de freguesia, os parques de campismo da Praia da Vieira e Pedras Negras, as estradas e vias estruturantes?»

Afirmando que todas as novas obras foram adjudicadas no anterior mandato pela gestão CDU, João Gabriel recordou o vastíssimo trabalho realizado pelas maiorias CDU, que não só conseguiram atrair investimentos para o concelho, como resolveram as necessidades de saneamento básico, abastecimento e recolha de lixos, construíram centenas de quilómetros de estradas e arruamentos.

Juventude de Aveiro exige participação

A juventude aveirense da CDU promoveu no passado sábado um debate que contou com a presença do cabeça de lista da Coligação, Porfírio Almeida, no decorrer do qual foram feitas pesadas críticas à gestão do executivo camarário.

Os jovens acusaram a Câmara de utilizar o Conselho Consultivo da Juventude da CMA para fins de propaganda e mostraram-se determinados a lutar pela incorporação das sensibilidades e interesses juvenis nas diversas vertentes do trabalho autárquico.

NACIONAL

IX Congresso sobre o Alentejo Regionalização como motor de desenvolvimento

O IX Congresso sobre o Alentejo, realizado no passado fim-de-semana com o tema geral de «Alentejo, Políticas e Instrumentos para o Desenvolvimento», reuniu em Estremoz centenas de participantes.

Estiveram presentes representantes de municípios, uniões sindicais, universidades e escolas superiores, associações empresariais, regiões de turismo, a Associação de Defesa do Alqueva, deputados alentejanos na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, delegações espanholas da Extremadura e Andaluzia, cientistas e personalidades de todos os sectores da vida política e social.

O PCP esteve representado pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas.

Ao longo dos trabalhos do Congresso, foram apresentadas cerca de 60 comunicações de praticamente todos os municípios alentejanos.

Números e factos que, só por si, testemunham da importância e do interesse desta iniciativa, como aliás vem sublinhado na Proclamação aprovada no fim dos trabalhos, em que se sublinha que, com os nove congressos já realizados, *este grande fórum de discussão regional*

tem desempenhado um papel determinante na resolução de questões centrais para a vida dos alentejanos. Exemplos referidos são as decisões avançadas no sentido da construção do empreendimento do Alqueva e o largo consenso que se construiu em torno da criação de uma só região administrativa para o Alentejo.

A Proclamação começa por afirmar a necessidade da instituição da Região Administrativa do Alentejo, como indissociável do «processo de desenvolvimento económico e social do Alentejo», constituindo, de par do empreendimento do Alqueva, «motores de desenvolvimento capazes de alterar radicalmente o actual estado de desenvolvimento das populações alentejanas, pondo fim à desertificação humana, reiniciando o processo de crescimento demográfico, atraindo novos investimentos, e induzindo crescimento económico em todos os sectores da vida regional».



A mesa do Congresso

Um quadro em que a agricultura e o desenvolvimento rural são apontados como «domínios estratégicos de intervenção».

A Proclamação define como extremamente importante «a constituição de uma Agência de Desenvolvimento Regional como entidade que reforce a cooperação institucional e a escala regional de desenvolvimento». Considera como muito deficiente «a forma de utilização dos recursos financeiros nacionais e comunitários no seio da região» e defende uma gestão descentralizada e políticas específicas para o Alentejo, «debatidas e acordadas previamente com

os seus principais agentes políticos, económicos e sociais».

Ainda no quadro das propostas concretas, o Congresso aconselha a constituição de uma estrutura de cooperação transfronteiriça, abrangendo o Alentejo, e a Extremadura e Andaluzia espanholas.

A concluir, a Proclamação sublinha que «os Congressos uniram os alentejanos, ou melhor, os alentejanos têm no seu congresso um espaço de debate, diálogo e aproximação capaz de os unir em torno das questões e problemas mais importantes para a sua vida».

JCP denuncia problemas no acesso ao ensino superior

«Ao contrário daquilo que o governo PS vem propagandeando, não foi ainda este ano que os problemas do acesso ao ensino superior foram resolvidos, nem tão-pouco foi este o ano em que a abertura do ano lectivo decorreu sem grandes problemas», afirma-se em comunicado de imprensa do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP.

Os jovens comunistas salientam que «dos 120.690 inscritos em exames do 12º, com perspectivas de candidatura ao ensino superior, apenas 54.954 viram efectivada a sua candidatura, dos quais só 35.452 candidatos tiveram colocação», não se podendo esquecer que «cerca de 20.000 candidatos ficaram às portas do ensino superior».

O comunicado da JCP refere ainda a diminuição do número de candidatos ao ensino superior como resultado da introdução dos exames nacionais que surgem assim como «um elemento de exclusão para um largo número de estudantes».

A JCP denuncia, por outro lado, que «as portas das escolas voltam a abrir-se sem condições físicas, materiais e humanas necessárias ao seu bom funcionamento» e aponta os *numerus clausus* como «o maior problema do acesso ao ensino superior», enquanto «restrição quantitativa global».

A concluir, a JCP «condena a política espectáculo do governo PS» e exige «a implementação de uma política efectivamente contínua nos ensinos básico e secundário e o fim dos *numerus clausus*».

Homenagem a Pedro Soares



Dia 27, em Trilgaches, foi descerrado um busto de Pedro Soares. Uma homenagem em que estiveram presentes numerosas pessoas e que contou com a participação dos presidentes da Junta de Freguesia e da Câmara de Beja e da autora do busto, a escultora Manuela Soares. A delegação do CC do PCP era constituída por José Vitoriano e Marla da Pledade Morgadinho, que proferiu uma intervenção em que destacou os dados biográficos e a vida de luta de Pedro Soares.

TRABALHADORES

Fesete/CGTP denuncia burla CIP-UGT Lei das 40 horas retardada para 180 mil só nos têxteis

Às notícias de que, segundo a CIP e a UGT, apenas 18 empresas não estão a cumprir com a redução do horário de trabalho, a Federação dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário e Calçado renova o apelo à luta: a partir de 1 de Dezembro as 40 horas são para cumprir.

Para a Fesete, a conclusão «a que chegaram, *irmanadas*, a UGT e a CIP, não é nova, pois desde 1 de Dezembro de 1996 sempre defenderam a *burla* das 40 horas, apoiando os patrões da Têxtil, Vestuário e Calçado, que há 10 meses insistem em roubar os direitos contratuais em negociados».

Apenas no ramo de actividade da federação, a postura patronal e respectiva cobertura governamental prejudicam cerca de 180 mil trabalhadores. A Fesete especifica:

- 80 mil em turnos, na têxtil, cor- doaria, lanifícios e têxteis-lar, defrontam-se com tentativas das empresas de retirar os intervalos de 30 minutos e obrigar o pessoal a trabalhar ao sábado mesmo depois do próximo dia 1 de Dezembro;
- 100 mil nas linhas de trabalho

intensivo e cadenciado, em empresas de vestuário (tecidos, malhas e têxteis-lar), vêm recusado o direito às pausas de 10 minutos a meio de cada período de trabalho.

A luta contra esta burla patronal - que no dia 20 de Setembro levou à realização de uma vigília em Gui-

marães - apenas foi interrompida pelo encerramento das fábricas no período de férias. No passado sábado, segundo a Fesete, estavam previstas greves em 45 empresas dos distritos do Porto, Braga e Aveiro.

Acusando a UGT de não conhecer a realidade laboral do sector, a federação reafirmou que a *burla* se mantém e que, «a não haver acordo, tudo fará para que os milhares de trabalhadores prejudicados lutem para que a partir do próximo dia 1 de Dezembro tenham as 40 horas, o fim do trabalho ao sábado e o respeito dos seus direitos contratuais».

Segurança Social

O encontro distrital de dirigentes e delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores e activistas da Inter-Reformados, que reuniu sexta-feira frente ao CRSS de Braga, rejeitou «que a reforma da Segurança Social seja feita por peritos ao serviço do sector financeiro privado», reclamando que ela se processe «com o acordo dos trabalhadores».

Exingindo, como contribuintes e beneficiários», o fim das calúnias e mentiras contra o sistema de Segurança Social, os participantes no encontro

condenaram as propostas, contidas no «livro verde», que visam a privatização parcial das pensões de velhice, a redução das pensões do sector público de Segurança Social, a redução do âmbito pessoal das pensões de reforma, o reforço da selectividade do regime contributivo, a tributação fiscal de prestações de doença e desemprego e a maior tributação das pensões de reforma.

Na moção, entregue ao director do Centro Regional de Segurança Social, lembra-se que a CGTP tem uma proposta para a reforma do sistema que deve ser discutida e tomada em consi-

Para a Frente Comum da Administração Pública Proposta de 2 por cento é inconcebível

«A proposta de aumentos salariais de dois por cento é inaceitável e inconcebível, porque significa que o índice 100 da Função Pública tem apenas um aumento de 1077 escudos», disse Paulo Trindade, após a

reunião em que, na semana passada, o Governo apresentou os seus valores para abertura de negociações.

Para a Frente Comum de Sindicatos, em nome da qual Paulo Trindade falava aos jornalistas, a actualização salarial dos trabalhadores do Estado deve situar-se nos 6,5 por cento. A estrutura mais representativa dos funcionários públicos de praticamente todos os sectores garante que não está disposta a abdicar da exigência de que o índice 100 seja finalmente equiparado ao salário mínimo nacional. Actualmente o ordenado mínimo no Estado é 5,3 por cento inferior ao mínimo nacional.

«Não estamos com postura de regatear décimas», disse Paulo Trindade. Citado pela Lusa, reafirmou a defesa de dois princípios básicos: o salário mínimo e a recuperação do poder de compra perdido.

O sindicalista salientou ainda que não será com aumentos salariais como os colocados na mesa de negociações pelo ministro Jorge Coelho que o Governo vai conseguir melhorar a qualidade dos serviços públicos.

A próxima ronda negocial ficou marcada para dia 10, sexta-feira.

Professores

A Fenprof realiza hoje, em Lisboa, um encontro nacional de comissões sindicais de professores contratados. Da análise da actual situação e dos resultados dos contactos com a tutela resultará uma moção de orientação que, ao fim da tarde, uma delegação de docentes com vínculo precário irá entregar no Ministério da Educação.

Enfermeiros

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses iria anunciar ontem, em conferência de imprensa, as formas de luta que a sua Direcção Nacional discutiu em Coimbra no dia 30. Este processo foi desencadeado depois de terem decorrido três meses sem que o Governo respondesse ao caderno reivindicativo dos enfermeiros, apresentado a 25 de Junho.

O descontentamento foi agravado no final da semana passada, quando o Governo apresentou na AR propostas para a criação de 4 ordens profissionais e avançou com a designação de Associação Profissional para o órgão de controlo da enfermagem.

Na segunda-feira, uma delegação sindical deslocou-se ao Ministério para exigir uma contraproposta governamental ao caderno reivindicativo da classe.

Desafio à CCP para fechar ao domingo

A Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços propôs segunda-feira à Confederação do Comércio Português a celebração de um compromisso pelo encerramento do comércio ao domingo.

A proposta foi apresentada numa carta-aberta que meia centena de dirigentes e delegados sindicais da Fepces/CGTP entregaram a meio da tarde na sede da CCP, depois de um plenário na sede do sindicato do Comércio de Lisboa.

No documento, a direcção da federação criticou as declarações recentemente feitas pelo presidente da CCP, em que Vasco da Gama tentava responsabilizar os trabalhadores e as leis da contratação colectiva pelo alegado fraco desenvolvimento económico.

«Ao contrário do que o presidente da CCP e a sua Direcção defendem, o crescimento económico e o progresso social só avançam se os direitos dos trabalhadores se mantiverem, a estabilidade no emprego for garantida e o poder de compra, dos salários e reformas aumentar», defende a carta-aberta, sublinhando que tem havido crescimento económico no sector.

Para a Fepces, Vasco da Gama, «ao defender a generalização do trabalho a tempo parcial, para além de pretender fragilizar ainda mais o emprego em Portugal, favorece de forma clara os interesses das grandes superfícies e concorre para uma política de aniquilação dos pequenos e médios comerciantes». É também contestada a postura patronal quanto aos aumentos salariais, que considera estar acima das

capacidades das empresas o aumento de 65 escudos por dia proposto pelo Governo para 1998.

A federação sindical reafirma a disponibilidade para negociar as propostas que a CGTP apresentou para o sector e às quais a CCP não deu resposta.

Remetendo para a CCP a responsabilidade por futuros conflitos laborais, a carta-aberta garante que os trabalhadores do comércio, escritórios e serviços vão continuar a lutar pela melhoria dos salários reais, pela estabilidade e qualidade do emprego com direitos, pela redução e regulamentação dos horários de trabalho, por carreiras e funções profissionais mais motivadoras, por mais e melhor formação profissional e pela institucionalização do subsídio de refeição.

Centenário

Os cem anos de luta dos trabalhadores pelo encerramento do comércio aos domingos foram assinalados dia 26, no Porto. A Fepces aproveitou a ocasião para propor a constituição de um movimento de opinião, aberto a associações e individualidades, por um objectivo que «continua hoje a ter plena actualidade», já que o surgimento das grandes superfícies comerciais tem vindo a impor a abertura ao domingo.

Na nota que a propósito divulgou, a Comissão Executiva da Fepces propôs a celebração de um compromisso solene entre os parceiros sociais do sector. A proposta está agora entregue «por mão própria» na sede da CCP.

Sindicatos exigiram em Lisboa Combate ao desemprego no Alentejo

Cerca de 150 sindicalistas alentejanos deslocaram-se na semana passada a Lisboa para fazer ouvir a voz da região e exigir resposta para os graves problemas que ali se vivem, com destaque para o desemprego.

Durante a manhã, os sindicalistas reuniram-se na Praça do Comércio e seguiram a pé até à Casa do Alentejo, onde decorreu um colóquio para debater as dificuldades da região e a forma de alertar os órgãos de soberania para estes problemas. O encontro contou com a presença do coordenador da CGTP, Carvalho da Silva.

À tarde, deslocaram-se a pé até São Bento, onde uma delegação seria recebida pelos grupos parlamentares e depois pelo gabinete do primeiro-ministro.

Diogo Júlio, coordenador da União dos Sindicatos de Portalegre, disse à Agência Lusa que o principal objectivo desta deslocação foi alertar a opinião pública e os órgãos de soberania para a situação actual no Alentejo, apontando o desemprego como «o mais grave» dos problemas da região.

O número de desempregados no Alentejo entre 1988 e 1997 tem oscilado entre 31 mil e 41 mil; actualmente afecta cerca de 39 mil pessoas, referiu o mesmo sindicalista, também membro do Conselho Nacional da CGTP.

Os sindicatos do Alentejo defendem de há muito um plano de emergência, proposta que dizem ter colhido apoios durante a campanha para as legislativas. Recentemente, o Governo apresentou um plano de desenvolvimento regional (Pro-Alentejo) que, afirmam, não vai ter impacto na criação de mais emprego na região, nem potenciar a agricultura local. «Não sabemos qual é a versão final desse plano, aprovado no início do mês em Conselho de Ministros, mas o projecto que nos foi apresentado não passava de um somatório de acções desgarradas», apontou Diogo Júlio.

Os sindicalistas esperam «acções concretas» para pôr fim à «inércia» que tem levado à desertificação do Alentejo.

Conselho da Europa condena lei Helms-Burton e os EUA

Suíços contra redução dos subsídios de desemprego

Os suíços pronunciaram-se no domingo, em referendo, contra a redução dos subsídios de desemprego, medida do governo em vigor desde o princípio do ano. Esta decisão vai ao encontro das reivindicações dos partidos de esquerda e dos sindicatos e revela a condenação da política de austeridade económica levada a cabo pelo executivo. Os eleitores suíços também disseram «não» ao fim da distribuição de heroína aos toxicod dependentes pelo Estado, num outro ponto do referendo.

Alfândegas em greve na Grécia

Os funcionários alfandegários gregos cumpriram uma greve de 48 horas nas quinta e sexta-feira passadas, impedindo a entrada e saída de quaisquer viaturas por mar, terra e ar, com excepção das que transportavam fornecimentos hospitalares, carga viva e produtos perecíveis. Esta paralisação insere-se numa greve alargada dos funcionários do Ministério das Finanças por melhores condições de trabalho, aumentos salariais e admissão de mais pessoal.

Negociações na Irlanda do Norte

As conversações multipartidárias sobre o futuro da Irlanda do Norte iniciaram-se na segunda-feira, com a presença de republicanos e unionistas. O calendário de desarmamento deve ser cumprido em paralelo com as negociações e será fiscalizado por uma comissão própria. «É um dia histórico», afirmou Gerry Adams, líder do Sinn Féin, referindo-se ao facto de partidários da união e partidários da independência se reunirem pela primeira vez desde o início do processo de paz.

Países mais pobres recebem menos ajuda

Os 48 países mais pobres são aqueles que recebem menos ajuda internacional, revelou a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento no seu último relatório. Metade da população destas nações come actualmente menos que há 10 anos. O documento sublinha o importante papel da agricultura e a necessidade do seu relançamento. As actividades agrícolas representam um terço do produto interno bruto dos países menos avançados e ocupa dois terços da mão-de-obra. Na região dos Grandes Lagos, na Somália, na Libéria e no Afeganistão registou-se

Por iniciativa do Grupo Unitário de Esquerda e do Deputado do PCP no Conselho da Europa, Lino de Carvalho, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou, na sua última sessão de 25 de Setembro realizada em Estrasburgo os EUA e o Presidente Bill Clinton elaboraram contra Cuba.

Na resolução aprovada, cujo relator foi o Deputado Socialista espanhol Gonzalez Laxe, a «Assembleia deplora fortemente o carácter extraterritorial da Lei, que viola os princípios essenciais do direito público internacional» e «espera vivamente que a Lei possa ser revogada ou, no mínimo, ser modificada de modo a perder o seu inaceitável carácter extraterritorial».

Na proposta inicialmente apresentada pelo Deputado do PCP e subscrita por deputados de todos os grupos políticos, incluindo vários deputados portugueses do PS e do PSD – proposta que deu origem à resolução agora aprovada – era

sublinhado que a lei Helms-Burton «marca uma nova e grave etapa no bloqueio imposto a Cuba pelo Governo dos EUA há mais de trinta e cinco anos», constituindo «uma manifesta ingerência na soberania do Estado Cubano».

Recorde-se que a Lei Helms-Burton prevê a aplicação e sanções contra as empresas e os cidadãos de todo o mundo que mantenham relações económicas com Cuba bem como prevê a recusa de vistos de entrada nos EUA aos accionistas de empresas estrangeiras e respectivas famílias com o pretexto de explorarem ou retirarem proveito de «bens americanos nacionalizados por Cuba em 1959».

O movimento internacional contra esta iníqua Lei – que já deu origem a resoluções de condenação aprovadas pelo

Parlamento Europeu, pela Organização dos Estados Americanos e, agora, pela Assembleia Parlamentar do

Conselho da Europa – obrigou já o Presidente Bill Clinton a suspender provisoriamente os artigos mais contestados.

Liga Árabe pede fim das sanções contra a Líbia

O Conselho de Ministros da Liga Árabe, reunida em Trípoli na passada semana, reiterou o seu apelo ao fim das sanções à Líbia por parte dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França.

Sublinhando a solidariedade internacional ao povo líbio por parte da Organização de Unidade Africana, do Movimento dos Países Não-Alinhados e da Organização da Conferência Islâmica, a Liga Árabe apela «aos três Estados ocidentais que tomem atitudes positivas» de acordo «com as diligências regionais e internacionais para encontrar uma resolução para a crise com base nos princípios do Direito Internacional, na compreensão e no diálogo».

A Liga Árabe defendeu o pagamento de indemnizações adequadas pelas perdas e prejuízos materiais e humanos sofridas pela Líbia

em consequência das sanções. Outra medida exigida durante a reunião consiste na permissão de voos especiais nomeadamente para tratamento médico, importações de medicamentos, transporte de mão-de-obra e para a participação dos dirigentes políticos e delegações oficiais líbias nas reuniões e encontros internacionais.

Os ministros da Liga Árabe pedem igualmente a facilitação da obtenção de tecnologia moderna para equipamentos de produção agrícola e industrial e peças para as companhias aéreas e os automóveis de deserto utilizados no combate aos gafanhotos.

O levantamento do congelamento das contas líbias ligadas à venda ou importação de petróleo foi também reivindicada.

A Justiça alemã e a história

No dia 25 de Agosto passado, foi condenado a 6 anos e meio de prisão Egon Krenz, que foi o último Secretário-Geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha e Presidente do Conselho de Estado da República Democrática Alemã. Na prisão encontra-se já Heinz Kessler, antigo Ministro da Defesa da RDA, assim como outros generais e oficiais das Forças Armadas da RDA, estado soberano membro da ONU e reconhecido universalmente.

Milhares de investigações estão em curso com o objectivo de criminalizar quase toda a história da RDA. Compreende-se facilmente o objectivo dos dirigentes da Alemanha unificada de apresentar os 40 anos da existência de um Estado socialista na Alemanha como um «erro da História», porque muitos dos antigos cidadãos da RDA começam a perder as ilusões sobre a sociedade capitalista e a recordar que, apesar de muitas falhas e erros, houve um período sem desemprego nem receio de passar a noite na rua, houve uma sociedade com trabalho para todos e segurança social, sem medo do futuro. Afirma-se que não se trata de processos políticos e que os responsáveis do Partido e do Estado da RDA são estritamente julgados conforme o código penal em vigor na RDA. Mas o pretexto são as vítimas da fronteira entre a RDA e a RFA mortos quando tentavam passá-la ilegalmente. Durante os diversos processos foi provado muitas vezes que a fronteira entre os dois Estados alemães era uma fronteira entre dois blocos militares e que o regime nesta região foi definido por lei.

É uma regra universalmente reconhecida que ninguém pode ser punido por actos que não eram puníveis quando foram realizados (*nulla poene sine lege*). Segundo o «tratado sobre a unificação da Alemanha», concluído entre a RFA e a RDA em 1990, devem ser aplicadas as leis vigentes na RDA para todos os casos até à unificação. Nas conversações internacionais que precederam a unificação foi assinado um compromisso sem equívoco de que nenhum dos dirigentes da RDA poderia ser perseguido por actos conformes às leis da RDA. O tribunal recusou ouvir as testemunhas que estavam dispostas a confirmar isto. Um grande número de professores universitários de direito criminal e constitucional está-se pronunciando claramente contra estes procedimentos e processos. Mas isso não tem impedido os tribunais de continuar com tal política.

Afirma-se que, se a justiça da RFA não perseguiu de modo consequente os crimes do passado de 1933-1945, isso não se deve repetir agora e que portanto é necessário instaurar processos aos responsáveis de «outra ditadura». Claramente dito, o que se faz é: pensões superiores e altos postos para os nazis - perseguições e prisões para os socialistas.

O Sr. Globke foi comentador elogioso das leis racistas do regime hitleriano, base da discriminação e depois liquidação de milhões de judeus; mas depois de 1949 foi este mesmo homem que serviu como Secretário de Estado no governo de Adenauer. Heins Kessler, antifascista, que fugiu das tropas hitlerianas e lutou nas forças armadas da União Soviética contra o nazismo, condenado à morte *in absentia* pelos fascistas, foi depois Ministro da Defesa da RDA e está agora na prisão condenado a 7 anos e meio.

O meu pai, Herbert Bochow, foi em 1942 condenado à morte pelo «Tribunal do Povo» nazi por causa da sua actividade antifascista e executado. Os juízes desse chamado «Tribunal do Povo» nunca foram perseguidos; pelo contrário, muitos deles

participaram activamente na formação duma nova geração de juizes e procuradores para garantirem a continuidade. Por isso não é de admirar que o procurador que preparou a acusação contra Egon Krenz e outros membros do Bureau Político do PSUA tenha sido o procurador responsável pelas investigações sobre os juizes do tribunal nazi e nada tenha encontrado para acusar os seus colegas de outros tempos...

A solidariedade e o protesto nacional e internacional estão a desenvolver-se

Logo após o processo contra Erich Honecker, antigo Chefe de Estado com quem muitos dirigentes dos diversos países do mundo, incluindo o chanceler Kohl, mantiveram relações oficiais e mesmo de amizade, formou-se em Berlim um Comité de Solidariedade para com os perseguidos políticos em que participam personalidades de diversas opiniões políticas. O Partido do Socialismo Democrático tem-se pronunciado contra as perseguições políticas, considerando que só uma discussão franca e aberta sobre o passado serve realmente ao «juízo da História».

Quando foi conhecido o julgamento de Egon Krenz, no dia 25 de Agosto, o jornal «Junge Welt» publicou uma declaração de 155 personalidades protestando contra a condenação e oferecendo-se para cada um «passar uma semana na prisão em lugar de Egon Krenz». Outros protestos foram publicados no jornal «Neues Deutschland». Em diversos países, como em França, Nicarágua, Brasil, Canadá, Chile e outros, formaram-se grupos de protesto que se manifestaram junto das embaixadas da RFA nos respectivos países.

A questão das perseguições políticas não é somente uma questão interna da Alemanha. Pelo contrário. Trata-se de ver como resolver os conflitos do passado e do presente na sociedade actual. A África do Sul é um dos exemplos de como se tenta encontrar soluções mesmo em situações muito mais difíceis do que estas da Alemanha. Em Portugal, após o 25 de Abril, as suas forças políticas encontraram, a meu ver, muitas soluções razoáveis apesar das contradições agudas.

Uma intervenção junto do governo da RFA por parte da opinião pública mundial, reclamando o fim das perseguições dos cidadãos da antiga RDA que actuaram segundo as leis do seu país, não poderá ser completamente ignorada por ele. Não pode continuar na Europa uma política de processos políticos e um clima de anticomunismo.

Mensagens de solidariedade aos prisioneiros políticos ou de protesto podem ser enviadas a:

Solidaritätskomitee
Klaus Feske
Togosstrasse 11
13351 Berlin
Tel/Fax: 4930/4513063
Internet 49304513063-0001 t-online.de

■ Anabela Fino

Sahara Ocidental Renasce a esperança de paz na região

Os recentes acordos firmados pela Frente Polisário e por Marrocos, sob a mediação da ONU, tendo em vista a resolução do diferendo sobre o Sahara Ocidental, constituem um grande êxito para as duas partes em conflito, para toda a região e para o mundo - afirmou Mohamed Abdelaziz, Presidente da República Árabe Saharai Democrática (RASD), no passado domingo, ao encerrar a Conferência Internacional de Apoio ao Plano de Paz para o Sahara Ocidental, realizada de 25 a 28 de Setembro em Tinduf, Argélia.

A Conferência, cujos trabalhos decorreram na Escola de Formação de Mulheres «27 de Fevereiro» dos Acampamentos de Refugiados Saharais em Tinduf, contou com a participação de 200 pessoas de diferentes países europeus, representando forças políticas, instituições, organizações não governamentais (ONGs), bem como uma importante delegação argelina composta por membros do Governo e de diversas forças políticas da Argélia. Entre os presentes esteve ainda o dirigente de Timor-Leste, Ramos Horta, Prémio Nobel da Paz e representante pessoal de Xanana Gusmão, e Frank Ruddy, ex-embaixador dos EUA e antigo vice-presidente da Comissão de Identificação da Missão das Nações Unidas para o Referendo do Sahara Ocidental.

A oportunidade da Conferência, como referiu Abdelaziz, não podia ser maior, uma vez que o processo de descolonização do Sahara Ocidental atravessa uma fase simultaneamente delicada e promissora, que poderá conduzir finalmente à aplicação do direito do povo saharai à autodeterminação.

Após seis anos de paralisia, as negociações entre a Frente Polisário e o Governo marroquino

culminaram com um encontro em Huston, nos Estados Unidos, onde foi assinado um conjunto de acordos para a implementação do plano de paz aprovado em 1991. Designadamente, registou-se consenso sobre os critérios a adoptar para a realização do censo da população saharai que deverá participar no referendo; o regresso dos refugiados ao Sahara Ocidental;

rência e clareza».

Satisfação não dispensa vigilância

É grande a confiança no resultado do referendo, que as partes se comprometeram a respeitar, seja ele qual for. Porque, como afirmou Mohamed Abdelaziz, «uma vez organizado um

vizinhança e de respeito mútuo» com Marrocos. A nível interno, a Polisário compromete-se a «promover a democracia e a garantir e fazer respeitar os direitos individuais e colectivos».

Apesar da satisfação generalizada com os acordos de Huston, segundo Conferência Internacional de Apoio ao Plano de Paz para o Sahara Ocidental «persistem certas lacunas que é necessário colmatar, nomeadamente no que respeita aos limites da administração de Marrocos; controlo da força entre o Sahara Ocidental e Marrocos por parte da ONU; acesso terrestre, marítimo e aéreo ao território; regulamentação, pelas Nações Unidas, do uso dos *media* por ambas as partes durante a campanha eleitoral; e garantia dos resultados pós-referendários». Por isso, os participantes na Conferência alertaram para a necessidade de a administração das Nações Unidas no território se dotar, durante a fase de transição e a campanha do referendo, de «uma direcção forte, com as prerrogativas e as condições materiais e humanas necessárias para cumprir a sua função com eficácia, credibilidade e autoridade moral».

Manter a solidariedade internacional, que tanto se fez sentir na Conferência e de que daremos conta no próximo número, é fundamental para a aplicação do plano de paz. A esperança que nasce no Sahara Ocidental e nos campos de refugiados precisa de todo o apoio para dar frutos.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE APOYO DE PAZ EN EL SAHARA OCCIDENTAL

25 - 28 de Septiembre 1.997



Ramos Horta, Prémio Nobel da Paz, Mohamed Abdelaziz, Presidente da RASD, e Carmelo Rodríguez, da Federação Estatal (espanhola) de Instituições Solidárias com o Povo Saharai, na sessão de encerramento da Conferência Internacional de Apoio ao Plano de Paz das Nações Unidas para o Sahara Ocidental

foram reactivadas com a entrada em funções do novo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e a nomeação do ex-secretário de Estado norte-americano, James Baker, como seu enviado especial para a questão saharai. As diligências de Baker, depois de uma visita à região, permitiram sair do impasse, levando à realização de uma série de negociações directas entre as partes. A ronda de negociações (duas em Lisboa e duas em Londres), em que participaram como observadores a Argélia e a Mauritânia,

o acantonamento das forças de ambas as partes; a troca de prisioneiros de guerra e libertação dos presos políticos; as condições do período transitório; e o código de conduta relacionado com a campanha eleitoral para o referendo.

Na opinião do Presidente saharai, «graças à seriedade da mediação do enviado especial e à resposta das partes em conflito», estão agora «reunidas as condições para a organização de um referendo livre, justo e honesto com as garantias de liberdade de expressão, transpa-

referendo livre, democrático e transparente, o vencedor seria a paz e a estabilidade no norte de África, abrindo com isso uma nova etapa para os seus povos, etapa de dedicação ao desenvolvimento e à cooperação». Pela sua parte, a Frente Polisário reafirma «o compromisso da parte saharai para uma solução justa e legal, bem como a sua disponibilidade, se o povo saharai optar pela independência nacional, para estabelecer relações fraternais de solidariedade e cooperação, para além da boa

uma regressão económica e social marcada por «uma crise da gestão dos assuntos públicos». «A comunidade internacional não pode adiar acções eficazes até que a situação degenerem em crise humanitária», adverte o relatório.

Timor no Brasil

O secretário de Política Externa da Fretilin, Mari Alkatiri, deslocou-se recentemente ao Brasil, a convite do Movimento 25 de Abril pela Libertação de Timor, onde se referiu, em diversos eventos, à necessidade do fortalecimento do apoio do Brasil à causa timorense. Alkatiri foi recebido na Assembleia Legislativa do Estado e manteve contactos com o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil e o Movimento dos Sem-Terra, entre outros. Entretanto, o jornal britânico «The Guardian» revelou, na sua edição de sexta-feira, que o Governo de Londres cancelou o envio de armamento à Indonésia «por razões relacionadas com os direitos humanos». A transacção inclui nomeadamente espingardas e veículos blindados de transporte de tropas.

700 mil em risco de serem repatriados dos EUA

Cerca de 700 mil emigrantes ilegais que aguardam autorização de residência nos EUA tinham de abandonar o país até à passada terça-feira. Qualquer estrangeiro indocumentado que não tenha sido notificado que o seu visto de residência foi aprovado terá de esperar no seu país de origem pela resolução da petição eventualmente formulada pelos seus familiares. O Serviço de Imigração adiantou que «não haverá rusgas ou deportações maciças». O número de imigrantes ilegais residentes nos EUA é calculado em cerca de cinco milhões.

Esquerda Unida afasta dissidentes

O Conselho Político da Esquerda Unida (IU) espanhola, reunido no sábado em Madrid, decidiu romper relações com a Esquerda Unida-Esquerda Galega e com a Iniciativa pela Catalunha, dissolver os órgãos de direcção de Castilla-La-Mancha e de Cantábria e nomear comissões de gestão para cada uma delas, e proceder à renovação da Nova Esquerda como partido integrado na IU. Por proposta de Julio Anguita, foi ainda decidido procurar com urgência uma nova referência da IU na Catalunha. As medidas, que se traduzem na perda de 5 deputados, resultam de uma situação de conflito que há se arrastava na Esquerda Unida.

Com os votos do PCP

Comissão de Pescas aprova política para ano 2002

A Comissão de Pescas do Parlamento Europeu (PE) aprovou, na segunda-feira, uma proposta de resolução sobre a Política Comum de Pescas após o ano 2002 com o voto favorável do Grupo Confederal de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica de que o PCP faz parte.

Nas palavras do eurodeputado Honório Novo, «esta posição justifica-se pelo facto de nessa proposta terem sido plenamente integradas as emendas por nós apresentadas, as quais constituíam princípios básicos incontornáveis».

A versão final será discutida na Comissão de Pescas do PE, e muito possivelmente aprovada, na sessão plenária de Novembro. Para o eurodeputado, trata-se de «uma base política positiva que pode contribuir, caso seja seguida e aceite por outras instituições comunitárias designadamente a

Comissão Europeia e o Conselho de Ministros Europeu, para uma inversão das actuais orientações da política comum de pescas, as quais, como é sabido, têm prejudicado dramaticamente o sector pesqueiro português».

As propostas do PCP, a serem seguidas e aceites, contribuirão de forma decisiva para a viabilidade e o futuro das pescas no nosso país.

A proposta final inclui o princípio de que «a gestão e usufruto da zona das 12 milhas deve continuar a caber exclusivamente ao Estado membro a que pertence», con-

siderando igualmente que o «rendimento da frota» deve ter em «consideração as repercussões socioeconómicas em regiões altamente dependentes da pesca, recomendando outras soluções que não impliquem uma redução generalizada de embarcações».

Outro ponto fundamental consiste na defesa da «harmonização das condições de emprego, de protecção social e segurança, a redução progressiva dos períodos de tempo no mar e a harmonização dos contratos locais na perspectiva de uma justiça social e salarial aplicável a todos os trabalhadores do sector». «Associar pescadores e respectivas associações às decisões relativas à política comum de pescas» passa a ser considerado importante.

Com este documento, a Comissão de Pescas passou também a afirmar que os parceiros sociais, em

particular os pescadores e as respectivas associações, «desempenham um papel indispensável para garantir a boa aplicação de qualquer medida de gestão» desta política comum, devendo ser «ouvidos aquando da fixação dos totais admissíveis de capturas e quotas, bem como no tocante à aplicação dos instrumentos de reconversão e aos fundos estruturais».

Um outro ponto exigido no documento é um «aumento considerável da investigação científica dos ecossistemas marinhos» com dotações orçamentais adequadas.

Honório Novo lamenta que «nenhum outro deputado português tenha participado na votação final do compromisso» da proposta, recordando que o PCP lhes lançou um desafio público para que, em nome dos interesses nacionais, votassem favoravelmente as emendas que o PCP apresentou.

Texto:
Domingos Mealha
Fotos:
Jorge Caria

Privatizar a

PORTUGAL
TELECOM

sai caro ao País

Serviço público ou lucro privado?

A euforia bolsista esconde a ausência de qualquer debate nacional sobre os motivos que levaram os governos do PSD e, agora, o executivo PS, a avançar com a alienação do capital do Estado na Portugal Telecom. Aqui não se aplica o pretexto tantas vezes agitado de que as empresas públicas são obrigatoriamente «buracos» sorvedores do Orçamento do Estado. Aqui há claros motivos de interesse estratégico nacional. Aqui há evidentes implicações sociais e económicas e necessidades que exigem mais do que cálculos de rentabilidade.

Mas, afinal, que interesse poderia haver em tal discussão, se a privatização da Telecom é uma decisão política que tem mais a ver com os lucros do capital privado do que com a melhoria das condições em que deve ser prestado o serviço público de telecomunicações?

Esta é outra conversa - como a que tivemos com os camaradas João Lopes, técnico administrativo da PT e membro da Comissão de Trabalhadores, José Luís Santos, técnico de telecomunicações da PT e dirigente sindical (SINTTAV), e António Serafim, técnico especializado de informática da Marconi e dirigente sindical (STT), e da qual aqui damos nota. Pelo que aqui se diz, talvez o leitor compreenda por que motivos os detentores do poder entendem que, de conversas destas, nem há necessidade...

«Avante!»: Com a 3ª fase da privatização, marcada para dia 9, o que vai mudar no grupo PT?

João Lopes: A mais importante alteração é a maioria do capital social, que hoje ainda está no Estado, mudar de mãos, para o sector privado. Altera-se também o estatuto da empresa, depois de ter sido mudada recentemente a lei de bases das telecomunicações.

António Serafim: O capital social da Marconi é inteiramente detido pela PT, por isso as alterações de capital da empresa-mãe têm aqui reflexos directos, em todos os aspectos.

Como em todas as empresas do grupo, hoje na Marconi já se vive sob os efeitos de todas estas medidas que o Governo decidiu tomar e que são acompanhadas de redução de pessoal. O clima hoje é marcado por este rumo: é maior o esforço para que os trabalhadores, de alguma forma, saiam da empresa, do que para outros objectivos que deviam ser prioritários.

Que influência pode ter o facto de o Estado ficar a controlar um bloco de acções de 25 por cento, enquanto os 75 por cento dos privados não estão concentrados?

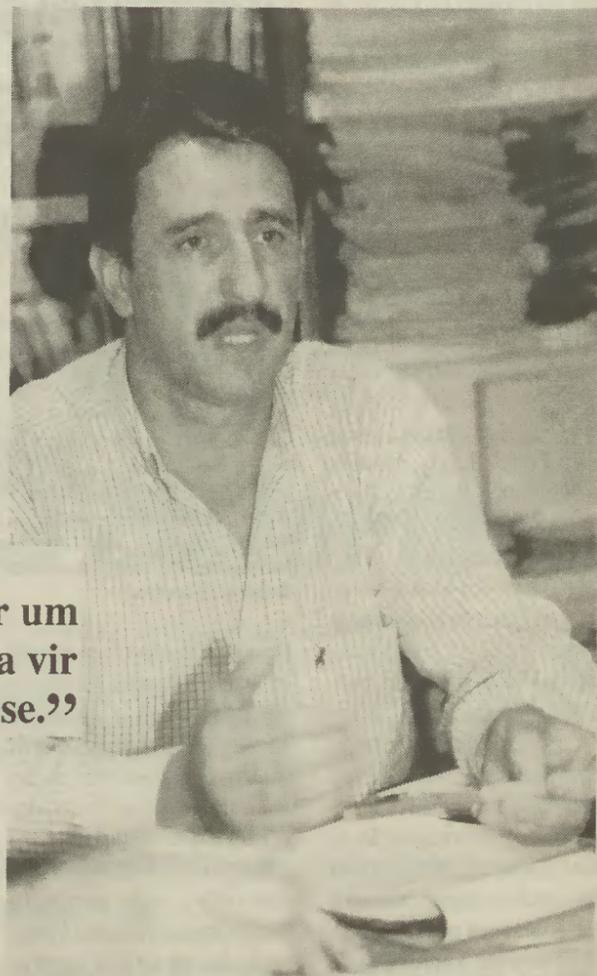
JL: Segundo o que nos foi transmitido pela secretária de Estado, Leonor Coutinho, o Estado fica com uma posição de relevo, uma *golden-share*, que dá a possibilidade de nomear um terço dos administradores, incluindo o presidente do conselho de administração.

Com esta 3ª fase, o CA também muda: dos actuais 7 administradores, a PT passa a ter 19, dos quais já estão indicados 15. Temos que, logo aqui, interrogar-nos sobre este

aumento - será para oferecer «tachos» a mais uma série de elementos, será que chegaram à conclusão que os sete eram inaptos ou será que, pelo contrário, eram tão bons que, a prazo, só podem ser substituídos por 19? - e temos que ver se esses administradores representam, de facto, o Estado. Já hoje, quem ocupa o lugar de presidente é, simultaneamente, ministro-sombra da AIP, pelo que há motivos para perguntar que interesses Murteira Nabo defende primordialmente. Mas agora entra também para a administração Melo Franco, um homem forte dos Mellos, que vem da Lisnave e já fazia parte do Conselho Superior de Telecomunicações.

JLS: Tenho algumas dúvidas de que os gestores públicos tenham uma perspectiva

sobram estejam muito dispersos, porque a maior possibilidade de dispersão era entre os trabalhadores e estes quase não têm acções da PT. Deve haver alguém a preparar um pacote de acções suficiente para vir ditar leis, após a terceira fase.



José Luís Santos

“Deve haver alguém a preparar um pacote de acções suficiente para vir ditar leis, após a terceira fase.”

de gestão da PT como uma empresa pública; já provaram que agem pelos interesses das multinacionais e não pelos interesses nacionais. Por outro lado, mesmo com 25 por cento, não é líquido que continuemos a ter uma empresa pública, porque o capital privado vai-se unir para impor as suas perspectivas.

JL: E quem pode hoje dizer se este capital está concentrado ou não? Uma grande percentagem de acções foi para mercados estrangeiros e não se sabe que valor percentual esses accionistas detêm. A nova lei de bases veio também retirar as restrições iniciais relativas ao peso de accionistas privados no capital da Portugal Telecom.

ativas ao peso de accionistas privados no capital da Portugal Telecom.

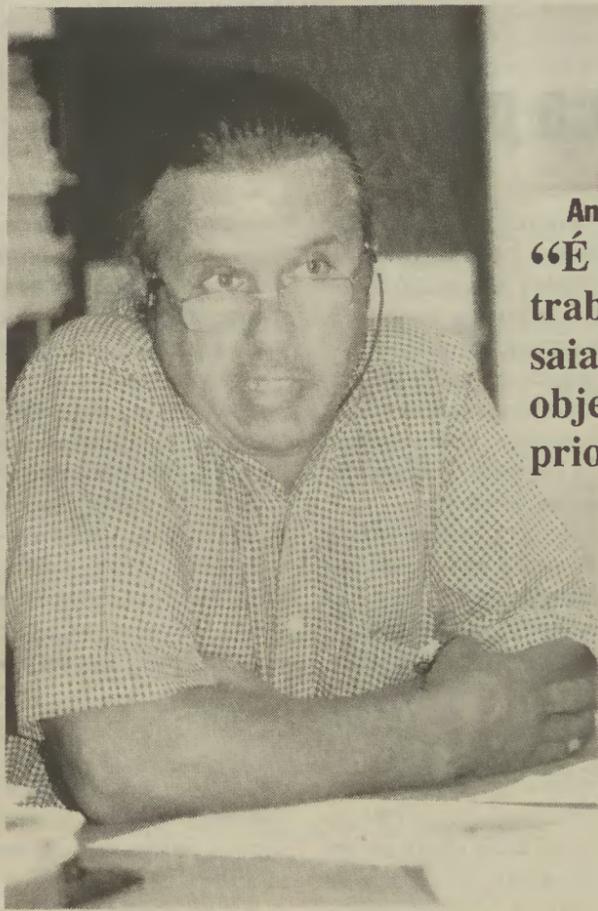
Essa suposição tem em conta o breve surgimento de mais um operador de comunicações móveis?

JLS: Isto não está desligado do aparecimento, no próximo ano, do terceiro operador móvel, em que estão envolvidos o grupo Sonae, a Transgás e o grupo Maxitel; este é liderado pelo sr. Sequeira Braga, que esteve na Marconi. Já hoje o chamado «grupo da Marconi», de Sequeira Braga, detém uma parte importante no capital da PT, depois de, por efeito da política de privatização, terem recebido duas acções da PT por cada acção que possuíam na Marconi - o que foi um contra-senso, já que se atribuiu o menor valor às acções da empresa-mãe do grupo em que a Marconi foi integrada.

JL: A Maxitel surge a partir de cerca de 200 quadros da Marconi e da PT. Na altura, a PT não teve o cuidado de fazer uma análise rigorosa às posições que cada um destes quadros ocupava. Agora, olhando para o enorme crescimento da Maxitel, importa ter em conta que, daqueles quadros, o único que saiu da empresa foi Sequeira Braga. Nestas circunstâncias, com tanta falta de transparência, como se pode garantir que eles não estão a trabalhar nas instalações da PT, usando meios e informação da PT, para proveito de uma empresa privada? Quem pode garantir que não é o grupo PT que está a alimentar os lucros da Maxitel?

JLS: Neste momento, o grupo Espírito Santo é o único accionista privado que elegeu um administrador, dizendo-se representante de mais de dez por cento das acções. Ora, num total de 49 por cento do capital social até agora vendido a privados, sobra ainda uma grande fatia; e eu não acredito que os quase 40 por cento que

JLS: Nesta fase da privatização, como nas duas antecedentes, traduz-se o objectivo deste Governo e do anterior: destruir o sector empresarial do Estado. A PT - pelo número de trabalhadores, pelo



António Serafim

“É maior o esforço para que os trabalhadores, de alguma forma, saiam da empresa, do que para outros objectivos que deviam ser prioritários.”

JLS: Neste momento, o grupo Espírito Santo é o único accionista privado que elegeu um administrador, dizendo-se representante de mais de dez por cento das acções. Ora, num total de 49 por cento do capital social até agora vendido a privados, sobra ainda uma grande fatia; e eu não acredito que os quase 40 por cento que

AUTÁRQUICAS

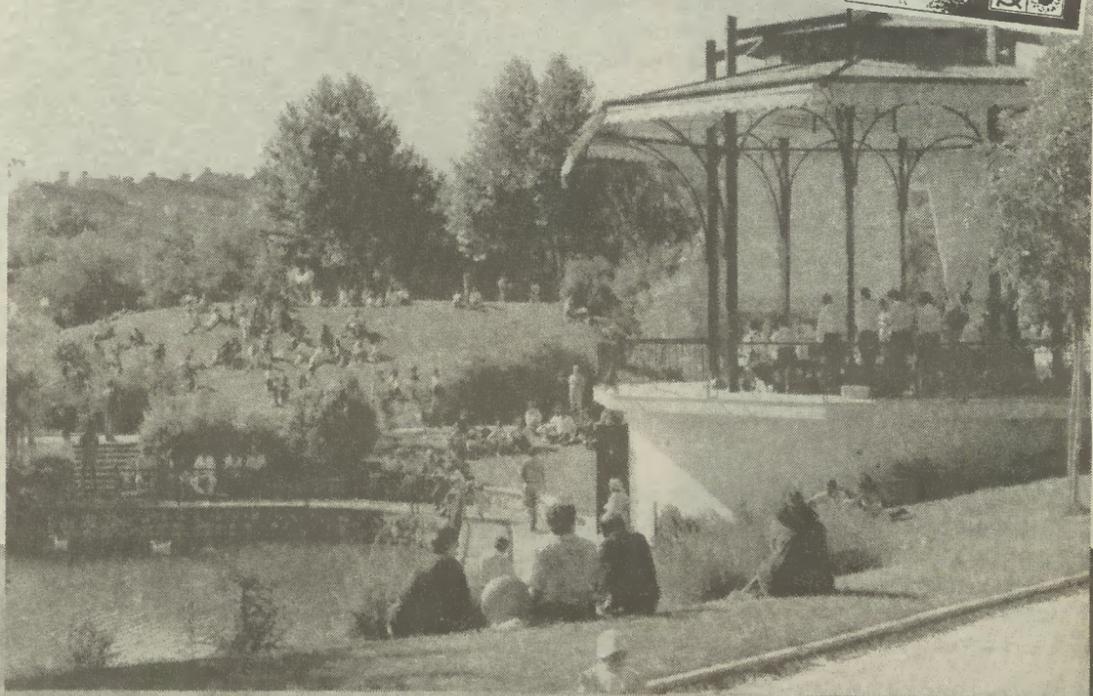


A obra está à vista.

No Distrito de Lisboa, a CDU é responsável pela gestão de autarquias onde vivem mais de meio milhão de pessoas.

Honestidade, competência e capacidade de gestão são as palavras-chave que caracterizam um projecto autárquico protagonizado pela CDU que tem dado os seus frutos nos concelhos em que tem estado em maioria.

Em Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço foi realizado um



**Maiorias
CDU
no distrito
de Lisboa**



Para fazer o que é preciso

trabalho que está à vista de todos: desde a criação das infra-estruturas básicas ao nível do saneamento, ao nível da rede viária, ao nível do desporto, cultura e acção social, passando pela defesa de um ambiente saudável e pela criação de espaços verdes. Desenvolveram-se projectos de habitação social, deram-se incentivos às actividades económicas, aproximou-se a gestão autárquica das populações através da descentralização e da modernização administrativa, deu-se prioridade ao trabalho com a juventude. Estamos perante uma política articulada, coerente e planeada que permite equacionar os problemas dos concelhos e resolvê-los com vista à melhoria da qualidade de vida das populações, proporcionando as condições para o desenvolvimento.

Os eleitos da CDU trabalham para fazer o que é preciso. Encontrar soluções para os problemas e abrir novos caminhos de desenvolvimento para os concelhos com a participação das pessoas.



Amadora

Uma cidade para todos

“Estamos a construir, em harmonia, uma Amadora Saudável e Solidária”

— Orlando de Almeida, Presidente da Câmara da Amadora.

Desde 1979 foi percorrido um longo caminho. A Amadora já não é a cidade-dormitório de outrora que se caracterizava pela inexistência de equipamentos culturais e desportivos, ausência de espaços verdes, deficiente sistema de higiene e limpeza públicas, estabelecimentos e ensino precários, muitas habitações clandestinas, uma ocupação territorial não planificada. Hoje possui uma dinâmica própria e caminha cada vez mais para uma maior autonomia e afirmação no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Tudo se deve à concretização de um projecto de desenvolvimento planificado e integrado com base numa linha orientadora e objectivos claros. Num espaço de 18 anos a CDU, no sentido de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das populações, trabalhou incansavelmente na construção de creches e escolas, implantação de equipamentos desportivos, culturais e recreativos; na construção de zonas verdes; na recuperação dos clandestinos realizando importantes investimentos na melhoria da higiene e limpeza da cidade, em equipamentos para a 3ª idade, bibliotecas, entre outros.

Amadora mais saudável

A construção descentralizada de espaços verdes e parques urbanos tem ocupado um espaço crescente na gestão autárquica da CDU como testemunha a evolução da área de Parques Urbanos. Em 1981, não atingia um hectare. Hoje, como resultado da criação de um conjunto de Parques Urbanos — Parque Central, Parque Armando Romão na Reboleira e Parque da Buraca — a área de espaços verdes ultrapassa os 16 hectares.

O maior esforço no PER

É no município da Amadora que será exigido o maior esforço no programa de realojamento. São mais de 6 mil as famílias recenseadas. Como Orlando de Almeida afirma: “É um grande desafio que temos pela frente e que, quando concluído, irá contribuir em grande escala para a melhoria das condições de vida de cerca de 21 mil habitantes.”

Até finais de 1997, estarão construídos ou lançados cerca de 980 fogos, sendo objectivo da Câmara realojar até finais de 1999 cerca de 1350 famílias.

A Câmara da Amadora tem feito um grande esforço de realojamento. Na foto ao lado, o acto de entrega de novos fogos construídos no Zambujal (foto em baixo)



Também no plano dos equipamentos desportivos, além dos diversos recintos já existentes, destaca-se a construção do Complexo Desportivo do Monte da Galega que irá dotar o concelho de uma grande infra-estrutura polidesportiva, cujo investimento total é de 500 mil contos.

Milhão e meio na Rede Viária

Por sua vez, os investimentos na rede viária ultrapassam o milhão e meio de contos. Este valor ilustra bem a atenção que é dada na criação e manutenção de redes viárias e trânsito, tornando a Amadora mais acessível, área que é considerada pela autarquia como um factor de importância estratégica.

Projectos e medidas para o próximo mandato

Tendo como base um conhecimento profundo da cidade e dos seus problemas e carências, para o próximo mandato “a CDU aponta algumas medidas indispensáveis para um maior desenvolvimento e progresso do Município. No plano das acessibilidades, com a conclusão do troço da CRIL, entre a Pontinha e a Buraca; a execução da Radial da Pontinha; a ligação do Hospital da Amadora-Sintra ao Norte do Município, com passagem pelo Lido e Ponte de Carenque; a conclusão das obras e construção das estações ferroviárias da Reboleira e da Damaia e a quadruplicação da via férrea; a vinda do Metro para a Amadora, de acordo com os estudos que, actualmente se desenvolvem, no sentido do prolongamento da linha da Pontinha para a Venda Nova, Falagueira e eventualmente São Brás. Outras opções estratégicas passam pela área da Saúde, com a construção de novos Centros de Saúde na Damaia, Reboleira e São Brás e a abertura do Centro de Saúde de Alfragide; pela Segurança das populações, com a criação das esquadras da Venda Nova, Brandoa e São Brás e a construção do Tribunal; e pela Habitação Social, com o realojamento de cerca de 4 mil barracas”.



Uma Amadora solidária

Exemplo de uma gestão autárquica integrada, coesa e planeada é o Programa Comunitário Urban que irá dar rosto mais humano à zona da Venda Nova/Damaia de Baixo através de um processo de reconversão a nível urbano, social, económico e cultural. O desenvolvimento deste programa prevê a criação de um gabinete e de uma equipa multidisciplinar que assegurará, entre outros aspectos, as acções com vista à reconversão industrial e ao lineal de estratégias de qualificação e inserção profissional dos jovens dos bairros degradados.

Cidade desportiva e cultural

Com a conclusão das obras de recuperação dos Recreios da Amadora, o concelho ficará com mais um novo e grande espaço polivalente (teatro, cinema, música e dança).

Sobral de Monte Agraço

Consolidar os caminhos do desenvolvimento

“O projecto CDU consubstancia uma vontade férrea de fazer coisas, em consonância com a vontade das Populações e onde o desenvolvimento sustentado esteja sempre presente como acção primeira”

— António Bogalho, Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço.

Sobral de Monte Agraço é um concelho em contínuo desenvolvimento, como pode facilmente aferir-se numa visita pelas suas terras e pelas suas aldeias.

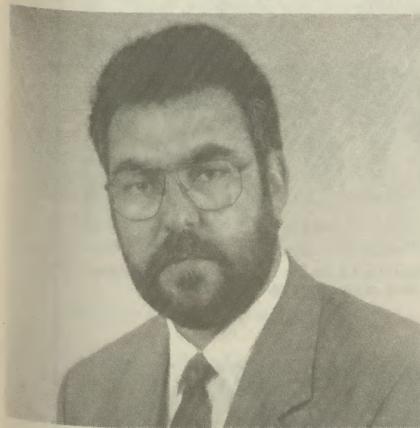
A criação de infra-estruturas básicas, como o saneamento e o abastecimento de água, é preocupação primordial na acção da CDU, sustentáculo primeiro para o desenvolvimento e para o bem-estar das populações.

Assim, Sobral de Monte Agraço orgulha-se de ter conseguido que o concelho ficasse abastecido de água ao domicílio a quase 100 por cento (85 aldeias entre as encostas e vales onde predomina a rocha forte e por isso mais difícil de trabalhar).

O investimento directo do município e a luta por si travada para a construção adutora permitem dar satisfação a uma das principais aspirações da população do concelho: possuir um sistema de abastecimento de água em quantidade e em qualidade.

Também a energia eléctrica, a recolha de resíduos sólidos, as estradas e caminhos chegaram a todos os 85 aglomerados habitacionais do concelho, com uma cobertura a 100 por cento.

Foram dados outros grandes passos a nível estrutural de grande importância: avançou-se com a ETAR de Sobral de Monte Agraço — a primeira ETAR a montante do Rio Sizan-



dro — contribuindo assim para a despoluição daquele curso de água; foi lançado o concurso para a construção da primeira Central de Transferência de Resíduos Sólidos do concelho no âmbito de um grande projecto que servirá todos os concelhos do Oeste — fazendo desaparecer as actuais lixeiras; foram lançadas, na sequência da aprovação do PDM, as infra-estruturas para uma zona industrial onde se estão a instalar de momento três empresas; decidiu-se construir a Estação Central de Camionagem que apoiará todos os transportes colectivos que chegam e partem do concelho, nomeadamente para Lisboa de hora a hora.

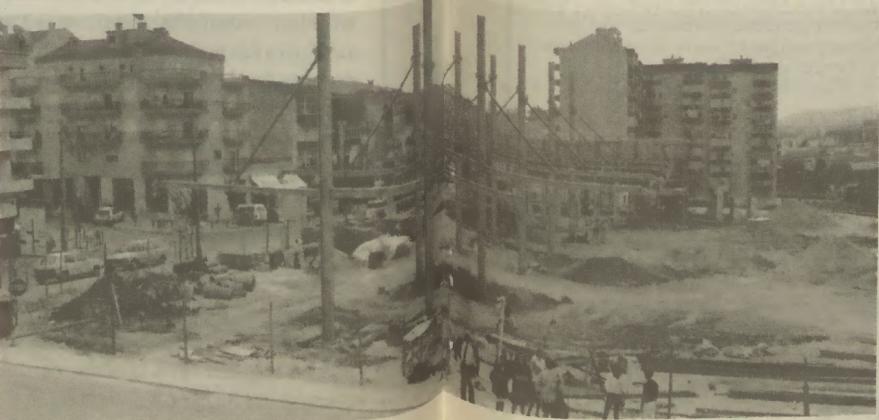
Também em Sobral de Monte Agraço o projecto autárquico da CDU assume em pleno a sua dimensão cultural cujo objectivo principal é proporcionar a todos os municípios o fácil acesso à cultura, de que são exemplos claros e vivos o Desfile Etnográfico de Sobral de Monte Agraço, integrado nas festas anuais do concelho, que procura reconstituir com rigor factos e tradições da história do concelho e a Biblioteca Municipal que além de um espaço de leitura e pesquisa de livros, é um espaço onde se encontram diversas áreas da cultura através de inúmeras iniciativas temáticas ali realizadas.



O passado e o presente do concelho num exposição fotográfica na Biblioteca Municipal

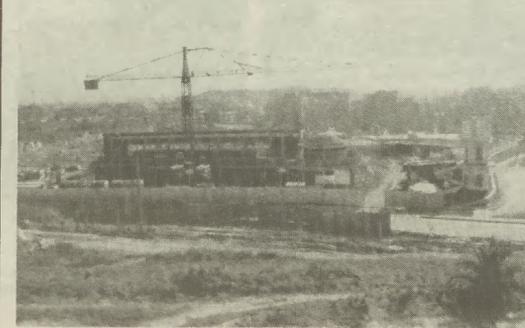


Cortejo histórico e etnográfico (na foto de cima) e as obras de construção da central de camionagem do Sobral (em baixo)

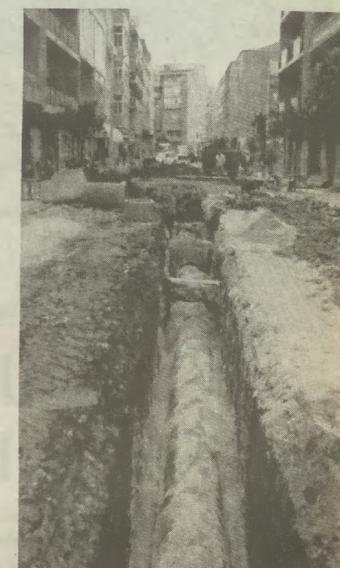


Vila Franca de Xira

Um concelho virado para o séc. XXI



As piscinas de Alverca em construção (em cima) e o tanque de iniciação na Quinta da Piedade (em baixo)



A melhoria das infraestruturas de saneamento foi uma preocupação do mandato

“O Projecto da CDU pode sintetizar-se em colocar, sempre, em primeira prioridade, o interesse colectivo das pessoas e em apelarmos em permanência a toda a população para que ela participe na gestão do Município. Gerir o Município com a participação da população é mais do que um lema — é já realidade”

— Daniel Branco, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Em Vila Franca de Xira, as populações participam de facto na gestão autárquica. Esta realidade é apontada como uma das grandes realizações deste mandato, marcado pela “continuação de uma boa articulação e do bom trabalho que tem sido realizado no município de Vila Franca de Xira entre as autarquias locais, as escolas, as colectividades, as instituições e as diversas associações no domínio do ensino, do desporto, da cultura, da solidariedade social e da melhoria permanente das nossas condições de vida”.

Alvo de grandes investimentos, a qualidade do serviço de abastecimento de água e a melhoria do tratamento de esgotos e resíduos sólidos é uma área de intervenção considerada básica pela CDU para a elevação das condições de vida das populações e para o desenvolvimento. Saliu-se os projectos de construção das Grandes Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's) de Vila Franca de Xira e de Alverca; o grande investimento que tem sido efectuado no domínio do abastecimento público de água, com grande crescimento da capacidade de reserva; as grandes obras de modernização das redes de colectores e emissários no que se refere à recolha e tratamento de esgotos.

Recuperação e promoção da habitação

O desenvolvimento do Programa Especial de Realojamento com a construção e compra de centenas de habitações para realojar

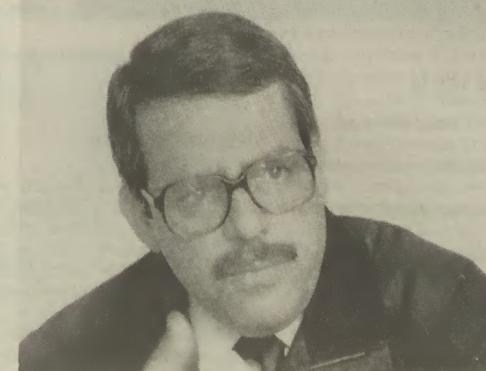
famílias mais carenciadas, envolvendo um investimento global de seis milhões de contos, é outro dos projectos de grande relevância do município, cuja conclusão está prevista para o ano 2000. Da maior importância são também os projectos financiados pelo Programa de Reabilitação Urbana, para a melhoria das condições de vida de zonas e bairros onde decorre um Programa de Renovação Urbana num valor de 45000 contos.

Equipamentos colectivos

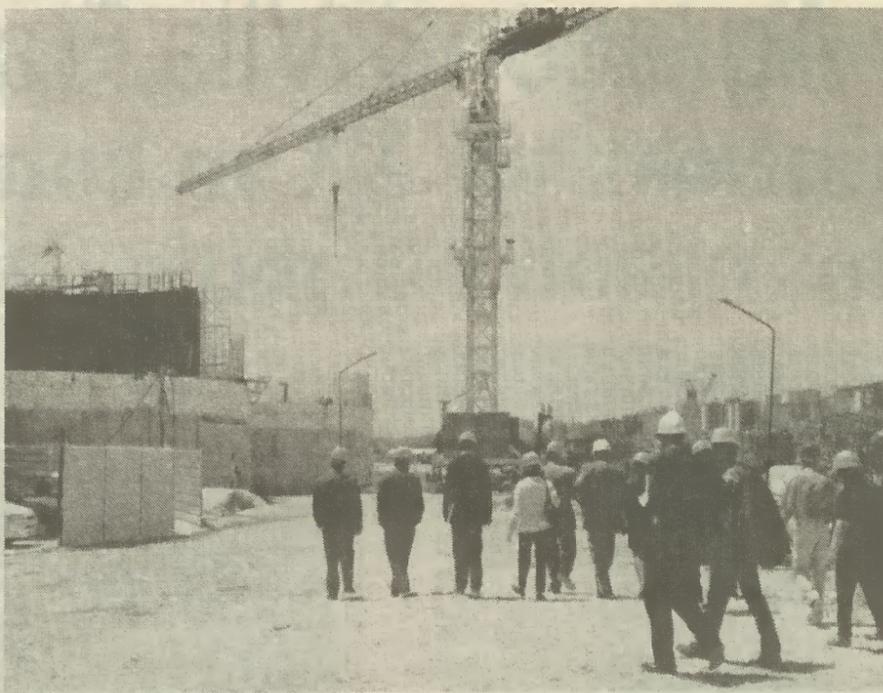
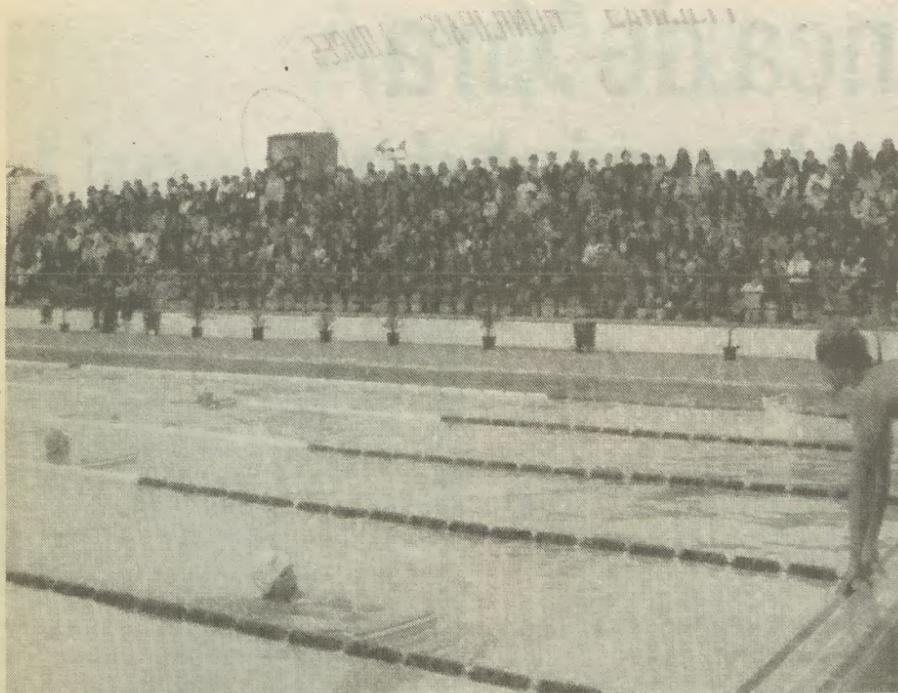
Eixo central da actividade e gestão autárquica da CDU, também em Vila Franca de Xira foram concretizados no último mandato diversos equipamentos colectivos como piscinas, pavilhões gimnodesportivos, infantários, centros de dia e lares de idosos, bem como melhorias em mercados. Entre inúmeras obras são de destacar a construção e abertura no início deste ano das Piscinas Municipais de Póvoa de Santa Iria, alvo de um investimento de 200 mil contos, o Núcleo da Chasa da Casa de Juventude e Cultura de Alverca, que em apenas dois anos de existência se tem constituído como um verdadeiro pólo de actividades diversificadas dirigidas para a Juventude, e o Centro de Convívio Alvaro Pinheiro, espaço vocacionado para os idosos da Freguesia do Sobralinho.

Olhos postos no futuro

Resultantes de um trabalho colectivo realizado de Janeiro a Abril de 1997, no Fórum CDU — Vila Franca de Xira — Século XXI, as grandes opções estratégicas do trabalho autárquico da CDU em Vila Franca de Xira são: “Continuar, no âmbito das competências próprias das Autarquias Locais e reivindicando e colaborando com a Administração Central e, quanto é da sua responsabilidade, a concretizar todas as acções conducentes à permanente melhoria das nossas condições de vida; Incrementar as políticas locais indispensáveis ao progresso do desenvolvimento integrado do nosso Concelho; Reanalisar, no sentido de dar novos passos do incremento do já elevado nível de descentralização para as freguesias e também para as colectividades, Associações e Instituições, coordenando os apoios e estimulando a crescente intervenção de cada uma delas na melhoria dos serviços prestados às populações.”



AUTARQUIAS



O complexo de piscinas municipais é um dos equipamentos colectivos construídos pela Câmara. Em cima, as obras na ETAR em Frielas

Loures

Um concelho do futuro

“O lugar cimeiro que Loures ocupa hoje poderá ser qualitativamente confirmado se nós continuarmos a trabalhar em conjunto pelos interesses comuns deste concelho” – Demétrio Alves, Presidente da Câmara Municipal de Loures.

No concelho de Loures produziram-se profundas alterações estruturais nos últimos 15 anos. Das infra-estruturas de saneamento às acessibilidades, dos equipamentos colectivos à actividade sociocultural, da contenção da actividade clandestina à recuperação e legalização, do incremento da qualidade urbanística ao desenvolvimento económico, são visíveis grandes e positivas mudanças que colocam claramente o concelho de Loures num lugar destacado no nível da qualidade de vida tendo em conta os parâmetros da realidade nacional. Neste período, Loures passou de um concelho suburbano às portas de Lisboa para uma referência no panorama do Poder Local nacional. Tal foi conseguido com a gestão CDU à frente da Câmara e da maioria das juntas de freguesia do concelho.

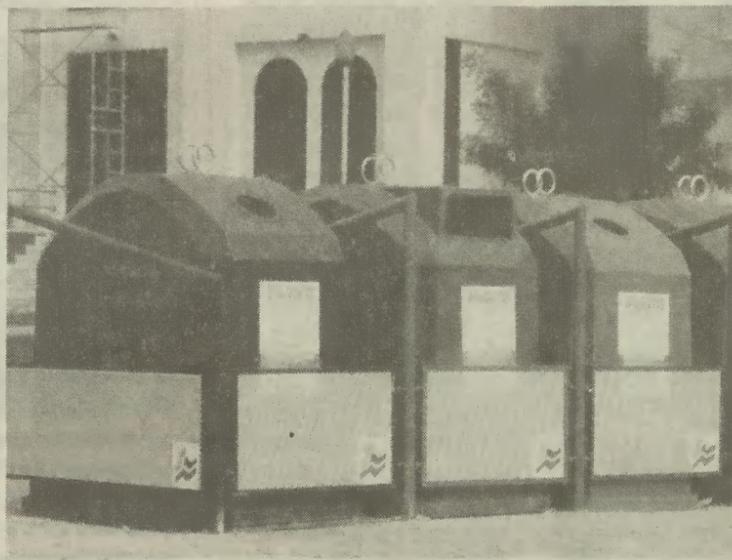
O desenvolvimento do concelho e a criação de melhores condições de habitabilidade têm vindo a fazer-se, pese embora o aumento de quase 80 mil novos habitantes que transformou Loures no segundo município mais populoso do país.



Uma das vertentes do trabalho efectuado pelo Município de Loures tem sido a recuperação do tecido urbano, nomeadamente nos núcleos antigos. Em curso está a reabilitação da Zona Antiga de Sacavém e a Reabilitação



O Aterro Sanitário de Santa Iria da Azóia será transformado num excelente Parque Urbano e de Lazer (na foto a maquete do projecto). A recolha selectiva de lixos, visando a sua reciclagem, é o objectivo dos novos contentores colocados no concelho de Loures



Investimentos na rede viária

Com a gestão CDU foi possível recusar um qualquer papel periférico para o concelho e assegurar junto dos órgãos de poder a capacidade reivindicativa e negocial que forjaram e garantiram a decisão de localizar um Hospital em Loures, o anúncio do Metro até Odivelas e a construção de um vasto conjunto de novas vias de circulação e acessos.

Nos últimos dez anos, a autarquia investiu 3,85 milhões de contos no domínio rodoviário e, nos últimos seis anos, foi investida uma média superior a 640 mil contos anuais na conservação, manutenção e recuperação da rede viária municipal.

Melhores condições de habitação

Em 1980, dos 227 bairros e loteamentos de génese ilegal apenas 19 estavam em recuperação. Presentemente 21 bairros já têm alvará, 170 estão em obras de recuperação, 88 com obras concluídas e 68 em fase adiantada de infra-estruturação, o que representa cerca de 40 mil fogos e mais de 100 mil pessoas.

No apoio do município (Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Loures), em obras de fim-de-semana, à recuperação dos bairros de génese ilegal foram investidos, entre 1983 a 1996, cerca de 3 milhões de contos.

No âmbito do Plano Especial de Realojamento (PER) prevê-se que até ao ano de 2004 sejam realojadas mais de 3900 famílias, representando um investimento superior a 30 milhões de contos. Até finais de 1996 efectuaram-se 1200 realojamentos.

do Núcleo Antigo de Odivelas envolvendo um esforço financeiro de 660 mil contos.

Melhor Ambiente

Com um investimento aproximado de 20 milhões de contos, a despoluição da bacia hidrográfica do rio Trancão é uma das vertentes mais importantes do grande projecto ambiental encetado pelo município de Loures, do qual constituem peças fundamentais: a ETAR de São João da Talha e a ETAR de Frielas (que será a maior estação portuguesa e uma das maiores da Península Ibérica).

Dentro de um ano, numa acção pioneira em Portugal que implica um investimento de meio milhão de contos, o Aterro Sanitário de Santa Iria da Azóia em Loures, em fase de selagem por já ter sido esgotada a sua capacidade, estará transformado num excelente Parque Urbano e de Lazer com equipamentos desportivos, recreativos e de educação ambiental.

A construção descentralizada de equipamentos culturais, desportivos e sociais como o Complexo de Piscinas Municipais, o Pavilhão Paz e Amizade, o Centro Cultural Malaposta, o Centro Comunitário de Frielas, o Mercado do Prior Velho, entre outros, têm sido alvo de grandes investimentos no concelho de Loures, colocando-o entre os municípios com maior taxa de maior cobertura do distrito.

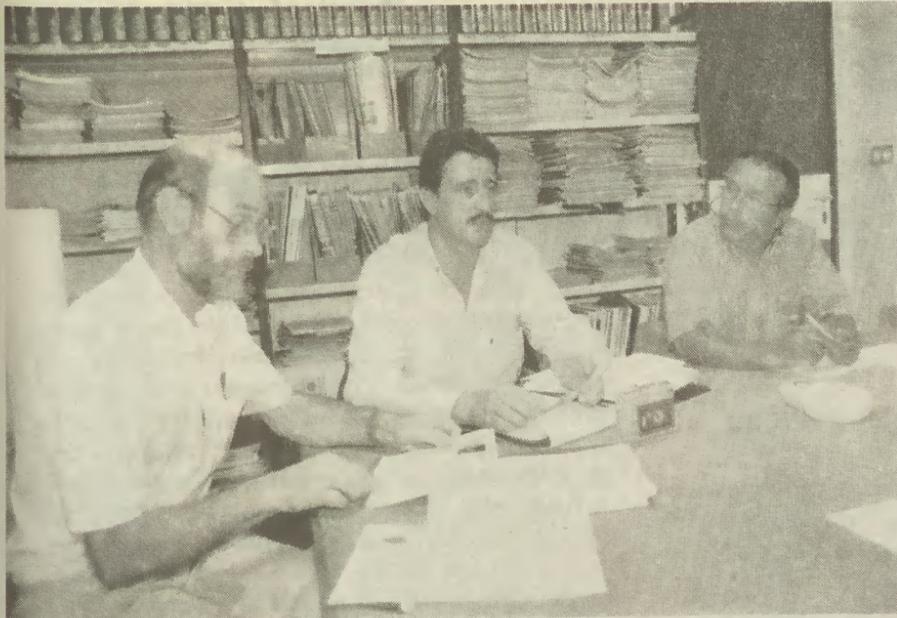
O reconhecimento do papel das empresas na dinamização económica do concelho e a criação de condições para a sua instalação tem sido assumido com uma das preocupações do município de Loures. Reflectindo esta preocupação, a Expo Loures, realizada regularmente nos últimos seis anos, assume dimensões que a tornam a maior feira de actividades económicas da Área Metropolitana de Lisboa.

As grandes opções para o próximo mandato

No concelho de Loures, com cerca de 98% da população servida das infra-estruturas básicas, as prioridades de um futuro próximo não podem deixar de passar pela qualificação do território, revitalização da economia, promoção do apoio social, particularmente a certas camadas específicas da população, como é o caso dos reformados, pensionistas e idosos e o aprofundamento da intervenção na educação, cultura, lazer e desporto.



Os rótulos e o futuro



ramo de actividade e em termos de estratégia e interesses nacionais - é demasiado importante para ser vendida e transformada num operador privado.

Mesmo com o «encaixe» esperado pelo Governo?

JLS: Para os governos do PS e do PSD está traçado um objectivo político e, neste caso, nem sequer está em causa o encaixe financeiro resultante da privatização. A PT é extremamente rentável (nos últimos três anos teve qualquer coisa como 116 milhões de contos de lucros e pagou ao Estado 125 milhões de contos de impostos) e também representava, no sector público, um suporte financeiro do Orçamento do Estado. Nesta privatização não estão salvaguardados nem os interesses nacionais, nem os interesses dos trabalhadores.

Também é ilusão julgar que o privado é que é bom e que há que abrir à concorrência, quando temos neste momento indicadores de que as duas fases anteriores nada trouxeram de melhoria para os trabalhadores. Isto é de tal forma sentido, que se viu na fraca adesão do pessoal à compra de acções: mesmo com linhas de crédito inéditas, sem juros e com garantias de reembolso, a única tranche que não esgotou na primeira fase da privatização foi a dos trabalhadores.

E na fase seguinte?

JLS: Na segunda fase já surgiu com força o argumento de que comprar acções era um meio fácil de ganhar dinheiro. E a verdade é que o simples facto de assinar um papel de compra-venda, sem sequer investir um tostão, resultou para alguns trabalhadores num rendimento superior ao vencimento anual. Conscientes de todos os perigos da privatização, muitos trabalhadores decidiram participar nisto.

Agora, na terceira fase, a empresa adoptou um procedimento claramente abusivo, que foi introduzir nas folhas de vencimento deste mês um valor de cem mil escudos que será retirado no mês seguinte a quem não provar que o gastou na compra de acções.

Se, como a administração diz, se trata de distribuição de lucros de 1996, não deveria destinar-se obrigatoriamente à compra de acções; querem assim mostrar o êxito desta terceira fase, apontando a elevada adesão dos trabalhadores à OPV, mas mesmo sob esta pressão há ainda trabalhadores que não estão dispostos a adquirir acções da PT.

O tempo decorrido desde a primeira fase da privatização já permitiu provar a razão daqueles que se têm oposto à alienação das posições do Estado na Telecom, designadamente o PCP e as estruturas representativas dos trabalhadores?

João Lopes

“Já hoje, quem ocupa o lugar de presidente da PT é, simultaneamente, ministro-sombra da AIP.”

JL: Achamos que não, ainda é cedo para que esse fenómeno surja com toda a sua frontalidade. A grande disparidade entre os valores das avaliações e o preço das acções garantia lucros a quem decidisse investir. As consequências negativas hão-de surgir a curto prazo, mas nunca antes do ano 2000.

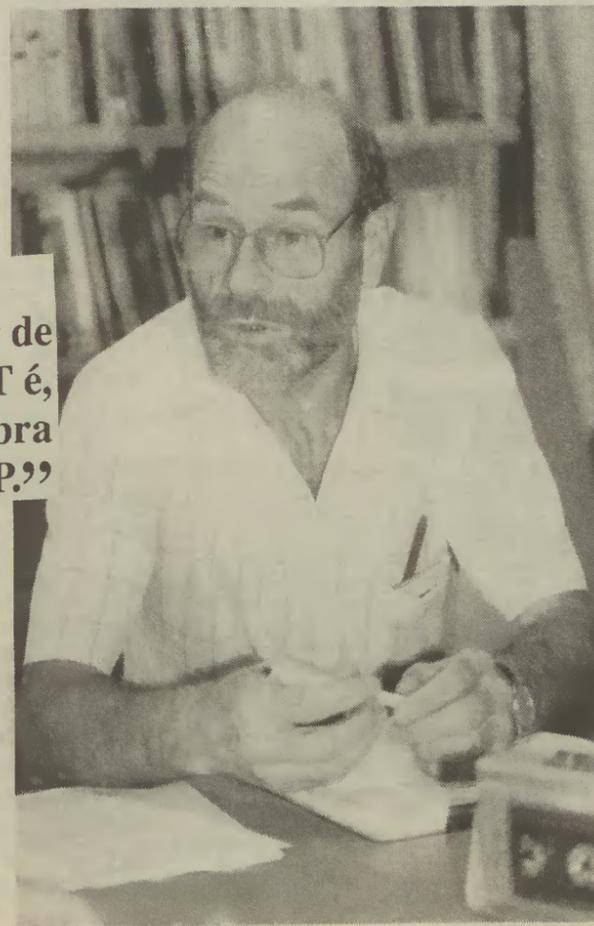
Mas nós mantemos as nossas posições e, ainda na semana passada, os sindicatos e a Comissão de Trabalhadores reuniram e decidiram avançar com medidas e acções concertadas, designadamente uma acção no dia da privatização, junto à Bolsa. Há a consciência de que a terceira fase é irreversível, mas queremos deixar bem clara a nossa posição para o futuro.

JLS: Os efeitos reais desta política não são imediatos; mas já se verifica nos locais de trabalho uma série de alterações nos comportamentos da gestão: tentativas de fazer descolar trabalhadores que trabalhavam em conjunto, mas que, com «incentivos» incríveis, prémios à socapa, senhas de gasolina, impulsos telefónicos e outros, são levados a pensar que, na privatização, garantir o futuro é passar por cima do companheiro de trabalho. Para muitos, o espírito do salve-se quem puder vai dominar a Telecom privatizada.

JL: Murteira Nabo vai dizendo nuns foruns que a «mão-de-obra a libertar» são 3 mil trabalhadores, noutros já diz 2500, noutros fala em 2 mil. Mas não responde, quando se pergunta qual o número de trabalhadores que entende necessários à PT, ou em que áreas acha que há pessoal a mais. De uma forma revoltante e desumana, a empresa tem feito pressões e chantagem sobre pessoas doentes, procurando obter rescisões de contratos. E vão procurando atacar nos sistemas de saúde e segurança social.

Isto é feito agitando o papão da concorrência e da liberalização, mas a verdade é que o futuro da empresa neste contexto tem mais a ver com decisões políticas e medidas de gestão, do que com a privatização ou redução de pessoal.

AS: No fundo, já são práticas conhecidas. Antes do verão a Marconi decidiu pôr os principais responsáveis da empresa a falar para os trabalhadores, em reuniões, a propósito daquilo que é esperado com a liberalização total do sector das telecomunicações e o aumento da concorrência. O objectivo era criar nos trabalhadores a ideia de que, no futuro próximo, muitos não continuarão a ter lugar



Da nossa parte, nunca pusemos em causa a coexistência dos sectores estatal e privado. A gestão das empresas pode ser boa ou má, quer elas sejam privadas quer sejam públicas. Não depende do rótulo, mas das pessoas, da organização e dos objectivos a atingir. Há sectores que consideramos básicos para a nossa economia e para os quais defendemos uma posição determinante para o Estado. Inserimos nestes, e cada vez mais, as telecomunicações.

Não pretendemos, com isto, dizer estar contra a competitividade, no sector, de empresas privadas e públicas. Defendemos a existência de uma empresa de capitais públicos determinantes para o controlo do negócio, cujo figurino em Portugal corresponde à PT e aos seu grupo. Mas a actual PT tem muito para mudar...

É preciso enfrentar a concorrência por razões tecnológicas, por razões de preços e de qualidade de serviço. Por isso, a PT tem de ser autónoma em relação aos partidos no poder, moderna, desburocratizada, concorrencial num mercado aberto, aberta a acordos de diverso tipo, em campos específicos dos actuais e novos serviços, com empresas privadas portuguesas e estrangeiras, garantindo a evolução tecnológica, mercado estável à indústria do sector residente em Portu-

gal, baixos preços e qualidade aos grandes clientes e um serviço social à população.

O facto, passado nestes últimos dias, em que o PS conseguiu impor, em Assembleia da PT, a entrada de mais 8 administradores, dos quais 6 são indefectíveis correligionários rosas, é a negação do que acabo de dizer. Além disso, passaram alguns ex-bons técnicos a inúteis recebedores de chorudos vencimentos.

Portugal é um país que precisa fornecer serviços básicos de telecomunicações a preços acessíveis a uma parte importante da sua população, tanto residenciais como pequenas e médias empresas, e que, portanto, precisa de grandes investimentos. Isto, se nos queremos aproximar das médias comunitárias.

Temos um consumo interno, distorcido de região para região, muito dependente da economia. O telefone e outros serviços básicos têm ainda uma importância tal que não podem ser lançados na lógica do mercado, sob pena de se atentar contra o direito do povo ao desenvolvimento mais elementar.

■ Álvaro Tavares
Engenheiro e membro do
Secretariado da célula do PCP
na Portugal Telecom/Porto

na empresa, pelo que deverão aproveitar todas as oportunidades para abandonarem os empregos.

É difícil acreditar que empresas que estão na actividade de telecomunicações há muitos anos não possam tomar medidas de precaução que dêem resposta a essa concorrência.

Mas, se para os trabalhadores não avançam para a supressão de postos de trabalho de uma forma radical, mas com reformas antecipadas ou por invalidez, para a generalidade da população os custos do pacote telefónico estão a aumentar aceleradamente.

Para além dos anunciados aumentos de preços, notam-se efeitos do avanço da privatização em prejuízo dos consumidores?

JL: Ainda não são profundamente sentidos, mas há graves reflexos desta política na qualidade do serviço prestado. O nível do investimento «puro» tem vindo a cair, e a preferência tem ido para a resposta aos grandes clientes, nas grandes cidades e no litoral.

Agora, independentemente de ser ou não privada, a PT tem compromissos a que se não pode furtar, decorrentes do contrato de concessão — o problema é como vai o Estado controlar o cumprimento de tal contrato.

E, privada ou não, a PT vai ter de continuar a contar com as estruturas dos trabalhadores.

Tem contado pouco, até aqui?

JL: À primeira vista, é-se levado a julgar que as movimentações laborais não tiveram grandes resultados, porque os nossos objectivos não foram atingidos. Mas a verdade é que conseguimos retardar o andamento deste processo e defender algumas posições. A privatização é assim, mas podia ser de outra maneira, com prejuízos muito maiores, se não tivéssemos lutado firmemente.

JLS: Uma empresa privada tem como objectivo principal obter lucros, e para aumentar os lucros procura aumentar a exploração dos trabalhadores. Não há dúvida de que os mais prejudicados com a privatização da PT vão ser os trabalhadores. Mas as populações também vão ser fortemente atingidas. Nós temos alertado, temos tentado esclarecer e temos mobilizado os trabalhadores para a luta contra esta linha de rumo.

Vamos continuar a exigir, pelos meios ao nosso alcance, que a empresa respeite os direitos dos trabalhadores, reconhecidos na lei e na contratação colectiva. E vamos também continuar a sensibilizar a opinião pública para exigir um serviço de qualidade, independentemente de ter o telefone numa grande cidade ou num ponto muito afastado dos centros económicos. Nesta batalha vamos ter que envolver as populações, as autarquias e todas as instituições que de alguma forma são afectadas pelos ataques ao serviço público de telecomunicações feitos através da privatização.

As próximas eleições autárquicas no Algarve

■ Carlos Luís Figueira
Membro da Comissão
Política

AS ÚLTIMAS eleições para os órgãos autárquicos realizadas em 1993 permitiram à CDU no Algarve obter um importante resultado eleitoral, expresso numa subida global de votos (mais 3.147 votos — 12,6% —, que em 1989), num aumento global de eleitos, dos quais se destaca a obtenção, pela primeira vez, da maioria em três concelhos (Aljezur, Silves e Vila Real de Santo António) e em oito freguesias (das quais uma no concelho de Faro — Santa Bárbara de Nexe — o que acontece pela primeira vez), na subida do número de vereadores eleitos (mais quatro) e num significativo número de membros em Assembleias Municipais, Assembleias de Freguesia e Executivos de Juntas de Freguesia, num total de cerca de 200 eleitos nos vários órgãos de Poder Local da região. Não fora a ingloria e surpreendente perda da maioria no concelho de Vila do Bispo o que de algum modo ensombrou este importante êxito, e estava-se perante um resultado eleitoral histórico, de maior significado ainda.

Estes importantes resultados foram confirmados, três anos depois, nas eleições intercalares para a Câmara de Albufeira, nas quais a CDU volta de novo, 10 anos depois, a eleger um vereador através de uma significativa subida expressa na obtenção de mais 68% dos votos em relação ao resultado verificado nas eleições disputadas em 1993 passando de 683 para 1.150 votos.

Os resultados de 1993, importa ainda referir, são obtidos num complexo quadro político no qual as três maiores formações partidárias (PS, PSD e mesmo o CDS que não tendo no Algarve grande expressão autárquica sobe significativamente a sua votação em dois concelhos — Faro e Albufeira — por razões conjunturais associadas ao tipo de candidatura) sobem globalmente o número de votos obtidos em relação às eleições de 1989. Tal facto atesta a dureza da batalha política travada, a elevada participação eleitoral obtida, demonstrando que apesar das dificuldades e complexidades da situação política então vivida a CDU conservou e ampliou a sua base eleitoral e foi em muitos concelhos do Algarve uma força alternativa.

As próximas eleições de Dezembro

É sobre esta base de progresso eleitoral autárquico verificado em 1993 que também as eleições deste ano têm de ser enfrentadas. De facto, se as responsabilidades aumentaram, também se verificam hoje melhores condições políticas globais para a afirmação do projecto da CDU na gestão do poder autárquico no Algarve. Porque a gestão do PS em muitos municípios da região perde velocidade e credibilidade, porque aparece corroida por disputas internas de corridas ao poder, porque a alternância com o PSD não é alternativa, porque o trabalho desenvolvido pelos nossos eleitos e a natureza das candidaturas erguidas pela CDU em importantes concelhos do Algarve é uma garantia de mudança que responde ao desencanto e ao cansaço que manifestam importantes sectores do eleitorado face às promessas não cumpridas pelas maiorias PS e PSD. Porque, apesar de todos os silenciamentos e deformações, a base unitária da CDU se alargou, regressando apoios desiludidos com a actuação do Governo PS e se ganhou, entretanto, novas adesões que em muitos casos refrescam e rejuvenescem as próximas candidaturas.

Dezembro próximo, representa para a CDU, não só a confirmação e reforço das maiorias alcançadas em Câmaras e Juntas de Freguesia, mas progressos eleitorais que nos permitam ganhar novas maiorias, reforçar o número de eleitos nos diversos órgãos e, nesse sentido, acabar com zonas brancas existentes nos concelhos de Mon-

chique e Castro Marim, dando passos seguros para corrigir ou amenizar as assimetrias que no plano eleitoral se continuam a verificar.

A ofensiva contra o poder autárquico

Nos últimos quatro anos verificaram-se importantes alterações, motivadas umas, pela ofensiva do Poder Central em relação aos poderes e autonomia do poder autárquico, outras relacionadas com a aprovação pela maioria dos municípios da região dos seus Planos Directores Municipais (PDM).

De facto até aqui só Vila Real de Santo António, quando gerida pela maioria CDU dispunha de PDM aprovado. Hoje só o concelho de Tavira, de maioria PS, não dispõe deste instrumento de planeamento aprovado.

Mas, é também neste período que se fazem sentir os perversos efeitos da aplicação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL). Desde logo porque precedendo os PDM, condicionou e, em muitas circunstâncias esvaziou, os seus objectivos. Depois porque mais agudamente se fizeram sentir o esvaziamento de poderes a que ficaram sujeitas as autarquias para gerir o seu território. Finalmente porque hoje se torna evidente que os proclamados objectivos de dar combate às assimetrias regionais e à desertificação económica e humana, não passaram de intenções solenemente proclamadas.

Mais tarde, porque se tornou também evidente que o PROTAL servia na perfeição o Poder Central para este aprovar por cima, ao serviço da defesa dos interesses dos grandes investidores (hoje praticamente todos ligados a instituições financeiras) os chamados "Projectos Estruturantes" desprezando imposições e condicionamentos consagrados na Reserva Agrícola e Ecológica Nacional, cujo cumprimento impõe às autarquias.

Dezembro próximo, representa para a CDU, não só a confirmação e reforço das maiorias alcançadas em Câmaras e Juntas de Freguesia, mas progressos eleitorais que nos permitam ganhar novas maiorias

Na batalha política que ao longo destes anos se travou no Algarve perante esta global ofensiva do Poder Central contra a autonomia e poderes das autarquias é justo referir que só os eleitos da CDU tiveram nela um papel destacado, em contraste particularmente com os responsáveis do PS, força política que detém a maioria em 10 municípios dos 16 existentes na região. Eleitos que preferiram negociar "por debaixo do pano" pequenos favores do Poder Central, abdicando da luta mais vasta e importante em defesa da autonomia e dos poderes das autarquias.

A pretexto de procurar um novo ordenamento da faixa costeira, o actual Governo PS acaba de apresentar para discussão pública outro instrumento de planeamento central a impor ao Poder Local. Trata-se dos famigerados POOC (Planos de Ordenamento da Orla Costeira).

Embrulhado na necessidade de promover o equilíbrio, preservar o que de bom existe, acabar com os desmandos e acautelar o futuro, inicia-se uma nova escalada à autonomia do poder autárquico, já que o Governo se propõe ter a última palavra sobre decisões de planeamento em espaços territoriais de 500 metros traçados da linha de água para o interior. Tal disposição equivale a dizer que na generalidade dos concelhos da orla marítima o espaço de decisão reservado às autarquias ficaria acantonado aos estreitos limites dos núcleos urbanos existentes.

Não nos restam dúvidas sobre a existência de situações que promovidas por gestões de honestidade duvidosa (e o Algarve é neste plano exemplar), de responsabilidade do poder autárquico se verificaram autênticos desastres urbanísticos em concelhos do litoral. Mas também não nos restam dúvidas que está por provar que o Poder

Central, dirigido ao longo de mais de 20 anos por uma alternância entre PS, PSD/CDS, não demonstrou melhores aptidões e soluções em matéria de planeamento e gestão de recursos naturais existentes.

Até agora, no Algarve, só os eleitos da CDU se manifestaram contra os objectivos de mais esta ofensiva do Poder Central. Este facto avoluma o papel que negativamente desempenharam os eleitos das outras forças políticas e designadamente do PS, em relação a outras intromissões do Poder Central atitude que assume grande importância face às próximas eleições autárquicas.

Uma nova arrumação de forças

O peso que o PS detém na gestão autárquica no Algarve, tem conduzido, através de uma postura marcada pela arrogância e o mais estreito sectarismo, ao domínio absoluto das estruturas regionais existentes destacando-se, de entre outras, a direcção da Associação de Municípios do Algarve (AMAL).

Tal postura, prejudicou os interesses globais da região, impedindo que melhores soluções fossem encontradas para o seu desenvolvimento.

O regresso do PS ao Governo conduziu a acentuar tais traços, agravados pelo facto de passarem a dispor de um tratamento diferenciado na aprovação e gestão dos fundos comunitários, através de um despudorado e escandaloso comportamento de favorecimento por parte do Governo PS.

A tais indecorosos e obscuros comportamentos, soma-se a utilização do movimento excursionista do Governo, secundado no terreno pela reeditada figura do Governador Civil, promovendo candidatos, anunciando e distribuindo migalhas. Uma campanha gasta com dinheiros públicos, numa prática que amplia a exercida pelos Governos dominados pelo PSD.

Neste contexto, as eleições autárquicas no Algarve assumem para a CDU um duplo significado. A necessidade de ganhar novas maiorias e maior número de eleitos em Câmaras e Assembleias Municipais factor indispensável para se obter um novo equilíbrio de forças que contribua para defender melhor os interesses regionais. Aumentar a votação global da CDU, mesmo em concelhos em que a maioria ou até a eleição de um vereador não está à vista, pela importância política que tal voto pode significar, como reforço da CDU e do PCP, na batalha mais vasta contra este Governo e a sua política.



A Constituição no seu estado actual

A Constituição da República Portuguesa foi sendo sucessivamente amputada, ao longo das suas quatro revisões, de traços e conteúdos essenciais, que constituíam parte do património identificador do 25 de Abril. Depois de tantas e profundas alterações, é legítimo perguntar: que Constituição é esta? Qual é o seu sentido?



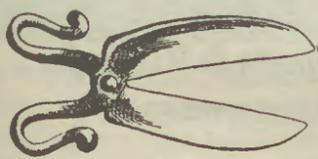
João Amaral

Trata-se de uma questão sensível e complexa, que deve ser abordada, numa reflexão colectiva. Para o conjunto do Partido, é uma reflexão útil, designadamente para dar resposta a alguma propaganda feita contra o PCP. Essa propaganda é marcada por uma significativa

contradição. Na verdade alguns adversários do nosso Partido dizem que o PCP, tendo votado contra as quatro revisões constitucionais, estaria hoje fora do chamado "arco constitucional", isto é, não faria parte do leque de forças políticas que apoiam e se identificam com o regime político vigente tal como ele está plasmado na Constituição. Mas, simultaneamente, não falta quem dê ao PCP o papel de maior defensor da Constituição, mesmo depois das revisões constitucionais efectivadas.

Ainda agora, por ocasião da votação da última revisão constitucional, não faltou quem dissesse que o PCP, que tinha acabado de votar contra a respectiva lei, ia de imediato passar à condição de maior defensor da Constituição contra qualquer alteração que alguém lhe quisesse fazer no futuro. É evidente que esse tipo de ironia visa, além do mais, desvalorizar a oposição do PCP à revisão constitucional efectivada. Visa confundir a opinião pública, dando a imagem de que as críticas do PCP não teriam grande razão de ser, já que o PCP continuaria a defender a Constituição, mesmo depois de revista. Mas, o simples facto de esse tipo de apreciação poder ser feito, mostra a necessidade de uma reflexão, que contribua para esclarecer as dúvidas levantadas de muitos lados.

Nessa reflexão, cabe em primeiro lugar assinalar que a Constituição já não tem certas características essenciais com que foi aprovada em 2 de Abril de 1976. Já não é a Constituição que o nosso Partido, no VIII Congresso (11 a 14 de Novembro de 1976) qualificou como "Constituição progressista", sublinhando o facto de ela "reconhecer e consagrar as conquistas fundamentais da Revolução". A Constituição já não consagra a irreversibilidade das nacionalizações e da Reforma Agrária. Os mecanismos de participação popular foram fortemente restringidos. As alterações do poder político eliminaram a componente revolucionária. Agora, é já o sistema de representação proporcional que é atingido.



capitalismo monopolista. É assim? Uma formulação como essa não parece aceitável. Aliás, no Programa do PCP, na apreciação feita do processo contra-revolucionário, afirma-se: "os esforços para ultrapassar a legalidade constitucional e a tentativa de ruptura institucional através de uma revisão subversiva da Constituição inseriram-se nos planos da classe dominante para a restauração do capitalismo monopolista do Estado". O texto (redacção de Novembro de 1992) assinala a intenção de concretizar uma ruptura (reportada às três primeiras



revisões) mas não a dá por consumada. As sucessivas alterações à Constituição permitiram e deram cobertura à restauração do poder do capitalismo monopolista, eliminando a irreversibilidade das nacionalizações e da Reforma Agrária. Mas, o texto não substituiu uma irreversibilidade por outra. A Constituição revista não consagra a irreversibilidade do poder dos monopólios!

O que se pergunta então é se a Constituição passou a ser neutra. Não parece que isso seja defensável. Dir-se-á quanto muito que ela passou a ser contraditória. De facto, por um lado, o campo e as garantias do capitalismo monopolista aumentaram no terreno constitucional, com a eliminação da obrigatoriedade de existência de um sector público e com as novas referências espalhadas pelo texto à "iniciativa privada". Mas, a Constitu-

ção, ao mesmo tempo, continua a postular "uma sociedade livre, justa e solidária"; continua a fazer incumbir ao Estado tarefas como "incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais", ou "promover (...) a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais"; continua a ter um capítulo sobre os "direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores"; continua a consagrar o "direito ao trabalho", a proibir o despedimento sem justa causa, e a prever a existência de Comissões de Trabalhadores nas empresas; mantém um alargado leque de direitos sociais; continua a definir na organização económica o princípio da "subordinação do poder económico ao poder político"; continua a atribuir ao Estado como incumbências prioritárias, entre outras, as de "assegurar o funcionamento eficiente dos mercados, de modo a garantir a equi-



brada concorrência entre as empresas, a contrariar as formas de organização monopolista (...), "bem como a incumbência de "eliminação dos latifúndios". Na prática política dos sucessivos governos, esses preceitos têm sido reiterados e acintosamente desrespeitados. Não faltaram, ao longo destes vinte anos, leis inconstitucionais, bem como práticas que vão torneando o quadro constitucional sempre que este é favorável aos trabalhadores e ao progresso social e económico.

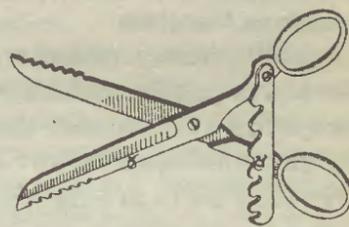
De que vale falar da subordinação do poder económico ao poder político quando é crescente a influência dos grupos económicos na decisão política e quando se acentua a miscibilidade entre o capitalismo monopolista e a estrutura do Estado? De que vale falar da proibição do despedimento sem justa causa, quando está em vigor um "pacote laboral" que ladeia em numerosos pontos essa proibição e quando se multiplicam as formas de trabalho a prazo e a recibo verde?

Mas, a componente programática progressista da Constituição não é cumprida só como uma consequência da prática política dos sucessivos governos. Há também outra razão importante. Ao deixar de conter com carácter imperativo o património de transformações estruturais no plano político, económico e social operadas com o 25 de Abril, a Constituição deixou de conter os mecanismos de poder que poderiam garantir a concretização desse conteúdo de progresso. As amputações realizadas pelas revisões constitucionais constituem uma perda irreparável para a garantia do efectivo cumprimento do programa constitucional.

A Constituição apresenta-se hoje como um motor a que tenham sido retiradas peças essenciais de funcionamento. Evidentemente que as peças que ficaram têm valor

próprio, mas foram retiradas as peças que garantiam o funcionamento do conjunto de forma eficaz e coerente.

É por isso que é legítimo dizer que o que é mais importante neste processo de sucessivas revisões constitucionais é o que foi sendo retirado da Constituição, é a desconstrução da Constituição de Abril que foi sendo concretizada. Não é subestimável o que está na Constituição (liberdades, direitos dos trabalhadores, direitos sociais e culturais, separação e interdependência dos órgãos de soberania, poder local, regionalização, etc., etc.). Mas o que essas revisões constitucionais têm feito no seu conjunto, não só retira da Constituição características fundamentais e determinantes da democracia portuguesa, como fragiliza o que permanece no texto constitucional. Em dois sentidos: por um lado, pelas alterações introduzidas (por exemplo, a última revisão constitucional permite que a lei eleitoral subverta o princípio da representação proporcional; outro exemplo,



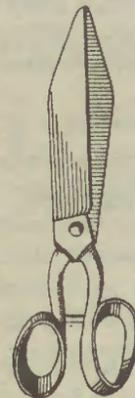
abriu assento constitucional para limitações do direito de greve); por outro lado, pela diminuição drástica das garantias dos direitos que ainda consagra. Como, aliás, é comprovado abundantemente pela prática política.

Que vale então a Constituição no seu estado actual? Vale pelas "peças de motor" que aí se conservam e que podem ser significativamente importantes em muitas lutas.

Mas vale ainda por uma outra razão. Vale porque, mesmo com a Constituição da República tal como está, é ainda assim possível realizar uma política alternativa, uma política de esquerda, de resposta aos grandes problemas do povo e do País. A Constituição não impede a realização de uma tal política (incluindo, se fosse essa a vontade dos eleitores, uma política realizada por um governo do PCP, com base no seu Programa). Mais do que isso, com uma política alternativa, muitas das disposições da Constituição que hoje aí permanecem sem nenhum valor prático, sem nenhuma concretização, sem nenhuma correspondência com a realidade, ganhariam vigor e sentido.

Aos políticos, analistas e jornalistas, que pretendem descobrir contradições no comportamento do PCP face à Constituição e suas revisões, é necessário dar uma resposta clara e combativa, que mostre que não nos cansaremos de criticar abertamente os que foram liquidando no texto constitucional o seu património democrático. Fizemo-lo nas quatro revisões verificadas, que deixaram a Constituição pobre e retalhada. Fá-lo-emos também no futuro, contra novos atentados que apontem para transformar a Constituição numa arma de arremesso contra os interesses do povo e do País.

Mas, estas notas, não passam de uma contribuição pessoal para uma reflexão, que se exige profunda e colectiva, sobre o problema posto. Haverá outros ângulos de análise que seguramente serão trazidos ao debate.



EM FOCO

Política Comum de Pescas Uma proposta perigosa e inaceitável

As graves consequências para os interesses nacionais da revisão da Política Comum de Pescas levaram o PCP a realizar, na quinta-feira passada, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, uma conferência de imprensa no sentido de alertar a opinião pública para as mesmas.

O PCP tornou agora públicas as suas posições sobre o processo, pelo facto de se estar a entrar na fase final de tomada de decisões no seio do PE, designadamente com a votação na Comissão de Pescas, nos dias 29 e 30 de Setembro, da Proposta de Resolução Política de Compromisso.

Na mesa, Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política, Honório Novo, deputado no Parlamento Europeu, e Rodeia Machado, deputado na Assembleia da República, deram a conhecer os perigos que pairam sobre o sector pesqueiro nacional e enunciaram os princípios que o PCP considera «inegociáveis» para uma futura e melhorada Política Comum de Pescas. Carlos Luís Figueira, na declaração que fez (que a seguir se transcreve), apresentou ainda as propostas do PCP - que, mais que posições partidárias, traduzem as necessidades e as opiniões do sector em Portugal - e, em nome dos interesses nacionais, desafiou todos os deputados eleitos no Parlamento Europeu a votarem favoravelmente o seu conteúdo.

«Como é sabido, as orientações decorrentes da actual Política Comum de Pescas terão que ser reanalisadas até ao final do ano 2002. Em 1 de Janeiro de 2003 teremos uma nova Política Comum de Pescas, ou, pelo menos, uma Política Comum revista.

Tomando a liderança deste processo de revisão, a Comissão de Pescas do Parlamento Europeu decidiu elaborar um Relatório de Iniciativa sobre a Política Comum de Pescas após o ano 2002, por forma a fixar orientações para o futuro desta Política Comum.

Este Relatório tem uma importância vital para Portugal. Ele vai definir um conjunto muito vasto de orientações políticas em que assentará a revisão da actual Política Comum de Pescas. O que resultar do seu conteúdo vai influenciar e condicionar todo o processo de decisão com vista à definição das bases da Política Comum de Pescas após 2002.

Neste quadro, para o PCP, apenas duas opções são possíveis:

Ou as propostas que venham a ser contempladas no Relatório aprofundam ainda mais a actual Política Comum, prosseguindo e dando continuidade a orientações que têm comprometido o sector das pescas e o sector conserveiro em Portugal, agravando a sua situação e inviabilizando o seu futuro, tal como vem acontecendo desde a adesão;

Ou, pelo contrário, é possível modificar tais orientações e fazer reflectir no Relatório e na aprovação final da Política Comum de Pescas ideias e propostas que traduzam os interesses nacionais de forma a garantir a viabilidade e ulterior desenvolvimento sustentável do Sector no nosso país.

A Proposta de Resolução Política do Relatório Fraga Estévez - emendas apresentadas

Logo que a Deputada Fraga Estévez (espanhola, PPE - Partido Popular Europeu), incumbida pela Comissão de Pescas do

PE da realização daquele Relatório, formalizou a apresentação da sua Proposta de Resolução e dos seus quatro Documentos de Trabalho, o Partido Comunista Português fez uma distribuição de toda essa documentação junto dos interessados do sector (armadores, industriais conserveiros, organizações de produtores, sindicatos) iniciando logo aí (Abril deste ano) um longo processo de auscultação em todo o País.



Ficou desde muito cedo claro que muitas das orientações políticas vertidas no texto da proposta inicial de Relatório não serviam os interesses do sector em Portugal, constituindo bases inaceitáveis para o futuro de uma Política Comum de Pescas da União Europeia, das quais se destaca:

Das 420 (quatrocentas e vinte) emendas apresentadas, 22 foram subscritas, em nome do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, pelo Eurodeputado do PCP Honório Novo na sua qualidade de Coordenador do Grupo na Comissão de Pescas do PE.



A admissibilidade do acesso indiscriminado e geral das frotas comunitárias à zona das doze milhas; a manutenção de orientações exclusivas de abate de embarcações, ainda por

cima sem meios financeiros destinados às questões sociais; a criação de quotas individuais de pesca transmissíveis; a ausência de dotações que tornem viável uma política capaz de investigação dos ecossistemas marinhos; a admissão da negociação bilateral e paralela de possibilidades de pesca com os países terceiros com os quais a UE já tem acordos de pesca colectivos; a ausência de orientações na política de mercado de forma a impedir a manutenção de elevadas margens de intermediação.

Das 420 (quatrocentas e vinte) emendas apresentadas, 22 foram subscritas, em nome do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, pelo Eurodeputado do PCP Honório Novo na sua qualidade de Coordenador do Grupo na Comissão de Pescas do PE. A quase totalidade dessas propostas de alteração, resultam do processo de auscultação que, como atrás ficou dito, o PCP realizou junto do sector em Portugal e procuravam alterar as orientações profundamente negativas que acabamos de referir.

Significativo será assinalar que dos restantes partidos e Eurodeputados portugueses apenas um, do PSD, apresentou cinco propostas de alteração. Nem em nome individual, nem em conjunto com outros deputados, foi apresentada qualquer proposta de alteração pelos deputados do PS ou do CDS/PP! Resta acrescentar que nenhuma das emendas do Eurodeputado do PSD visava alterar aspectos especialmente inaceitáveis daquelas orientações, seja a possibilidade do livre acesso às doze milhas, seja sobre a insistência na continuidade de abates de barcos, seja sobre os aspectos sociais ou sobre regulação e estabilização do comércio.

Proposta de Resolução de Compromisso

O grande número de propostas de alteração apresentadas fez com que a Relatora optasse por refazer a sua Proposta de Resolução, integrando num texto de compromisso algumas orientações alternativas e algumas ideias contempladas em emendas por nós apresentadas.

Todavia, o texto de compromisso, continua a apresentar orientações que não podem ser aceites pelos portugueses e que poderão contribuir para comprometer, a serem aprovadas, o futuro do sector no nosso país.

Designadamente:

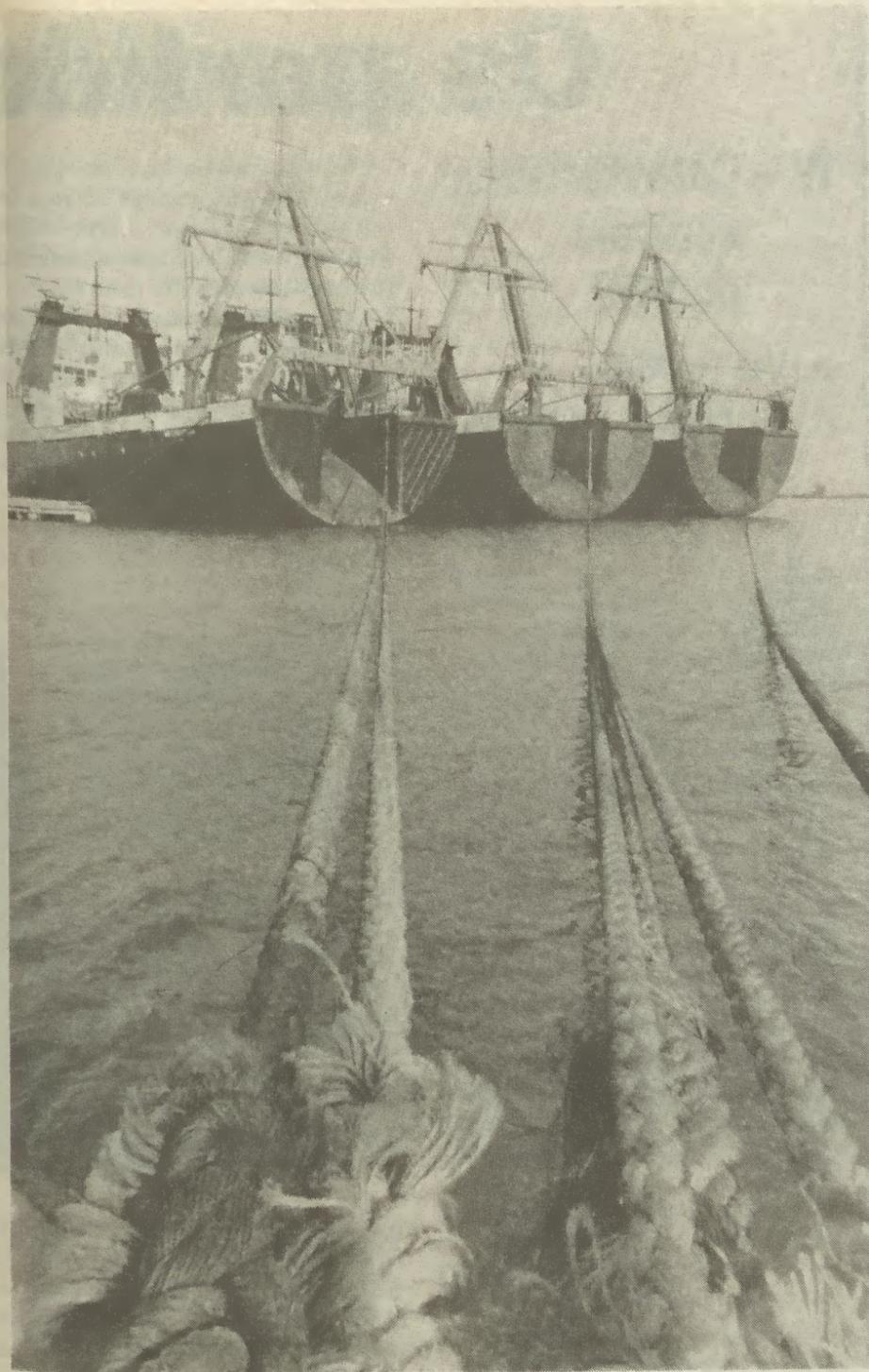
- O acesso exclusivo pela frota nacional à área das 12 milhas não está suficientemente garantida.

- Não abandona a ideia de proceder ao reequilíbrio entre níveis de capturas e recursos e mantém uma política estrutural dirigida exclusivamente para o abate de embarcações, permanecendo a recusa de exigir meios financeiros para suportar as questões sociais decorrentes da necessidade de proceder àquele reequilíbrio.

- Não considera a necessidade de investimentos comunitários e internacionais na pesquisa científica dos ecossistemas marinhos, base essencial a partir da qual poderá ser possível definir solidamente os valores dos TAC's.

- Continua a não reclamar as dotações financeiras necessárias para tornar eficaz e transparente as acções globais de vigilância e controlo de aplicação das orientações que venham a ser aprovadas para o futuro da Política Comum de Pescas.

(...) dos restantes partidos e Eurodeputados portugueses apenas um, do PSD, apresentou cinco propostas de alteração. Nem em nome individual, nem em conjunto com outros deputados, foi apresentada qualquer proposta de alteração pelos deputados do PS ou do CDS/PP!



Um sector em perigo

No decurso da conferência de imprensa, Carlos Luís Figueira, denunciando os malefícios que nos últimos dez anos resultaram para o sector pesqueiro nacional da integração de Portugal na CE, divulgou alguns dados estatísticos que falam por si:

Nº de embarcações:	1985	-	18.540
	1995	-	12.162
Nº de trabalhadores:	1985	-	37.743
	1995	-	30.687
Produção:	1985	-	273.681 ton.
	1995	-	244.447 ton.
Importação de peixe e derivados da pesca.	1985	-	144.671 ton.
	1995	-	281.421 ton.

Sendo ainda que 85% da frota pesqueira portuguesa tem uma TAB (Total de Arqueação Bruta) abaixo das cinco toneladas.

fá-lo com a consciência e o sentido de responsabilidade que desde sempre assumiu, já que o mesmo está a

o texto da Resolução de Compromisso sobre o futuro da Política Comum de Pescas deva:

- Garantir que o mar territorial, na distância mínima de 12 milhas, permaneça no exclusivo usufruto nacional (impedindo todo e qualquer acesso das restantes frotas comunitárias);

- A área adjacente às 12 milhas seja preferencialmente ocupada pela frota nacional;

- Impedir a continuidade de uma orientação exclusiva de abate de embarcações como forma de reequilibrar esforços de pesca e recursos, garantindo meios financeiros para enfrentar de forma plena e adequada as questões sociais decorrentes da necessi-

(...) o texto de compromisso, continua a apresentar orientações que não podem ser aceites pelos portugueses e que poderão contribuir para comprometer, a serem aprovadas, o futuro do sector no nosso País.

dade de proceder a tal reequilíbrio;

- Melhorar e tornar mais transparente a aplicação da Política Comum de Pescas, através de uma descentralização de gestão e aplicação, contrariando todas as perspectivas que procurem transferir, ainda que parcialmente, os encargos orçamentais desta Política Comum para os orçamentos nacionais dos Estados-membros;

- Reivindicar os meios financeiros necessários e suficientes para uma adequada política de investigação marinha e para permitir vigilância e controlo eficazes e transparentes na aplicação das orientações da Política Comum de Pescas.

O PCP desafia todos os Deputados portugueses eleitos no Parlamento Europeu a votarem favoravelmente o conteúdo destas propostas em nome dos interesses nacionais.

2. O PCP faz um apelo a todo o sector pesqueiro nacional (pescadores e suas organizações de classe, armadores, orga-

nizações de produtores, cooperativas, indústrias conserveiras) para que, de forma organizada ou de forma individual, exprimam publicamente as respectivas opiniões sobre os perigos que a não aprovação daquelas propostas de alteração poderão representar para o futuro das pescas em Portugal, designadamente através de posições dirigidas às suas congéneres europeias, à Deputada autora da Proposta de Relatório e,

naturalmente, aos restantes Deputados portugueses no Parlamento Europeu.

A Proposta de Resolução que vier a ser aprovada vai influenciar e condicionar todo o processo de revisão da actual Política Comum de Pescas. Por isso, é fundamental que nela estejam contempladas, desde já, marcando posição forte e irrevogável, orientações que sirvam os interesses dos pescadores, das organizações de produtores, dos industriais do sector, e que permitam a sustentabilidade e o futuro das pescas em Portugal.

lidade e o futuro das pescas em Portugal.

Por isso e para isso:

1. O Partido Comunista Português honrando os seus compromissos em defesa dos interesses nacionais que estão em causa, continuará a bater-se para que

3. O PCP exige que o Governo Português, nas negociações que irá ter para a revisão da actual Política de Pescas com vista ao estabelecimento das orientações para uma futura e melhorada Política Comum de Pescas, considere inegociáveis os princípios defendidos pelo PCP nas propostas que apresentou, as quais, acentue-se, muito mais que posições partidárias, traduzem as necessidades e as opiniões do sector em Portugal com vista a garantir a respectiva viabilidade e um futuro mais tranquilo.

- Na proposta inicial advogava-se a descentralização e regionalização da gestão de certas competências de alguns aspectos da Política Comum de Pescas, em nome do princípio da subsidiariedade e da proximidade em relação aos problemas e às comunidades locais, mas, de forma clara, afirmava-se que tal descentralização não podia significar uma desresponsabilização do orçamento comunitário perante todas as necessidades decorrentes da aplicação em concreto da Política Comum de Pescas. No texto de compromisso continuam a defender-se orientações de descentralização e da regionalização da gestão mas desaparecem as referências que contrariam a perspectiva de se poderem vir a transferir para os Estados-membros os respectivos encargos orçamentais.

Esta Proposta de Resolução de Compromisso, ainda que, como se disse, represente uma evolução em relação à proposta inicial, continua, como resulta das razões expostas, a ser muito perigosa e por isso inaceitável para Portugal.

Por este conjunto de razões, os Deputados do PCP votaram a apresentar um conjunto de emendas à Proposta de Resolução de Compromisso que irá ser votada nos próximos dias 29 e 30 de Setembro na Comissão de Pescas do PE.

Exigência de uma actuação nacional, responsável e concertada

O PCP, ao tornar hoje público todo este processo,



■ Jorge Messias

Um auxiliar de leitura...

Esboço caricatural do «príncipe da Igreja»

O perfil do actual grande decisor ou «príncipe da Igreja» envolve traços que o distinguem dos seus poderosos pares dos sacros colégios do passado. Actualmente, a par de uma continuidade conscientemente cultivada, encontram-se também diferenças marcantes entre os cardeais de agora e aqueles que, em tempos idos, povoaram a Cúria pontifícia.

Para tentarmos uma aproximação a este quadro sinalético contemporâneo, poderemos recorrer às marcas culturais que em crónicas anteriores nos esforçámos por fixar. Começando, como ponto de partida, por recordar aquilo que, algures, ficou anotado acerca da história da palavra *cardeal* (em latim, *cardinalis*) e do duplo sentido que os antigos romanos davam a essa expressão. Por um lado, servia para designar os membros destacados do corpo sacerdotal. Por outro lado, era usada como vocábulo escolhido para descrever a peça metálica que articula as potas — o gonzo ou dobradiça — cujo bom ou mau desempenho justifica ou invalida a existência de qualquer ponto de passagem.

Esta aproximação de sentidos continua presente na acepção que modernamente é dada ao conceito de grande decisor religioso, com os conteúdos que essa expressão adquiriu a partir da prática liquidação do processo de transformação iniciado com o Concílio Vaticano II. A principal relação de forças que caracterizava o governo da Igreja deixou de estabelecer-se, de forma simples, entre o poder pessoal do papa e o de cada «príncipe da Igreja», os opulentos terratenentes eclesiásticos da era da Renascença. Actualmente, o eixo das grandes decisões da igreja institucional é partilhado entre um papa fortemente subsidiário das corporações políticas e económicas seculares e cardeais



apresenta-se como um quadro inacabado da eterna luta que se trava entre Deus (assimilado à noção de Igreja) e o Mal (conceito que progressivamente constrói a partir dos factores históricos que se revelam opostos aos interesses da igreja institucional). Neste cenário apocalíptico, o homem apenas intervém como figurante nos combates que decorrem entre as potestades.

Desta posição central decorre toda a filosofia cultivada pelo grande decisor.

A injustiça social, se bem que lamentável, é fruto do pecado original. As desigualdades e a má distribuição da riqueza são inerentes à própria condição humana. Os pobres sempre estarão conosco, para exercício das nossas virtudes cristãs. A verdadeira miséria é a do espírito e não a que a fome e a doença produzem.

No actual grande decisor fundem-se, curiosamente, elementos geradores de todos os fundamentalismos ou conhecimentos, minuciosamente e auto-absolve-se. Entrega-se, de alma e coração, ao projecto dessa Igreja do Milénio que só o pulso firme e a maturidade política de

(continua)

João Paulo II e da sua amada Opus Dei tiveram capacidade para fazer avançar. Na generalidade dos casos, as causas que motivam as posições dos actuais grandes decisores não devem ser confundidas, como no passado, com ambições desmedidas de ordem pessoal. Agora, o espírito da Nova Cruzada, proclamado pelo actual papa em Santiago de Compostela, entranhou-se e alastrou de tal maneira entre as elites da igreja que representa, para cada grande decisor, uma segunda natureza que se lhe cola à pele.

Para ele, eclesiástico ou tecnocrata laico, o princípio da obediência total, em quaisquer circunstâncias, é um dado adquirido e um sinal da Redenção. Há, já na actualidade mas em contínua expansão, toda uma geração de dirigentes religiosos em quem esta convicção básica profundamente se interiorizou.

São eles que nos próximos anos irão comandar os destinos da Igreja. Nenhuma mudança da sociedade os demoverá do seu projecto.

Um «retrato-robot» (cont.)

Para o «príncipe da Igreja», a obediência não representa, todavia, um automatismo cego e uma privação da liberdade de escolha. Na sua visão pessoal, formada ao longo de anos de carreira, a história da humanidade

Os partidos políticos

IV – Características centrais do PCP

a. Um Partido da classe operária e dos trabalhadores

Logo no I Congresso do PCP (Lisboa, XI.1923) é sublinhada «a necessidade de unidade da classe operária como condição indispensável» para que a ameaça facista, que já se sentia em Portugal, fosse destruída.

No VI Congresso (IX.1965), o Congresso decisivo para a preparação pelo PCP e outros democratas do levantamento nacional do 25 de Abril, bem à cabeça do Preâmbulo das conclusões aprovadas se apresenta o PCP como «partidos da classe operária e sua vanguarda», «guia reconhecido e incontestado da classe operária e das massas trabalhadoras», e como «único partido da classe operária e força determinante do movimento nacional contra a ditadura fascista».

O VII Congresso Extraordinário, Lisboa, X.1974, o primeiro após o 25 de Abril, dá a conhecer a composição social do seu Comité Central, de 36 membros: 75% são operários ou empregados.

No XV Congresso, Porto, XII.1996, Carlos Carvalhas, secretário-geral, confirma uma vez mais «a natureza do PCP, de Partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses».

Em 1985, escrevia Álvaro Cunhal em «O Partido com paredes de vidro» (p. 47): «Tomando os últimos seis Balanços Gerais da Organização realizados desde 1977, a percentagem de operários situa-se regularmente entre 57% e 58% — respeitando a operários industriais de 44,2% a 48,8% e a operários agrícolas de 11,9% a 13,2%. Mais de 100.000 operários são atualmente membros do Partido. Como a percentagem de empregados oscilava entre 19% e 20%; o total e operários e empregados mantém-se entre 77% e 78% dos membros do Partido».

Em 1996, nas «Teses (projecto de resolução política)» documento proposto pelo CC para debate em todas as organizações, o Partido mantém-se como organização maioritariamente operária, apesar da ligeira redução do seu número e peso percentual, que seria então (1996) de 53,4% dos efectivos. Sendo, percentualmente, os empregados 20,9%, a soma de operários e empregados representa 74,3% (quase 3/4 dos efectivos), sendo de sublinhar a reter a progressão em valor absoluto, relativamente a 1994, do número de empregados».

b. Um Partido de ideologia marxista-leninista

Uma ideologia é um conjunto organizado de ideias e concepções filosóficas, económicas, políticas, jurídicas, éticas, estéticas, religiosas, científicas, etc., etc., que corresponde à concepção do mundo e aos meios de análise, conservação ou transformação social das classes, dos grandes grupos sociais de cada formação económico-social.

A divisão, confronto e luta das classes antagonicas é a base da luta ideológica e um dos pilares centrais em que assenta a sua autodefinição.

A ideologia pode ser um reflexo verdadeiro ou falso da realidade, susceptível de gerar uma base científica, ou incapaz de o poder fazer. Muito contribui para isso a posição histórica do grupo social que a suporta e lhe dá vida.

Marx morreu há cerca de 115 anos, Lenine há menos de 75. Se o marxismo-leninismo é ainda hoje uma sólida base para o avanço da concepção científica do mundo, um avanço na explicação da vida e um estímulo poderoso para a sua transformação progressista, é por



que ele próprio é um salto revolucionário ideológico. Um salto na transformação da luta de classes a caminho da sua superação, e que tem sido enriquecido e desenvolvido pela obra colectiva, pelo trabalho teórico e prático dos revolucionários da classe operária e dos trabalhadores de todo o mundo. O materialismo histórico e o materialismo dialéctico continuam de pé, crescem e renovam-se, tanto quanto servirem e corresponderem ao próprio desenvolvimento do movimento material e ideal humano.

c. O PCP em números

O crescimento do Partido, a tendência geral para o aumento do número de militantes e membros que compõem o PCP — embora tal não seja um processo contínuo e antes acompanhe à sua maneira os altos e baixos da luta social e política — é, ou deve ser, um movimento real.

Um exemplo significativo: do III Congresso (XI.1943) para o IV Congresso (VII.1946), ambos clandestinos e ilegais, o PCP regista uma subida do número e militantes que faz dele um Partido seis vezes mais numeroso, com cinco vezes mais organismos locais, e que quadruplica a tiragem do Avante!

Em IX.1974, cinco meses sobre o 25 de Abril, em pleno fluxo revolucionário, quando do VII Congresso, o PCP — que se transformara de «um forte partido clandestino de quadros», num «grande partido de massas» — regista já 30.000 membros! Sete meses depois, o seu número sobe para cerca de 100.000! (IV.1975).

Em 1985, mau grado o avanço, desde 1976, do processo contra-revolucionário, Álvaro Cunhal registava um total global de cerca de 200.000 militantes e membros estruturados (200.753, no X Congresso). E anote-se que, segundo dados enunciados pelos próprios partidos, os efectivos do PS rondavam quatro dezenas de milhar e os do PSD menos de cinquenta mil! Mesmo contando com a sua natu-

■ Pedro Ramos de Almeida

reza de partidos dominantes e opressivos, com todo o seu optimismo aritmético era o que conseguíamos somar!

O funcionamento dos dois partidos representativos do poder liberal-monopolista, reduzir-se-ia, em termos gerais, a órgãos de direcção nacional e regional e a correias de transmissão do mando...

Em 1996, vencidas as mais imediatas e perigosas consequências negativas da crise do socialismo do princípio dos anos 90, o PCP

teve uma evolução global favorável (sempre em relação a 1994) mas com alterações diferenciadas conforme a natureza dos organismos. Cresceu o número de organismos correspondentes a organizações por local de residência administrativa (...) têm uma evolução contrária os organismos por local de trabalho/sector profissional, com uma ligeira redução global dos Secretariados de célula (...) enquanto cresce o número de organismos de sector profissional».

lismo democrático. Um exemplo: Em 1906, escreve ele sobre o Congresso de Unificação do Partido Operário Social-Democrata da Rússia — «É preciso obter que todas as organizações operárias exprimam com conhecimento de causa a sua aprovação ou desaprovação de tal ou tal decisão. Na imprensa, nas reuniões, nos círculos, nos grupos, por todo o lado, esta discussão deve ser feita, se tivermos verdadeiramente decidido aplicar o centralismo democrático no nosso Partido; se tivermos decidido conduzir as

i. O Partido e a ligação às massas operárias e trabalhadoras

• A classe operária, e com ela as camadas trabalhadoras, só pode desempenhar o seu papel de



registaria, em Maio, um número total de 140.000 membros, nos termos do Balanço Geral da Organização (Teses, p. 80).

Nesse número, embora «o peso percentual de mulheres continue a aumentar, o seu valor actual (24,4%) mostra-se insuficiente» (Id, p. 80).

d. A organização do PCP

Os problemas de organização de um partido revolucionário dizem sobretudo respeito ao recrutamento, à estruturação, preparação e funcionamento da vanguarda revolucionária, à educação dos seus quadros, à sua ligação às massas trabalhadoras e aos grandes movimentos populares.

Na organização de uma vanguarda da classe operária e dos trabalhadores é decisivo o funcionamento do Partido como um todo, como um colectivo de classe revolucionário e fraterno. O trabalho colectivo, a direcção colectiva, constituem um princípio essencial do Partido Comunista Português. Só a consciência colectiva e de massa permitirá à classe operária, e com ela a largas camadas de trabalhadores, desempenhar o seu papel histórico de coaveira do capitalismo e do imperialismo.

Como diz Álvaro Cunhal em «Rumo à Vitória» (p. 238): «A organização não é uma palavra mágica de que resultem feitos pelo facto de muitas vezes se proferir. (...) A organização é um trabalho consciente e quotidiano. A propagação da necessidade de organizar só tem valor se é acompanhada de um trabalho de organização efectivo.»

A célula de empresa continua a ser «base essencial» do Partido, Diz o art. 32.º dos Estatutos: «A organização partidária deve estruturar-se prioritariamente pelos locais de trabalho.» Que é no trabalho produtivo, na criação de valor, que a classe operária afirma primeiro e centralmente o seu papel revolucionário.

Mas em 1996 as «Teses» para o Congresso assinalam: «O número de organismos

e. A Direcção do Partido

«O estabelecimento da direcção colectiva no nosso Partido foi um processo complexo, irregular e demorado.

Começou pelo Secretariado do CC depois da reorganização de 1940/1941. Alargou-se progressivamente ao Comité Central a partir do III Congresso de 1943 e mais profundamente a partir do IV Congresso de 1946» (Álvaro Cunhal, «O Partido com Paredes de Vidro», p. 72).

A base da direcção, o grande núcleo dirigente, o mais forte esteio directivo do PCP é o seu Comité Central. Assegurar uma direcção central colectiva, política e ideologicamente firme e de classe, acompanhada e reforçada com quadros revolucionários técnicos e especializados e de diversas comissões adjuntas ao CC, que multipliquem a sua projecção — deve ser sempre uma tarefa viva no Partido.

f. A democracia interna

A democracia interna do Partido abrange temas e sectores muito diferenciados: a discussão livre e eficaz das questões ideológicas, políticas e orgânicas; a direcção colectiva dos seus órgãos; a defesa do poder de iniciativa dos membros do Partido, a valorização dos seus direitos e a consciencialização dos seus deveres; a prática corrente e saudável da crítica e da autocritica; o carácter electivo, no topo e na base, dos órgãos dirigentes do Partido, etc., etc. Todos estes aspectos são e devem, aliás, ser discutidos e largamente abordados, na teoria e na prática partidária quotidiana.

g. O centralismo democrático

Interessante é também notar o que Lenine afirmou sobre o estudo da aplicação do centra-

lismo democrático. Um exemplo: Em 1906, escreve ele sobre o Congresso de Unificação do Partido Operário Social-Democrata da Rússia — «É preciso obter que todas as organizações operárias exprimam com conhecimento de causa a sua aprovação ou desaprovação de tal ou tal decisão. Na imprensa, nas reuniões, nos círculos, nos grupos, por todo o lado, esta discussão deve ser feita, se tivermos verdadeiramente decidido aplicar o centralismo democrático no nosso Partido; se tivermos decidido conduzir as

massas operárias à participação consciente na solução dos problemas do Partido.»

Álvaro Cunhal cita o art. 16.º dos Estatutos do PCP, em vigor na altura da edição de «O Partido com Paredes de Vidro» (1985):

«Os Estatutos do PCP (art. 16) definem como princípios do centralismo democrático:

a) A eleição de todos os organismos dirigentes do Partido, da base ao topo; b) A obrigatoriedade de os organismos dirigentes prestarem regularmente contas da sua actividade às organizações respectivas e darem a máxima atenção às opiniões e críticas que estas manifestem ou façam; c) A submissão da minoria à maioria; d) O carácter obrigatório das resoluções e instruções dos organismos superiores; e) A disciplina rigorosa no cumprimento dos princípios orgânicos e disposições estatutárias do Partido e a proibição da existência de fracções ou quaisquer actos fraccionários».

h. A disciplina do Partido

A preparação da revolução e a prática revolucionária exigem uma acção com regras e disciplinada. Mas não se trata, como bem se entende, de uma disciplina militar, unilateral, de puras regras de obediência ao comando. A disciplina partidária para nós é «uma forma de integração voluntária e consciente no trabalho colectivo», para podermos realizar os objectivos revolucionários que nos propomos.

A disciplina que defendemos e praticamos não é uma colecção de regras assentes na multiplicação de sanções. Mais! É uma disciplina que só raramente deve aplicar as sanções mais leves (censura, diminuição de responsabilidades, interdição temporária da actividade) e que só deve recorrer às sanções máximas (exemplo: expulsão), no fundo, exactamente nos mesmos casos em que o militante não teria sido admitido no Partido se as tivesse praticado antes...

Exemplos: actividade notória antipartidária, traição de classe, apropriação abusiva de bens e serviços partidários, etc.

Bibliografia

Álvaro Cunhal: «O Partido com Paredes de Vidro», Edições Avante!, Lisboa, 1985; «O Partido Comunista: da reorganização os anos 40 ao 25 de Abril», separata do «Avante!», de 16.IV.1992 (cons. edição da Universidade Nova de Lisboa)

Errata

No «Avante!» da semana passada, um lamentável lapso privou os leitores do último parágrafo da citação de Álvaro Cunhal, referente ao «brevíssimo índice» de mais de 30 anos de luta (1940/1974). Transcrevemos agora esse parágrafo: «De 1968 a 1974 — a luta no período da agonia de ditadura (...) desenvolvimento da luta democrática em todas as frentes (luta operária, luta sindical, luta dos estudantes, luta contra a guerra colonial, luta nas forças armadas) aproximando-se a crise que conduziu ao 25 de Abril, ao derrocamento da ditadura, à revolução democrática e à instauração da democracia portuguesa.»

PONTOS

CARDEAIS

As garantias do Gomes

«O Governo tem de se atravessar», diz o presidente PS da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, querendo com isso dizer que o Governo do seu partido tem de lhe dar garantias, mais, tem que se comprometer com uma série de investimentos para o Norte, se quer que ele se recandidate à presidência do município da Cidade Invicta. Trata-se de uma nova modalidade de candidatura autárquica: em vez de promover coisas ao eleitorado local, exige garantias bancárias ao Governo central; se há-de preocupar-se em redigir um programa sobre o município e os seus problemas, alinhava uma lista de cheques visados; ao invés de encabeçar a candidatura do seu partido, desata à cabeçada ao partido para que este lhe pague a candidatura com o erário público; em vez de se apresentar às eleições para disputar um resultado, disputa dinheiros públicos que lhe garantam uma vitória antecipada. Afinal, Alberto João Jardim já está a fazer escola - e não é no PSD...

«Berrando e gritando»

Mas não é apenas a candidatura de Fernando Gomes que, no Porto, anda obcecada com os dinheiros. Carlos Azeredo, o general-candidato que, curiosamente, quanto mais abandonado se vê pelos seus apoiantes PSD-PP mais entusiasmado se mostra, surgiu agora a exigir que o município portuense lhe apresente o montante da sua dívida pública, sem o que se recusa a apresentar projectos concretos. Também não está mal lembrado. Dado não se atrever, como Gomes, a pedir ao Governo dinheiro antecipado para garantir as suas «obras», exige, ao menos, que lhe dêem as contas antecipadas para alimentar as suas promessas. Após tão insólita estratégia, o general-candidato não se esqueceu de mostrar coragem e acrescentou que, caso seja eleito, ou «fica a dever mais» ou vai «arranjar dinheiro ao Governo, nem que seja berrando, gritando, indo para lá...». Com um balanço destes, efectivamente esta

candidatura é capaz de estar a ir mais para lá do que para cá.

Romarias

No PSD, a coisa autárquica também anda animada. Agora é o problema de Marco de Canavezes, a cuja concelhia a direcção distrital do PSD impôs,

sem lhe dar cavaco (nem esse nem «o outro»), uma aliança PSD-PP, tudo para dar ao pêpê Avelino Ferreira Torres o seu quinhão da caldeirada nortenha em que os dois partidos andam envolvidos.

A concelhia do PSD local não gostou, protestou... e acabou sumariamente demitida pela distrital

pêpê chefiada por Luís Filipe Meneses.

Só que os laranjas locais não gostaram nem acataram o despejo, desatando a escrever cartas e queixas à patroa máxima dos conflitos internos, a dra. Leonor Beleza. Nem um postal tiveram como resposta, pelo que, à terceira missiva não respondida, decidiram ir de camioneta a Lisboa, em romagem de protesto. O País aguarda, perdido de riso, o aluguer do autocarro.

Governar por telemóvel

Não há dúvida que a campanha eleitoral autárquica promete ser bastante alegre, pelo menos a Norte do País. Em Gondomar, o candidato do PS, Pedro Baptista, anda tão obcecado com o presidente da edilidade, o inefável Valentim Loureiro, que não está de modas e denuncia-o por exercer diversos cargos públicos incompatíveis com a gestão camarária. E pormenoriza: «Ninguém pode ser presidente da Liga de Clubes, ajudante do presidente do Boavista, cônsul da Guiné, administrador de empresas falidas, administrador de empresas a falir, contratador de Jacarés (nome de um dos jogadores do plantel do Boavista) e presidente da Câmara de Gondomar». Despejado este fino aluvião sobre o major, Pedro Baptista conclui, demolidor, que Valentim Loureiro «governa Gondomar por telemóvel». Aqui, será melhor Pedro Baptista usar de cautelas. É que o uso do telemóvel não é um exclusivo de Valentim Loureiro. Além de que nunca se deve dizer que deste telemóvel não telemoverei...

Os cães de guerra

Ficou tudo muito chocado, e com razão, com a atitude dos *talibans* que dominam actualmente o Afeganistão, ao deterem a sua convidada oficial Emma Bonino, comissária da Comissão Europeia, só porque os jornalistas da sua comitiva filmaram mulheres num hospital, o que vai contra o fundamentalismo maníaco dos novos senhores de Cabul.

Só que, na hora da indignação contra esta e outras muito mais graves violências dos *talibans*, ninguém se lembrou de referir que foram os EUA, no tempo da guerra-fria e na sua obsessão de arranjar opositores ao regime do Afeganistão apoiado pelos soviéticos, que organizaram, treinaram e financiaram estes agora temíveis fundamentalistas, recrutando-os por acaso numa minoria étnica afegã já dada aos paroxismos religiosos. Treinaram os cães de guerra e agora queixam-se...



PONTOS

NATURAIS

Redacção sobre a fruta

Explicação

O supermercado onde me avio é, no sector da fruta, um espectáculo.

Ouçó dizer que em cada dia centenas de quilos vão fora.

Eu sei que a fruta é espanhola. Mas deve haver para o facto outra explicação.

História infantil

Quando eu era pequeno (por outra: quando era mais pequeno...) havia no quintal uma figueira que dava para a estrada. Os figos nunca chegavam a amadurecer. Verdes, desapareciam.

Vim um dia a saber que por ali passavam as crianças do acampamento cigano.

A partir desse instante, quem principiou a amadurecer fui eu.

A sombra

Manhã. Na «Praça da Alegria» está um médico a dizer que é importante comer fruta (as vitaminas, as fibras...)

Certo, doutor. Obrigadinho pelo seu conselho.

Entretanto há uma sombra que vai minando as árvores.

Os brincos

Todos os anos o António manda do seu Fundão uma bojuda caixa de cerejas.

Nem lhe agradeço nem lhe agradeço.

Fascinado por aquele abraço com brincos de cereja.

Uma cena com uvas

Aquelas uvas vinham do Chile

(era no tempo em que as uvas portuguesas tinham de esperar, mais algum tempo)

Foi então que em cada bago vi reflectida a imagem de Pinochet.

Dois passos adiante voltei atrás.

— Desculpem... (disse-lhes em voz alta).

Ao lado olharam para mim com um ar estranho. De facto, há cada vez mais pessoas na cidade a falarem sozinhas.

Mário Castrim

AGENDA



ALCANENA

Apresentação pública dos candidatos e Programa Eleitoral da CDU, com a presença dos cabeças de lista em Alcanena, Santarém, Torres Novas, Golegã e Constância e ainda de **José Casanova**, que ali apresentarão o **Protocolo de Cooperação sobre Ambiente** entre as candidaturas de Santarém e Alcanena: sábado, 4, às 17h, na sede da CDU em Alcanena. Abertura da exposição sobre «A obra da CDU no distrito de Santarém».

BENAVENTE

Jantar de apresentação dos candidatos CDU no concelho, com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**: sexta-feira, 3, às 20h, no Restaurante «Miradouro».

BRAGANÇA

Almoço de apresentação das 12 candidaturas da CDU às presidências das Câmaras e Assembleias Municipais do distrito de Bragança: sábado, dia 4, às 12h30, no «Restaurante Académico» com a participação de **António Lopes**. O almoço será antecedido de uma reunião de trabalho de todas as candidaturas sobre a campanha eleitoral (a partir das 10h30, no CT do PCP de Bragança).

COVILHÃ

Semana do Reformado, de 30 de Setembro a 6 de Outubro: contactos e reuniões com **organizações representativas de reformados e idosos**, designadamente **Associação de Socorros Mútuos, Lar de S. José, Associações de Reformados da Covilhã e de Unhais da Serra, Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade de Tortosendo**.

ÉVORA

Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia da **Sra. da Saúde**, com a presença dos candidatos à CM e AM de Évora: **hoje**, dia 2, às 20h30, no Largo Principal (Bº da Sra. da Saúde).

LOURES

S. João da Talha - Vídeo-Festa com a Banda «Sem Nexos»: sábado, 4, no Jardim de Vale Figueira, às 21h30. **Unhos/Catujal** - Visita dos **candidatos jovens** das listas CDU ao Bairro do Talude Militar: sábado, 4, a partir das 10h. **Prior Velho** - Distribuição de «Presta contas» sobre Tempos Livres, com a participação de **Olinda Nunes**: sábado, 4.

MOURA

Jantar de apresentação dos candidatos a todos

CDU

para fazer
o que é preciso

PCP-PEV



os órgãos autárquicos do concelho: sábado, 20h30, no 1º andar do Mercado Municipal de Moura, com a participação de **José Soeiro**.

OEIRAS

Encontro de candidatos e activistas da CDU do concelho de Oeiras: sábado, dia 4, das 14h30 às 18h30, no Grupo Recreativo de Tercena, com a participação de **Arnaldo Pereira** e **Celórico Moreira** (candidatos às presidências da CM e AM, respectivamente) e de **Luís Sá**.

PAREDES

Parada de Todeia - Reunião de activistas e apoiantes da CDU: no Salão da Junta de Freguesia, sexta-feira, 3, às 21h30.

SEIXAL

Encontro Concelhio da CDU, com a participação de candidatos, activistas, amigos da CDU: sábado, 4, a partir das 14h30, no I.F.C. Torrense, **Torre da Marinha** (Arrentela).

SINTRA

Massamá - Jantar de apresentação da candidatura de **Teotónio Dias** à Freguesia: na sede CDU-Massamá (R. da Milharada, Lote A, Loja D), a inaugurar na ocasião. Participa **Lino Paulo**.

Expo CDU-Sintra no Jardim de Queluz - De 1 a 8 de Outubro (entre as 16 e as 23h de 2ª a 6ª, Sábado e Domingo das 10 às 23h).

Sede da Candidatura CDU-Sintra - Na R. Elias Garcia, 87-A, Edifício Cacém, no Cacém: a inaugurar terça-feira, 7, às 21h30.

TORRES NOVAS

Broqueira - Apresentação dos candidatos à Assembleia de Freguesia: convívio com a presença de **Carlos Tomé** e **Luísa Mesquita**, sábado, dia 4, às 12h, no Centro Cultural e Recreativo Humberto Delgado.

VILA DAS AVES

Festa Aberta na Praceta das Fontainhas, Sábado, 4, a partir das 20h. **Intervenções musicais de Genocid Lacrima - José Moraes; Kormoss Withering - Quarteto de Cordas. Presença dos candidatos CDU de Vila das Aves, dos candidatos à CM e AM de Santo Tirso e de Ilda Figueiredo, candidata à presidência da CM do Porto.**

FARO

4 de Outubro. CT do PCP. ENCONTRO REGIONAL DA JUVENTUDE CDU - ALGARVE.

ARRENTELA

3 de Outubro - 21h. A Juventude CDU abre a sua Sede e Faz Festa no Largo da Fonte, junto ao Rio: Música ao vivo - Animação de rua - Bar - Porque estou com a CDU.

Carlos Carvalhas com a CDU

● Em Loures - No jantar-convívio de apresentação dos cabeças de lista aos órgãos autárquicos de todo o concelho de Loures: sexta-feira, 3, às 20h30, no Pavilhão do Sacavenense.

● Na Madeira - No Encontro Regional da CDU que decorrerá no Hotel Buganvília, no Funchal, no próximo sábado, 4. O Secretário-geral do PCP intervirá na sessão de encerramento, prevista para as 18h.

● Em Salvaterra de Magos - No almoço-convívio de apresentação dos candidatos CDU: no restaurante «A Grelha», em Marinhas: domingo, dia 5.

● Em Palmela - No Encontro Distrital da Juventude CDU de Setúbal que decorrerá na Casa do Lavre (frente ao Cineteatro S. João): domingo, dia 5, à tarde.

● Em Alcácer do Sal - Na visita à Feira de Santiago, aonde se desloca acompanhado por eleitos e candidatos do concelho: domingo, dia 5, a partir das 18h.

ACTIVIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DO PCP

Encontro Nacional de Quadros Professores do PCP

Lisboa - Centro de Trabalho Vitória

Sábado, 4 de Outubro, das 10h30 às 13h e das 14h30 às 17h30

LISBOA

Célula dos CTT - Plenário para discussão da situação social nos Correios e eleições autárquicas: hoje, dia 2, às 18h, no CT Vitória.

Célula da Mouraria - Plenário dos Núcleos de Santa Justa e Socorro sobre as eleições autárquicas (preparação de listas e programas, campanha eleitoral): sábado, 4, às 15h no Centro de Convívio da Junta de Freguesia de Santa Justa.

Sector da Saúde da ORL - Plenário sobre a situação política e eleições autárquicas e sobre a situação na área da Saúde: segunda-feira, 10, às 17h, no CT Vitória.

Ministérios da Economia e da Agricultura - Plenário dos militantes da Organização, para discussão da campanha eleitoral: quarta-feira, 8 às 18h, no CT Vitória.

SEIXAL

Célula dos Trabalhadores da CM - Plenário sobre as eleições autárquicas e a participação da Organização na Festa do Avante: dia 8 às 17h30, no CT do Seixal, dos camaradas da **Zona do Seixal**, e dia 9 às 16h30, no Ref. dos Serviços Sociais da Câmara, dos camaradas da **Zona do Fogueteiro**.

Casal do Marco - Plenário de militantes da Organização Local sobre eleições autárquicas e questões de organização.

SETÚBAL

Plenário concelhio de militantes sobre as eleições autárquicas - Sábado, às 15h, no Centro de Trabalho do PCP no Edifício Arrábida, com a participação do camarada **Ruben de Carvalho**, candidato da CDU à presidência da CM.

Searas do Porvir

Exposição no Palácio Galveias

comemorativa do 50.º aniversário da fundação do MUD Juvenil

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DA JUVENTUDE LUTA
A JUVENTUDE LUTA pelo futuro da Pátria
-Semana da Juventude-
21 a 29 de Março de 1947

Inauguração:
dia 8
de Outubro,
às 18h30,
com a presença
do Presidente
da República,
Dr. Jorge
Sampaio.



(A exposição estará patente ao público até final de Outubro)

Festa da Juventude CDU

SANTIAGO DO ESCOURAL

Dias 3, 4 e 5 de Outubro/97

na Praça da República (junto ao Mercado)

Uma Festa com:

- Teatro
- Futebol, desportos radicais, jogos tradicionais, ...
- Bailes, concursos de dança, Karaoke, ...

Para proporcionar:

1. Cultura
2. Desporto
3. Divertimento

CDU é obra!

Quinta, 2

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Isto Só Vídeo
14.20 Força de Mulher
15.15 Na Paz dos Anjos
15.50 Carmen
17.20 País País
17.40 País Regiões
18.00 Futebol: Donetsk-Boavista
20.00 Telejornal
20.50 As Lições do Tonecas
21.25 A Grande Aposta
22.25 Maria Elisa
00.15 24 Horas
01.05 Antestreia: «Contacto»
01.40 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 A Lei das Ruas
17.00 O Polvo
18.00 Informação Religiosa
18.15 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Basquetebol
21.00 Acontece
21.25 Amigos por Acaso
22.00 Jornal 2
22.35 Viagem Fantástica
(de Richard Fleischer, EUA/1966, com Stephen Boyd, Raquel Welch, Edmond O'Brien, Donald Pleasence, Arthur Kennedy. Ficção Científica / Aventuras)
00.15 A Dor da Bélgica
01.10 Magazine

SIC

09.10 Buérré
11.00 Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Um Homem de Sorte
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 A Indomada
22.30 Paródia Nacional
24.00 Último Jornal
00.25 O Cliente
01.45 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Caprichos
15.45 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Animação
18.25 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Asteroide
00.55 Doido por Ti
01.30 Fora de Jogo
01.50 A Balada de Hill Street



Sexta, 3

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Olho Clínico
14.30 Reformado e Mal Pago
15.05 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
16.40 Carmen
17.45 Casa de Artistas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 A Grande Aposta
21.50 A Maluquinha de Arroios



«A Maluquinha de Arroios», de André Brun, numa re-criação de Filipe La Féria

23.40 A Toca de Robin
00.10 24 Horas
01.00 Vietnam em Chamas
(de Thierry Notz, EUA/1993, com Michael Ironside, Martin Sheen, Matt Salinger. Acção / Guerra)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
17.00 O Polvo
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.25 Sonhos Perdidos
22.00 Jornal 2
22.35 Os Eleitos
(de Philip Kaufman, EUA/1983, com Sam Shepard, Scott Glenn, Ed Harris, Dennis Quaid, Fred Ward. Ver Destaque)
01.45 A Dor da Bélgica
02.40 Estranhas Circunstâncias
03.30 Música Maestro - «Mozart - Sinfonia nº 39»

SIC

09.10 Buérré
11.00 Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Um Homem de Sorte
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
21.00 Srs. Doutores
21.30 A Indomada
22.30 Supermodel 97
24.00 Os Donos da Bola
03.00 Último Jornal
03.25 Os Astronautas
04.55 Noite de Detectives
(Perry Mason: Um Caso de Pele, telefilme de Christian Nyby, EUA/1992); Sherlock Holmes em Nova Iorque, telefilme de Boris Sagal, EUA/1976); Perry Mason: Crime no Talk-Show, telefilme de Christian Nyby, EUA/1993). Policiais)

TVI

10.05 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Caprichos
15.45 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Animação
18.25 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Pretender
23.00 Assalto no Ar
(de Charles Correll, EUA/1996, com Susan Batten, James Brolin, Michael Gross, Anthony Michael Hall. «Thriller»)
01.25 Doido por Ti
02.00 Fora de Jogo
02.15 A Balada de Hill Street



Grelhas novas séries velhas...

Sábado, 4

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
09.45 Casamento da filha do rei de Espanha
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Documentário
14.35 Top +
15.50 La Femme Nikita
17.00 Antenas no Ar
18.45 Jet 7
19.20 Riscos
20.00 Telejornal
20.30 Há Horas Felizes
21.25 Futebol: Braga-Benfica
24.00 The Hunger
00.35 24 Horas
01.10 A Trama

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Moon Shot
12.05 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
18.05 A Costureirinha da Sé
(de Manuel Guimarães, Port/1958, com Maria de Fátima Bravo, Alina Vaz, Jacinto Ramos, Baptista Fernandes. Melodrama)
19.50 Bom Bordo
20.20 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Aldous Huxley»
21.10 Philippe Marlowe, O Detetive
22.05 Horizontes da Memória
22.35 Teatro: «O Processo de Camilo e Ana Plácido»
01.15 Assalto ao Monte Vermelho

SIC

(de Derek Horne, Gr.Br./1974, com Edward Woodward, Carl Mohner, Catherine Schell, Eric Pater. Espionagem)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno
13.00 Ellen III
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Sinais do Tempo
20.00 Foyer - «Bernard Herrman»
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
23.00 Sentimento
(de Luchino Visconti, It./1954, com Alida Valli, Farley Granger, Massimo Girotti, Heinz Moog, Rina Morelli. Ver Destaque)
01.00 O Guia do Sexo
01.30 Musical

SIC

08.00 Buérré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.50 A Sentinela
16.00 Marshall
17.00 Mortinho por Chegar a Casa
(de Carlos da Silva e George Sluizer, Port./1996, com Diogo Infante, Maria d'Aires, Huub Stapel. Ver Destaque)
19.00 Sonho Meu
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.50 Salsa e Merengue
22.45 Big Show Sic
01.40 Último Jornal
01.55 Afirma Pereira
(de Robert Faenza, It./Port./1994, com Marcello Mastroianni, Joaquim de Almeida, Mário Viegas. Drama)
03.45 Noite de Artistas
(Viagem a Lisboa, filme de Wim Wenders, Alem./Port./1995; Assassinos Natos, filme de Oliver Stone, EUA/1994. Ver Destaque)

TVI

09.30 Animação
10.00 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.20 Cousteau: As Novas Descobertas
15.15 Adultos à Força
16.15 O Rei da Evasão
(de Caleb Dechanel, EUA/1982, com Griffin O'Neal, Raul Julia, Teri Garr, Joan Hackett. Drama)
18.00 Feed Back
19.10 Desafios
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.25 Edição Especial
23.25 Picket Fences
00.20 O Último Combate de Bruce Lee
(de Robert Clouse, Hong-Kong/1978, com Bruce Lee, Gig Young, Dean Jagger. Artes Marciais)

Domingo, 5

RTP 1

08.00 Infantil
11.10 Sem Limites
11.50 Último Nivel
12.25 Superbêbés
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Os Andrades
15.35 Kung Fu
17.00 Nós Somos Anjos - 5
(de Reggero Deodato com Bud Spencer, Philip Michael Thomas, Erik Estrada. Acção)
18.45 Casa Cheia
19.20 Riscos
20.00 Telejornal
20.50 Casa de Artistas (Final)
22.25 Domingo Desportivo
00.15 24 Horas
01.00 Polícias em Acção

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Moon Shot
12.05 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
18.05 A Costureirinha da Sé
(de Manuel Guimarães, Port/1958, com Maria de Fátima Bravo, Alina Vaz, Jacinto Ramos, Baptista Fernandes. Melodrama)
19.50 Bom Bordo
20.20 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Aldous Huxley»
21.10 Philippe Marlowe, O Detetive
22.05 Horizontes da Memória
22.35 Teatro: «O Processo de Camilo e Ana Plácido»
01.15 Assalto ao Monte Vermelho

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 Hércules
16.00 Cidade Escaldante

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 Hércules
16.00 Cidade Escaldante



Margarida Marante de regresso com «Esta Semana», na SIC

17.00 Beethoven
(de Brian Levant, EUA/1992, com Charles Grodin, Bonnie Hunt, Dean Jones. Comédia)
19.00 Sonho Meu
20.00 Jornal da Noite
20.45 Chuva de Estrelas
22.15 Salsa e Merengue
23.15 A Morte Fica-lhes Tão Bem
(de Robert Zemeckis, EUA/1992, com Meryl Streep, Bruce Willis, Goldie Hawn, Isabella Rossellini. Ver Destaque)
00.45 Último Jornal
01.15 João Soares
02.15 Terna é a Noite
(A Loira e o Detetive, filme de Armando Mastroianni, EUA/1994; Irresistível Tentação, filme de Jorge Montesi, EUA/1994; A Testemunha do Crime, filme de Brian de Palma, EUA/1984. Dramas)

TVI

09.30 Animação
10.00 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.20 Cousteau: As Novas Descobertas
15.15 Adultos à Força
16.15 O Rei da Evasão
(de Caleb Dechanel, EUA/1982, com Griffin O'Neal, Raul Julia, Teri Garr, Joan Hackett. Drama)
18.00 Feed Back
19.10 Desafios
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.20 Africando
23.15 Futebol (Campeonato Italiano)
01.00 Vermelho
(de Krzysztof Kieslowski, Fr./1994, com Irène Jacob, Jean-Louis Trintignant, Jean-Pierre Lorit. Ver Destaque)

Segunda, 6

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.40 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório - Qualidade de Vida
14.30 Nico d'Obra
15.05 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
16.40 Carmen
17.15 Jogos sem Fronteiras
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Setúbal-Porto
23.00 Grande Aposta
00.15 24 Horas
00.50 A Toca de Robin
01.35 Horizontes de Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 O Polvo
17.50 Informação Religiosa
18.20 Universidade Aberta
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.30 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.35 A Escultora
23.35 Glen ou Glenda?
(de Ed Wood, EUA/1953, com Bela Lugosi, Dolores Fuller, Daniel Davis, Ed Wood. Ver Destaque)
00.35 Falatório

SIC

09.10 Buérré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Um Homem de Sorte
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Indomada
21.30 Gala de Aniversário

SIC

09.10 Buérré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Um Homem de Sorte
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Indomada
21.30 Gala de Aniversário

SIC

00.30 Último Jornal
00.40 Raízes Urbanas
03.10 A Noite É um Espectáculo
(Hello Dolly, filme de Gene Kelly, EUA/1969; O Espectáculo Vai Começar, filme de Bob Fosse, EUA/1979; Febre de Sábado à Noite, filme de John Badham, EUA/1977. Musicais. Ver Destaque)

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.40 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Animação
18.20 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 Directo XXI
22.00 Futebol
23.50 Linha de Fundo
01.00 Doido por Ti
01.35 A Balada de Hill Street

Terça, 7

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.40 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório - Justiça
14.15 Lições do Tonecas
14.45 Força de Mulher
15.25 Na Paz dos Anjos
16.00 Carmen
17.15 Made in Portugal
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Não Há Duas sem Três
21.50 A Grande Aposta



O «Século do Povo» em novos episódios. À quarta, na SIC

22.50 Riso, Mentiras e Vídeo
24.00 86-60-86
00.40 24 Horas
01.30 Magazine

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.05 O Polvo
18.05 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.25 A Grande Barraca
22.00 Jornal 2
22.35 A Escultora
23.35 O Rosto Escondido
(de Ed Wood, EUA/1954, com Timothy Farrell, Lyle Talbot, Steve Reeves, Herbert Rawlinson. Policial.)
00.35 Jovens Flamencos

SIC

09.10 Buérré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Um Homem de Sorte
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Imagens Reais
21.20 A Indomada
22.30 Paródia Nacional
24.00 Último Jornal
00.25 Testemunha Silenciosa
01.45 Vibrações

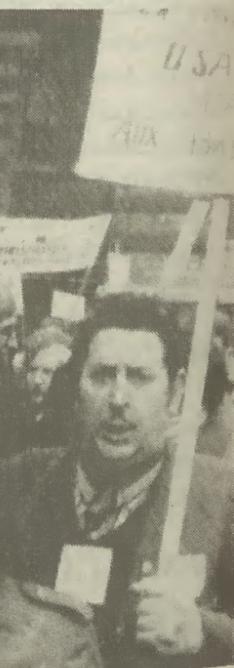
TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.45 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Animação
18.20 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 Directo XXI
22.00 Savannah
23.00 A Violada
(de John Patterson, EUA/1990, com Veronica Hamel, Lee Grant, Ray Baker, Judd Hirsch. Drama)
00.55 Doido por Ti
01.50 A Balada de Hill Street

Quarta, 8

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.40 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório - Consumo
14.30 Nós os Ricos
15.15 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
16.40 Carmen
17.15 Riso, Mentiras e Vídeo
19.00 País País
19.25 Vamos Jogar no Totobola
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 A Grande Aposta



O «Século do Povo» em novos episódios. À quarta, na SIC

21.25 Enviado Especial
22.25 A Lei de Dredd
(de Danny Cannon, EUA/1995, com Sylvester Stallone, Armand Assante, Rob Schneider. Ficção Científica)
23.30 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.05 O Polvo
18.10 Informação Religiosa
18.35 Euronews
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.25 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.35 A Escultora
23.25 A Noiva do Monstro
(de Ed Wood, EUA/1955, com Bela Lugosi, Tor Johnson, Tony McCoy. Ficção Científica)
00.35 Falatório
01.30 Onda Curta: «O Fosso e o Pêndulo»

SIC

09.10 Buérré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Um Homem de Sorte
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Fantasma
21.30 A Indomada
22.20 Casos de Polícia
23.20 O Século do Povo
24.00 Toda a Verdade
00.20 Último Jornal
00.45 A Besta
02.15 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.45 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Animação
18.20 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 Directo XXI
22.00 O Príncipe das Marés
(de Barbra Streisand, EUA/1991, com Barbra Streisand, Nick Nolte, Blythe Danner. Ver Destaque)
00.25 Doido por Ti
01.05 Desporto
01.55 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Os Eleitos

(Quinta, 22.35, RTP2)

Em 1947, nos ares sobre o deserto da Califórnia, *Chuck Yeager* ultrapassa a barreira do som. Outros pilotos de ensaio haviam encontrado a morte em tentativas semelhantes. 10 anos mais tarde, começa a «corrida ao espaço» entre americanos e soviéticos e os futuros astronautas são recrutados de entre estes pilotos de ensaio. Entretanto, *Chuck Yeager* continua cá em baixo, a tentar bater recordes. *Os Eleitos* é um filme extremamente bem escrito e realizado, não isento de humor, emoção ou espectacularidade, sobre a «conquista do espaço» pelos americanos, em resposta à primeira experiência de



Um fotograma de «Os Eleitos», de Philip Kaufman



Bruce Willis e Meryl Streep, em «A Morte Fica-lhes tão Bem», de Robert Zemeckis



Irène Jacob, em «Vermelho», de Krzysztof Kieslowski



Nick Nolte e Barbra Streisand, em «O Príncipe das Marés», realizado por esta última

como Meryl Streep, Goldie Hawn ou Bruce Willis. Chegará?

Vermelho

(Domingo, 01.00, TVI)

Último filme da trilogia «Trois Couleurs» do realizador *Krzysztof Kieslowski*, *Vermelho* conta-nos a história de uma jovem modelo cujo trajecto se cruza por puro acaso como de um juiz reformado, o que a leva a aprofundar o conhecimento do mundo secreto do seu amante. Um retrato da sociedade contemporânea, situado em Genebra, na Suíça, com dois bons papéis de Irène Jacob e Jean-Louis Trintignant.

Gagarine. Realizado por *Philip Kaufman*, com *Sam Shepard*, *Scott Glenn*, *Ed Harris* ou *Dennis Quaid*.

Mortinho por Chegar a Casa

(Sábado, 17.00, SIC)

Grande sucesso de bilheteira, este filme nacional conta-nos a história de um «fantasma» (o «espírito» de um emigrante português na Holanda) que regressa à Pátria e, mesmo assim, não deixa de se meter em sarilhos... Realizado por *Carlos Silva* e *Georg Sluizer* e com *Diogo Infante* no principal papel, uma comédia de qualidades a confirmar.

Sentimento (Sábado, 23.00, RTP2)

Chegado à 7ª arte a partir do seu interesse pelos cenários e pela deco-

ração, *Luchino Visconti* sempre se revelou, ao mesmo tempo, um realizador fortemente empenhado num cinema social de que *A Terra Treme* e *Obsessão* são alguns dos exemplos maiores no início da sua carreira - tendo sido este último considerado um autêntico manifesto do *neo-realismo* no cinema italiano. A sua reputação de encenador teatral frequentemente o aproximou do mundo da ópera, tendo ficado célebres as suas encenações de *Rossini*, *Donizetti* ou *Bellini* para a *Callas*. Num certo sentido, a obra-prima que a *TV 2* hoje nos oferece - *Sentimento* - pode bem considerar-se um *filme-ópera* em que o realizador parte de um argumento de *Boïto* e da música de *Bruckner* para encenar este *melodrama* situado entre Verona e Veneza em meados do séc. XIX que tem como protagonistas principais uma condessa italiana casada e um jovem oficial austríaco. Uma obra-prima de grande refinamento visual e estético, magnificamente interpretada por *Alida Valli* e *Farley Granger*.

Glen ou Glenda

(Segunda, 23.00, RTP2)

Se tudo correr como está anunciado (mas com a RTP nunca se sabe o que passa pela cabeça dos programadores) começa hoje um ciclo de «Cinco Noites, Cinco Filmes» no qual serão projectados cinco filmes de *Ed Wood*, unanimemente considerado um dos piores realizadores cinematográficos de todos os tempos e objecto de um filme biográfico impagável dirigido por *Tim Burton*. O interesse na visão deste ciclo deve entender-se, assim, de um ponto de vista meramente cinéfilo, pois as obras previstas são, todas elas, absolutamente intragáveis e inenarráveis enquanto Cinema com C grande. Até quarta-feira: *Glen ou Glenda*, *Jail Bait* e *A Noiva do Monstro*. Deste ponto de vista, a não perder!

O Príncipe das Marés

(Quarta, 22.00, TVI)

Há um treinador de futebol americano, com problemas no casamento, que parte para Nova Iorque. Há uma psiquiatra (também farta do marido) que tenta curar os males da irmã daquele (que havia tentado suicidar-se), procurando mergulhar no seu passado. Há o progressivo envolvimento entre o treinador e a psiquiatra, que começam a sentir-se atraídos um pelo outro. Mas o nosso «herói», ao tocar nas feridas desse passado comum, acaba por desvendar as razões da tragédia que acontecera na meninice de ambos... Um filme «puxando à substância», fortemente dramático, contado sobretudo em *flash-backs*, e com uma forte interpretação de *Nick Nolte* (que esteve à beira de receber um dos 7 Oscars para que o filme foi nomeado). E, entretanto, para além de constantemente nos espantarmos com o tamanho e o verniz das unhas de *Barbra Streisand* (!), ficamos sem saber se, neste filme, ela é pior actriz do que realizadora - embora o profissionalismo e a capacidade «industrial» de que se fez rodear disfarce, à superfície, os lugares comuns da realização de um filme que chegou a embasacar certos sectores da crítica americana.

A Morte Fica-lhes tão Bem

(Domingo, 23.15, SIC)

Dirigida por *Robert Zemeckis* (*Regresso ao Futuro*, *Quem Tramou Roger Rabbit*, *Forrest Gump*), esta comédia negra de resultados cinematográficos apenas medianos explora os complexos das artistas de cinema que vão envelhecendo e tentam ultrapassar, das mais variadas maneiras, esse problema. Repleta de «efeitos especiais», parece tratar-se de um espalhafatoso produto de entretenimento, com vedetas



Dolores Fuller e o próprio Ed Wood, em «Glen ou Glenda», realizado por este último

O Cinema no aniversário da SIC

Na programação especial que organizou para comemorar o seu aniversário (*Ver «Programação da TV»*), a SIC escolheu, para as três madrugadas entre 3 e 7, cerca de uma dúzia de filmes, que agrupou, respectivamente, em quatro sessões temáticas: «Noite de Detectives», «Noite de Artistas», «Terna é a Noite» e «A Noite é um Espectáculo». Da primeira, constituída à base de telefilmes policiais (dois dos quais da eterna série «*Parry Mason*»), nada há de particular a destacar. Também na terceira, nem sequer a inclusão de «*A Testemunha do Crime*» (de *Brian de Palma*) vem conferir-lhe interesse, já que se trata de um filme menor do realizador. Apenas na segunda e quarta madrugadas há alguns filmes que merecem destaque, por bons e maus motivos. Por exemplo, «*Viajem a Lisboa*», encomendado ao realizador alemão *Wim Wenders* por *Lisboa-94*, *Capital da Cultura*, e considerado pelo próprio como uma contribuição para o centenário do cinema, é a terceira experiência cinematográfica do cineasta na capital portuguesa. Desta vez, neste filme-documentário, a câmara debruça-se mais profundamente do que nunca na fotogenia e carácter de Lisboa ao acompanhar as deambulações de um engenheiro de som que estuda tecnicamente os locais para a rodagem de um filme. Nos papéis principais, o destaque vai para *Teresa Salgueiro* (*Madredeus*) e para uma «peminha» feita por *Manoel de Oliveira*. Já em relação a «*Assassinos Natos*», as refe-

rências recordam-nos as polémicas que rodearam este filme de *Oliver Stone* que se debruça sobre a trajectória de um casal de jovens delinquentes que espalha o terror à sua volta numa série de crimes rodeados da maior crueldade. O filme foi objecto das críticas mais ferozes e radicais por, segundo alguns (e numa apreciação certa), apenas se comprazer em dar a ver a mais hedionda das violências, como se de um *reality show* se tratasse.

Do quarto «pacote» de filmes (os musicais) «*Hello Dolly*» é um completo falhanço de *Gene Kelly* na realização. Em «*O Espectáculo Vai Começar*», um filme-espectáculo de *Bob Fosse* sobre os bastidores do *music-hall*-espectáculo, o brilhantismo de alguns dos números e bailados encenados - em particular, o arranque do filme ao som da versão de *George Benson* para o tema «*On Broadway*» - está bem presente; mas o longo e quase ruminante final vem roubar a indispensável frescura e «sentido de tempo» de que os grandes «clássicos» do género jamais abusaram. Quanto a «*Febre de Sábado à Noite*» (*John Badham*) é evidente que «tudo» aqui está neste filme para que ele se tenha tornado, no género, um dos grandes êxitos populares dos anos 70: a poderosa capacidade do cinema industrial, apoiando um realizador eficaz, a música dos *Bee Gees*, e naturalmente a desenvoltura do *Travolta*-dançarino (mais do que do *Travolta*-actor), na sua «ruidosa» estreia no cinema.

De São Bento, sem retoques

■ Correia da Fonseca

No passado dia 22 apressei-me a ligar, via cabo, para o canal que desde aquela data traz ao meu televisor as sessões integrais do Parlamento. Calhou estreir-me com uma intervenção do deputado comunista António Filipe, que apresentava um projecto de diploma visando assegurar que pais e encarregados de educação possam acompanhar de facto, e não apenas de jure, a vida escolar dos seus garotos. Nunca tinha pensado nas dificuldades, por vezes decerto extremas, que um pai terá para, em certos dias estar ausente do seu emprego a fim de poder comparecer a um contacto com os professores, a uma reunião de pais: na desprotecção legal perante o patronato, no custo financeiro que a falta lhe implicará, noutras eventuais consequências nocivas no plano laboral. Nunca pensara eu mas, pelos vistos, pensara o PCP, que por essas e por outras justifica a sua condição de partido dos trabalhadores. Lá estava António Filipe a fazer prova disso, simultaneamente na bancada de S. Bento e em minha casa, e gostei de que fosse assim. Sobretudo na esperança de que outros estariam, como eu, a ver e ouvir o deputado, ainda que por enquanto talvez poucos mais.

Curiosamente, não consegui encontrar na Comunicação Social qualquer referência a mais esta iniciativa legislativa do Partido Comunista Português, embora deva reconhecer que não fiz uma busca exaustiva. Reflecti então, como aliás era praticamente inevitável, que este novo canal da TV por cabo vai permitir talvez que saiam de uma espécie de forçada clandestinidade muitos factos ocorridos na AR, de outra forma irremediavelmente rejeitados pelos filtros que o noticiário corrente aplica para fazer, com melhores ou piores critérios, a sua escolha. E também pensei, naturalmente, que os maiores beneficiados com esta ruptura no parcial bloqueio informativo que as próprias necessidades de trabalho impõem não seriam, decerto, nem o partido do governo nem os partidos da direita mais ou menos «soft», mais ou menos «hard». Esses contarão sempre com a atenção solícita dos que, mesmo no âmbito do jornalismo, parecem achar que ter opções de direita não é fazer política, que só as opções de esquerda são política, talvez por lhes parecerem as únicas que se situam ao arpejo do que tomam como a ordem natural das coisas. É o que acontece a quem já está tão infiltrado por ininterruptos caudais de propaganda que já nem se dá conta da natureza do terreno em que assenta os pés.

Uma oferta diferente

Se faço bem as contas, recebo em minha casa a televisão por cabo há pouco mais de um ano, e o balanço que faço desse privilégio, se é que a palavra cabe, está longe de ser exaltante. Por um lado, é certo que «não ter televisão por cabo» pode suscitar um terrível sentimento de privação, pode mesmo ser humilhante: sabermos que milhares de outros cidadãos podem aceder a cerca de 40 canais, se não mais ainda, e estarmos nós condenados aos quatro canais lusitanos, é duro. O recurso às parabólicas, que em tempo foram sinais exteriores de um elitismo hoje tornado um bocado pelintra, só minora o sentimento de frustração na ordem de mais uma meia dúzia de canais, isto é, não resolve nada de importante. Porém, após a chegada

do cabo, é o tempo da decepção: a gente percorre aqueles canais todos, um a um, e a regra geral é sentirmos que afinal não está lá o que, sem que sequer soubéssemos o quê, ansiosamente esperávamos. E a regra geral, repito, porque comporta excepções que surgem com o carácter da raridade compatível com o estatuto de excepção: um óptimo documentário aqui, um bom filme acolá, um excelente programa musical mais além. Mas são excepções. De resto, sou da opinião de que o problema do consumo de TV, se é que de problema pode falar-se, não se resolve com a multiplicação de canais sintonizáveis, mas sim com aquilo que com audácia se pode designar como a filosofia que preside à produção de TV no mundo actual. Sabemos muito bem que a duplicação do número de canais portugueses, ocorrida há cerca de cinco anos, está longe de ter duplicado a variedade das opções e os motivos de interesse. Situação coerente com esta, ainda que em maior escala, acontece com o acesso à TV por cabo. Quando amanhã (isto é, um dia destes) a televisão digital nos disponibilizar umas centenas de canais, é inútil supormos que vamos escapar a torrentes de banalidades, nas quais teremos de tentar pescar um ou outro programa que valerá o nosso tempo.

Porém, confesso que a chegada do Canal Parlamento provocou em mim uma mutação significativa em relação à TV Cabo: com razão ou sem ela, pareceu-me que me era feita uma oferta (na acopção comercial que a palavra tem e que é agora a

aflorem o ridículo ou justifiquem a suspeita de indiferença, preguiça, cansaço ou condição similar. Porque, já se sabe, lá fora a detracção espreita, engatilhada.

A velha teima

Chegado aqui, é o momento de eu confessar a esperança tonta que me ronda: a de que o Canal Parlamento possa contribuir de modo relevante para restaurar a imagem dos parlamentares, e portanto da própria Assembleia da República, junto da opinião pública. É sabido que, ao contrário do que podia imaginar-se antes de 74, os deputados democraticamente eleitos não são anjos, e alguns haverá que até pareçam ter pacto com o diabo. Também já é sabido que têm o hábito desagradável de não estarem todos de acordo uns com os outros, o que leva certos comentadores angélicos a sublinhar, desapontados, que «os deputados não se entendem», ao contrário do que indiscutivelmente acontecia quando, antes de 74, eram todos da ANP. Para lá destes e de outros motivos de desgosto público, porém, estou certíssimo de que os deputados e a AR estão desde há muito sob o fogo nutrido de pejoações diversas, umas caluniosas outras simplesmente imbecis, onde reconheço sem esforço um munição datado de 1926, pelo menos. A motivação oculta desse bombardeamento cerrado não estará nos eventuais vícios dos alvejados mas sim no facto de, melhor ou pior, serem produto e símbolo de uma vida democrática imperfeita, sem dúvida, mas ainda assim incómoda para muitos, além de duramente conquistada. Veja-se, por exemplo, que um comunista como António Filipe, confesso e nada arrependido, tem o direito de falar em voz alta e, agora, até de «estar na TV». Todos

conhecemos gente a quem desaforos destes muito incomodam, pelo que convém manter a AR, globalmente, sob suspeita.

Vem então o patrão absentista denunciar o hemicycle de S. Bento semivazio, cuidando de não investigar se os deputados ausentes estarão reunidos em qualquer das comissões parlamentares, o que invalidaria a denúncia. Vem o gestor de uma empresa insolvente, com ordenados em atraso, mas de onde ele continua a retirar a bagatela de uns dois mil contos por mês, indignar-se com as quatro ou cinco centenas de contos que os deputados embolsam (quando, não sendo comunistas, não as entregam ao Partido). Vem o empresário farto de viajar por conta da firma (quer dizer: dos accionistas, ou dos clientes, ou dos trabalhado-

res da empresa) alegar que «os políticos» viajam muito. Vem estes e outros, os próprios ou alguém por eles, como é mais frequente. E ao fim de tudo isto fica uma opinião pública a jurar a pés juntos que há deputados a mais, mas não que há grandes, mas esquecidos, parasitas a mais.

Pouco convicta embora, a minha ilusão é a de que o Canal Parlamento, por agora apenas acessível em Lisboa e concelhos limítrofes mas com a vocação de cobrir a maior parte do País dentro em breve, possa de algum modo contribuir para corrigir esta distorção, para além de evitar critérios de selecção que podem ter fins sem que tenham princípios. No fundo, é a velha teima para entronizar a idiotia. Passará decerto muito tempo antes que essa utopia se torne realidade, ou quase. Mas, afinal, o tempo passa e a vida muda. Nós é que, coitados, estamos sempre com pressa, porque é outra a medida do nosso tempo individual.



única digna de ser utilizada por um escrevinhador modernação) que em mais nenhum outro lugar eu poderia encontrar. A rubrica «Parlamento» da RTP, para além de maltratada pela estação, obedece a uma forçosa escolha prévia do tema a abordar e, por criteriosa que esta seja e por digna que seja a forma como são tratados os deputados participantes, dificilmente pode dar uma ideia de como decorrem os trabalhos na AR e de quanto se passa no Plenário. O Canal Parlamento permite-nos dar conta disso. Com inconvenientes, é certo, e bom será que nos lembremos deles. Ali, as câmaras registam em tempo real o que acontece, significando isto que não há montagens que eliminem tempos mortos, enquadramentos que alindem a reportagem, manuseamento de ritmos. Por outro lado, por aquilo que vi até hoje parece-me claro que muitos deputados, se não a maioria deles, ainda não perceberam que estão «no ar», pelo que é de toda a conveniência que não adoptem posturas que

ESCAPARATE

MÚSICAS JOVENS

«Indies Fórum», no Seixal

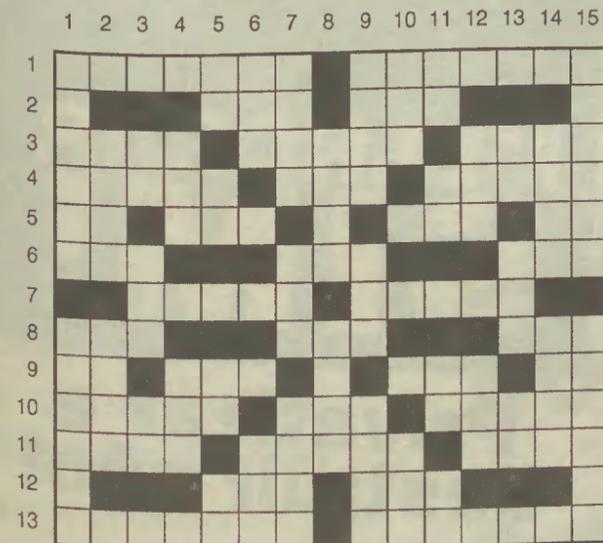
E já neste fim-de-semana que se realiza, organizado pelo Fórum Cultural do Seixal, o chamado «Indies Fórum», uma série de espectáculos dedicados às músicas jovens e tendo no cartaz grupos conhecidos nesta área. Assim, várias bandas preencherão toda a tarde de sábado, das 16 às 20 horas, no Palco 2 instalado no Largo da Igreja. No mesmo dia, das 20.30 às 24.00, actuarão no Palco 1 no Largo 1º de Maio os grupos «Cool Hipnoise» e «Clã». Paralelamente, no Cinema S. Vicente na

Aldeia de Paio Pires (Seixal), actuará às 21.30 a Orquestra de Metais da Sociedade Filarmónica União Seixalense. No domingo 5, a tarde será também preenchida das 16 às 20 horas com várias bandas que actuarão no Palco 2. O último concerto, preenchido com actuações de bandas de vários países, será no Palco 1, está previsto para as 20.30 (até de madrugada) e contará com os grupos «Tarântula» (Portugal), «Hammer Fall» (Suécia), «Jag Panzer» (EUA) e «Gamma Ray» (Alemanha).



Os grupos Clã e Cool Hipnoise

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Nome vulgar extensivo a umas aves palmípedas da fam. dos Iarídeos, também conhecidas por alcatraz; resguardo contra o frio (pl.). 2 - Óxido de cálcio; gema (pop.). 3 - Remador principal numa embarcação de desporto de vários remadores; fruto da limeira (pl.); filtram. 4 - Desmiolara; produto tintorial da Índia; curei. 5 - Basta; fúria incoerente; passa para fora; doutor (abrev.) 6 - Planos laterais do avião; emissão de voz; leva à sirga. 7 - Festa nocturna; gorda. 8 - Actuei; decifrar; ribeira portuguesa. 9 - Pedra de moinho; carta ou documento escrito numa só folha; afirmativa; concede gratuitamente. 10 - Inflamação dos ouvidos; dirige-se (fig.); tabaco moído para cheirar (pl.). 11 - Sacerdote budista (tibetano); imposto oneroso (pl.); antiga medida de secos, correspondente ao alqueire. 12 - Suavidade (fig.); modo de dizer. 13 - Metera em líquido; embrulhada (fig.).

VERTICAIS: 1 - Antiga dança francesa semelhante ao minuet; afiam ño rebolo. 2 - Palhoças de índios; doença articular, geralmente acompanhada de vermelhidão e inchaço. 3 - Pra (s. q.); empunhei; suf. nom., de origem latina, que tem sentido diminutivo. 4 - Apelido de poeta português; base aérea portuguesa. 5 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; atmosfera; tamborzinho árabe; cânhamo de Manila. 6 - Análogo; criatura. 7 - Combina; ponto cardeal oposto ao norte; povoação de categoria superior a aldeia. 8 - Feiticeiro; aves corredoras. 9 - Condutor de palanquin na Índia; maior; barco de recreio. 10 - Interj. outra vez; ruído. 11 - Divindade solar dos antigos egípcios apelido; Iridio (s. q.); maléfica. 12 - Tomba; grande extensão de água salgada. 13 - Suf. de agente; bigorna de ourives; utensílio de cozinha. 14 - Poeta e cantor ambulante entre os gregos antigos; composição poética, própria para o canto (pl.). 15 - Desaparecera; medida com a rasa.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Gavota; abrtçõs. 2 - Cal; voga. 3 - Sarrau; obsesa. 4 - Sarrau; obsesa. 5 - Sarrau; obsesa. 6 - Sarrau; obsesa. 7 - Sarrau; obsesa. 8 - Sarrau; obsesa. 9 - Sarrau; obsesa. 10 - Sarrau; obsesa. 11 - Sarrau; obsesa. 12 - Sarrau; obsesa. 13 - Sarrau; obsesa. 14 - Sarrau; obsesa. 15 - Sarrau; obsesa.
VERTICAIS: 1 - Gavota; amolam. 2 - Ocas; gola. 3 - Ga; ast; im. 4 - Art; oia. 5 - Oc; ar; lét; má; 6 - Tal; ser. 7 - Alha; vil; 8 - Magor; emas; 9 - Amal; mor; 10 - Bts; som; 11 - Rá; Sã; it; má. 12 - Cal; mar. 13 - Or; las; pá. 14 - Aedo; 15 - Sumina; rasara.



Pablo Neruda com Matilde Urrutia



Neruda com Salvador Allende, em 1973



O poeta recebe o Prémio Nobel, em 1971

Depois do filme, a peça «O Carteiro de Neruda»

E com grande expectativa que se aguarda a estreia hoje à noite, pelas 21.30, no Teatro Municipal de Almada, da peça «O Carteiro de Neruda» da autoria de Antonio Skármeta, numa versão de Carlos Porto com encenação de Joaquim Benite. A Companhia de Teatro de Almada vai assim estreiar a 67ª produção de uma brilhante carreira, repleta de êxitos. Como se informa na promoção do espectáculo, «"O Carteiro de Neruda" não é um resumo histórico ou biográfico dos últimos anos de Pablo Neruda. É antes uma evocação do seu espírito humano, do seu humor e do seu amor à gente do povo, aqui simbolizado no carteiro. Mário, o jovem carteiro que na Isla Negra leva o correio ao poeta, descobre a força da poesia e das suas metáforas, a relação desta com o amor e a vida. E a poesia que emana da personagem de Neruda avassalará não apenas a vida do carteiro Mário e da sua amada Beatriz, mas toda a ilha, incluindo a puritana Rosa, mãe de Beatriz, que acabará a recitar os versos do poeta».

A interpretação desta peça (cuja di-

gressão por todo o país está já a ser preparada) estará a cargo de André Gomes, Alberto Quaresma, Teresa Gafeira, Francisco Costa, Nuno Simões, Maria Frade, São José Correia e Miguel Martins, sendo os figurinos da concepção de Sónia Benite.

Teatro Musical

Entretanto, já está também marcada para o Teatro Municipal Maria Matos e para a próxima semana (segunda-feira 6, pelas 21.45) a mais recente produção do Grupo Teatral TIL. Intitula-se «A Grande Aventura», é um espectáculo musical e divertido, ligado a um dos mais antigos sonhos do Homem: voar! Trata-se de uma nova versão e encenação de Fernando Gomes, com Fernanda Montemor, Fernanda Santana, Henrique Macedo, Kim Cachopo, Maria João Vieira, Paula Valério e Paulo Neto na interpretação. De quarta a sexta-feira às 10.30, às quartas e domingos pelas 15 horas e aos sábados às 16 horas.

MÚSICA CLÁSSICA

Começa a temporada da Gulbenkian

Com uma série de concertos e outras manifestações musicais e de bailado que irão prolongar-se até Maio do próximo ano, começou ontem a Temporada de Música e Dança da Fundação Calouste Gulbenkian, de que se destacam, entre dezenas de concertos e recitais, mais um ciclo «As Grandes Orquestras Mundiais», os «Encontros de Música Contemporânea», a Temporada de Bailado e, para já, as «XVII Jornadas Gulbenkian de Música Antiga», subordinadas ao tema «Do Barroco aos Pós-Barrocos, Percursos da Música Setecentista». Para hoje e para os próximos dias permitimo-nos destacar, sempre em Lisboa, entre outros, os seguintes concertos: 2, 21.30, no Palácio da Ajuda, a soprano Catherine Bott e o violoncelista Alison McGilivray com o Trio Sonnerie, em obras de Haendel, Scarlatti ou Vivaldi; 4, 18.30, na Sociedade de Geografia, Bob Van Asperen (cravo) e Barthold Kuijken (flauta) com o Ensemble Melante de Amesterdão abordarão o «estilo Empfindsamkeit» na obra de C. Ph. E. Bach; 5, 21.30, Igreja da Graça, os Segréis de Lisboa com o Coro de Câmara da Universidade de Salamanca sob a direcção de Manuel Morais interpretarão obras de música sacra do tempo de D. Maria I; 6, 21.30, Palácio da Ajuda, a cravista Cremilde Rosado Fernandes interpretará várias obras em clavicórdio e fortepiano; 8, 21.30, na Academia de Ciências, o conjunto Música Antiga de Colónia, sob a direcção de Reinhard Goebel dará um concerto preenchido com obras de vários compositores e subordinado ao tema «A Tradição Instrumental no Norte da Europa no Tempo de J. S. Bach». Estas jornadas prosseguirão até ao dia 13 de Outubro.



Música Antiga de Colónia

Um novo Festival em Mafra

Sob o lema «O Esplendor da Música», inaugura-se já no próximo sábado 4 e prolongar-se-á até 26 deste mês, o I Festival Internacional de Música de Mafra, numa organização conjunta do Palácio Nacional de Mafra, do IPPAR e do British Council. Nesta primeira semana, o festival, que conta com o alto patrocínio do Presidente da República, apresentará dois concertos: sábado 4, 19 horas, na Basílica, a Orquestra Barroca Portuguesa e a Orquestra e Coro da Capela Real, sob a direcção do maestro Stephen Bull, interpretarão o «Te Deum» do compositor português António Teixeira; domingo 5, pelas 17.30, na Sala do Trono, haverá um recital de Ópera por solistas da Escola Superior de Música de Lisboa, com árias da ópera «Cosi fan tutte», de W. A. Mozart.

LIVROS



Vai Alta a Noite

Mais um livro a acrescentar à obra já vasta de Alexandre Pinheiro Torres que, no terreno da ficção tem, nestes últimos anos, deixado bem marcada a sua personalidade de romancista. É de um romance que se trata, este Vai Alta a Noite, publicado pela Caminho numa edição que reproduz, na capa, um óleo de Ney da Gama Simões Dias. Um livro atravessado, como sempre, de um humor muitas vezes sarcástico, zurrindo as personagens, criando situações à beira do inverosímil, numa prosa inquieta que se ataca aos preconceitos e aos juízos feitos. Uma prosa que vai direita e realista ao coração e à inteligência do leitor e que suscitará certamente as mesmas saudações da crítica que aplaudiu os anteriores romances de Alexandre Pinheiro Torres.



Terra do Pecado

Não é o último livro de José Saramago mas, curiosamente, o primeiro, este que a Caminho acaba de lançar. Trata-se, pois, de uma segunda edição que, como se esclarece, «reproduz integralmente a primeira», que veio ao público em 1947. Saramago assume, finalmente, este romance da juventude e em Aviso prévio, conta como foi a aventura dessa primeira obra, muito antes de o autor vir a consagrar-se como um dos maiores da literatura portuguesa. Terra do Pecado - um título que o escritor deixou, contrariado, que escolhessem por si - é, assim, uma «obra de juventude», como se diz na capa. E, para além da curiosidade que suscitará entre os fiéis leitores de Saramago, é já um texto anunciador das qualidades que o escritor virá a revelar mais tarde, numa prosa já outra, caldeada pela experiência e pelo talento libertado. Um livro para ler durante a pausa que o autor nos concede enquanto não vem aí outro dos que estão anunciados.

ÚLTIMAS

ATAQUE DE FOICE

Um ladrão

Numa longa entrevista ao *Expresso* desta semana, o chefe da UNITA Jonas Savimbi traça, sem querer, um elucidativo retrato de si próprio.

Na página dois - ainda a conversa tomava balanço -, afirma taxativamente que «notamos da parte do Governo (do MPLA) boa vontade para que não se criem obstáculos desnecessários, e quero crer que há progressos», o que, quatro páginas à frente, se transforma na acusação de que «o MPLA quer ter duas imagens: uma imagem de medo, aqui (no Andulo), que intimida e que não se pode confrontar, porque mata; e quer ter uma imagem boa lá fora, uma imagem de democratas, de indivíduos que falam bem, de indivíduos civilizados que estão a fazer um esforço para se tornarem democratas. Não é verdade. Um dia terão de resolver esta dualidade».

Savimbi já a resolveu. A tal ponto que a dualidade é, nele, não uma segunda, mas a primeira natureza.

Por isso também garante que a paz «já é efectiva», atestando que «na reunião de terça-feira da comissão conjunta, a tróica felicitou-se porque constatou que havia acalmia em todo o território nacional» e considerando que «isso representa progressos significativos, mesmo tendo em conta pequenas escaramuças que surgem em certas províncias» («escaramuças» certamente ao nível da que levou há dias a UNITA a aprisionar um grupo de religiosos estrangeiros para os condenar sumariamente à morte).

Mais à frente a «paz efectiva» cai, redonda, sob a ameaça de que «se aplicarem as sanções é mau porque o processo de paz acaba (...) saímos imediatamente e nem é preciso pensar mais nisso», enquanto a esperável contra-argumentação às causas que justificam a ameaça de sanções por parte da ONU (o eterno não cumprimento da UNITA dos compromissos assumidos nos acordos de paz) é elidida para dar lugar à afirmação de que «ainda não tivemos tempo de ultrapassar a nossa estrutura de guerra», «ainda não tivemos tempo de passar desta forma de pensar e de ser, económica, social e politicamente».

Portanto o tempo é também dual, para Savimbi. Dolorosos anos de paciência nacional e internacional não chegaram para que cumprisse os acordos assumidos com os seus compatriotas e com o mundo, mas sobram para que o chefe do «galo negro» se console a imaginar que «o Presidente Eduardo dos Santos tem medo de mim», que «os políticos do mundo quando vêm aqui até lhes dou lições de política económica», que previu «a queda do muro de Berlim» e o «desmembramento da União Soviética», que «os analistas políticos de agora ficaram muito para trás de mim». Todavia, com tanta sagacidade junta, Savimbi ainda não percebeu uma pequena nuance: os analistas políticos não ficaram para trás - andam e já atrás dele.

O que já é «galo»... e bem negro.

Finalmente - e após numerosas «dualidades» misturando profissões de fé democrática com ameaças de guerra - Savimbi é confrontado com a pertinente questão de a UNITA pagar aos seus militantes para estarem consigo, quando nos países democráticos são os militantes que pagam para que os seus partidos tenham meios para conquistar o poder em eleições.

«A direcção do partido é o único organismo que tem meios e a obrigação para ajudar os outros que só têm meios de subsistência», explica calmamente Savimbi, explicitando mais à frente a essência dessa «obrigação» para com os seus declarados mercenários: «Também estamos a discutir os diamantes, com a preocupação por nossa parte de que a UNITA tem responsabilidades. Não nos podem dizer que «os diamantes nacionais não podem pertencer a um partido»».

É sabido que Savimbi foi agente da PIDE, a quem entregava os patriotas do MPLA que conseguia capturar, que gozava de salvo-condutos autorizados pelo próprio Governador do colonial-fascismo português em Angola, que foi um agente da CIA tão completo, que um responsável da administração norte-americana declarou que Jonas Savimbi tinha sido uma criação dos EUA.

Muitos crimes depois, e já com os EUA desinteressados deste fantoche agora incómodo, chegou o tempo de sabermos, por ele próprio, quem é este «combatente da liberdade».

Um ladrão sanguinário e sem réstea de escrúpulos.

■ Henrique Custódio

Comunicado da Comissão Política PCP exige aumentos das prestações sociais

Ontem, Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, reclamou, em conferência de Imprensa, a melhoria e elevação das prestações sociais da Segurança Social. Do texto divulgado publicamos alguns extractos.

1. As declarações do Ministro Ferro Rodrigues negando ser propósito do Governo proceder a um aumento visível das pensões mais degradadas da Segurança Social constituem uma profunda injustiça e defraudam as legítimas expectativas de centenas de milhar de famílias portuguesas.

O nível muito baixo de uma parte significativa das pensões da Segurança Social constitui, como é generalizadamente reconhecido, um dos problemas mais graves com que a sociedade portuguesa está confrontada. E estudos oficiais não desmentem, antes confirmam, que as pensões degradadas são o factor que de

longe mais condiciona a extensão e a profundidade, entre nós, dos fenómenos de pobreza e de exclusão social.

Esta realidade torna incontornável que na luta por uma maior justiça social e, em particular, na intervenção contra a pobreza e a exclusão social, se proceda - como o PCP tem insistentemente sustentado - a uma efectiva melhoria e elevação das prestações da Segurança Social. E que o aumento das pensões seja substancial e não se fique pela habitual cosmética governamental de uns pós acima da inflação em relação às pensões que se encontram num nível mais baixo.

Face aos bons resultados financeiros que a Segurança Social tem apresentado (apesar de ser ainda modesta a cobrança de dívidas das empresas e de ainda não ter sido iniciada a reposição da vultosa dívida do Estado ao sistema), não é minimamente aceitável que o Governo não proceda a um aumento significativo das pensões que inicie a recuperação das mais degradadas. E seria em absoluto intolerável que a política de acumulação de reservas do Governo tivesse por propósito - como já veio a lume na comunicação social - suportar os custos com uma futura redução do sistema público de Segurança Social com vista a alargar o mercado dos

produtos financeiros privados (seguradoras, gestoras dos fundos de pensões).

Por tudo isto, o PCP renova a exigência junto do Governo, que formulou pela primeira vez em Junho passado, de concretização de um aumento extraordinário de 3 mil escudos para todas as pensões inferiores ao salário mínimo nacional, aumento este não substitutivo mas sim aditivo em relação ao valor da actualização anual das pensões habitualmente realizada para compensar os efeitos da inflação (...).

Anote-se que o PCP é também defensor da existência de uma componente de capitalização do sistema público de segurança social que, sem alterar a lógica fundamental do actual sistema em repartição e com prestações definidas, contribua para o equilíbrio financeiro e para o reforço das garantias dos beneficiários.

Mas esse objectivo não pode ser oposto e necessita de ser sempre equilibrado com uma política de efectiva melhoria e elevação das prestações sociais, a começar pelas mais degradadas. Razão pela qual o PCP sustenta que deve ser o pagamento da actual dívida do Estado ao sistema de Segurança Social que deve ser prioritariamente afectado ao alargamento desta componente de capitalização (...).



20 delegações estrangeiras participaram nos trabalhos do Congresso do PC do Japão

Delegação do PCP esteve no Japão

De 22 a 25 de Setembro teve lugar o 21º Congresso do Partido Comunista Japonês no qual participaram 998 delegados e 20 delegações estrangeiras e individualidades de 18 países. O Congresso aprovou a Resolução Política e o Relatório do Comité Central que definem a orientação e os objectivos dos comunistas japoneses para o limiar do século XXI e elegeu os organismos centrais do Partido. Tetsuzo Fuwa foi reeleito Presidente do Presidium do CC e Kazua Shiji chefe do Secretariado do CC.

O PCP esteve representado neste Congresso pelo camarada Albano Nunes, membro do Secretariado e Responsável da Secção Internacional, e enviou uma mensagem do CC já referida pelo «Avante!».

Albano Nunes foi recebido pelo camarada Tetsuzo Fuwa,

num encontro em que foi confirmada a vontade de desenvolver as relações de cooperação, respeito e amizade entre o PCP e o PCJ. No mesmo sentido foram as trocas de impressões realizada com Kazua Shiji, durante a recepção oferecida às delegações estrangeiras e com Shoji Niihara, Presidente da Comissão Internacional e membro do Presidium Permanente.

De passagem por Moscovo, o camarada Albano Nunes encontrou-se com Alehandro Kuvaev, membro do Presidium e Primeiro Secretário de Moscovo do Partido Comunista da Federação Russa. O encontro, em que participou também Andrei Filipov, responsável da Secção Internacional, permitiu uma útil e amistosa troca de informações e opiniões sobre a situação em Portugal e na Rússia e a actividade dos dois Partidos.

Deputado comunista divulga relatório sobre pescas

Tem início amanhã, no Principado do Mónaco, uma audição internacional sobre a política de pescas e a exploração sustentada dos recursos marinhos que tem como base de trabalho um relatório do deputado comunista na Assembleia da República, Lino de Carvalho.

No relatório, que será posterior-

mente debatido e votado na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o deputado recorda a importância estratégica das pescas que, na União Europeia, empregam cerca de 300 mil pescadores e no total das actividades a jusante e a montante envolve cerca de 1 milhão de trabalhadores.

MELHORAR SIM!

Privatizar e destruir não!

Jornada do PCP

Contra as privatizações

O PCP promove de 1 a 8 de Outubro uma acção nacional em defesa de um sector público forte, de serviços públicos de qualidade, contra as privatizações.

Esta acção realiza-se num momento em que o PS prossegue a sua ofensiva, com o anúncio da concretização da terceira fase da privatização da Portugal Telecom, da Brisa e da desanexação e privatização de vias no Oeste e no Norte, além de pressões privatizadoras em outras áreas, entre as quais o abastecimento de água, os caminhos-de-ferro, a saúde e a segurança social.

Integrado nesta acção o PCP editou um folheto intitulado «Sector Público - Melhorar sim, destruir e privatizar Não» e uma faixa com o mesmo lema.

Na próxima segunda-feira, dia 6, o PCP promove na Assembleia da República (Sala do Senado) uma audição com organizações representativas dos trabalhadores e outras estruturas sociais sobre o sector público, os serviços públicos e as consequências económicas das privatizações.

